

ILTON DE OLIVEIRA CHAVES JÚNIOR

**PROVOCAR, AUXILIAR E FISCALIZAR:
lugar do Estado na produção do ensino secundário em
Belo Horizonte (1898-1931)**

**Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2010**

ILTON DE OLIVEIRA CHAVES JÚNIOR

**PROVOCAR, AUXILIAR E FISCALIZAR:
lugar do Estado na produção do ensino secundário em
Belo Horizonte (1898-1931)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago

Belo Horizonte
Faculdade de Educação da UFMG
2010

Chaves Júnior, Ilton de Oliveira, 1966

C512p

PROVOCAR, AUXILIAR E FISCALIZAR: lugar do Estado na produção do ensino secundário em Belo Horizonte (1898-1931) / Ilton de Oliveira Chaves Júnior. – UFMG/FaE, 2010.

195 f., enc. : il.

Dissertação – (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Tarcísio Mauro Vago.

CDD- 373.81

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Dissertação intitulada **PROVOCAR, AUXILIAR E FISCALIZAR: lugar do Estado na produção do ensino secundário em Belo Horizonte (1898-1931)**, de autoria do mestrando **ILTON DE OLIVEIRA CHAVES JÚNIOR**, analisada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago – Orientador

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2010.

AGRADECIMENTOS

À Analina, Ilton Chaves, Paulo e Marcelo, os primeiros professores que a vida me ofereceu.

À Eustáquia Salvadora de Souza, por ter sabido cuidar tão bem da semente.

Ao Prof. Tarcísio Mauro Vago, pela orientação competente, por “estar junto” e pelo cuidado que dispensa com o ser humano, marca constante de sua ação pedagógica.

Aos colegas e professores do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo aprendizado que me possibilitaram.

Aos meus ex-alunos, alunos e futuros alunos, por tudo o que me ensinaram, ensinam e ensinarão.

Para Cristina, Ilton Neto, Mariana e Leonardo.

*Minha mãe achava estudo
a coisa mais fina do mundo.*

Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.

(PRADO, Adélia. 1991, p. 118)

RESUMO

O propósito com esta pesquisa foi examinar ações diversas do Estado que levaram à produção e à organização do ensino secundário em Belo Horizonte, no período de 1898 a 1931. Dentre as fontes mobilizadas, destacam-se os ordenamentos legais das reformas de ensino realizadas no Brasil, os relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior e documentos diversos guardados no Arquivo Público Mineiro. Parte-se da transferência do Ginásio Mineiro de Ouro Preto para a nova capital, que demarca a tentativa de mudança de um molde antigo para outro, considerado moderno, na instrução da “mocidade”, também uma metáfora da transição do Império para o regime republicano. A pesquisa estende-se até a chamada Reforma Francisco Campos, promovida em âmbito nacional em 1931, que trouxe nova configuração ao ensino secundário, instaurando, por exemplo, o curso sequencial, obrigatório, e posicionado entre o ensino primário e o superior. As análises propostas apoiam-se especialmente em três noções: de *escolarização* (Luciano Mendes Faria Filho); de *estratégia* (Michel de Certeau) e de *representação* (Roger Chartier). A intenção, menos que fazer uma história de instituições escolares em suas particularidades, foi procurar compreender o entrelaçamento entre o público e o particular na constituição de políticas educacionais para a “mocidade”, dimensionando os investimentos do Estado na constituição e no enraizamento do ensino secundário em Belo Horizonte. Foi possível entrever que, de fato, o Estado foi um dos protagonistas na produção do ensino secundário, ainda que no período estudado não tenha constituído uma rede pública de ensino para este nível de escolaridade. O lugar de destaque ocupado pelo Estado aparece, por exemplo, na prescrição de ordenamentos legais, na criação e manutenção de institutos de ensino secundário, na doação de terrenos públicos a congregações religiosas, combinada com a concessão de isenções de impostos e taxas e de empréstimos de recursos públicos, dentre outras iniciativas. Assim, dois movimentos de intensidades distintas puderam ser observados mediante o exame das ações do Estado, que, de um lado, agiu timidamente para a criação e a manutenção de poucos estabelecimentos oficiais na cidade e, de outro, incentivou, auxiliou e fiscalizou a iniciativa particular, notadamente religiosa, na abertura de várias instituições. Uma das indicações extraídas desses movimentos é a de que o governo mineiro, com seu discurso republicano, teria sido omissos (estrategicamente) em sua responsabilidade de criação de uma rede pública de ensino secundário, tal como vinha fazendo desde 1906 para o ensino primário. Ao mesmo tempo, outra indicação, em sentido diferente, é a de que ele foi decisivo para possibilitar uma proliferação de escolas particulares de ensino secundário na capital, (re) produzindo a representação de que esse nível de escolaridade deveria orientar-se para formar quadros dirigentes para o Estado. Espera-se, com este trabalho, contribuir para a expansão da produção sobre a história da educação secundária em Minas Gerais.

Palavras-chave: Educação. História da educação. Ensino secundário. Escolarização.

RESUMEN

Esta investigación ha tenido como objetivo examinar las diversas acciones del Estado que llevaron a la creación y organización de la educación secundaria en *Belo Horizonte*, en el período de 1898 a 1931. Entre las fuentes consultadas están los ordenamientos jurídicos de las reformas educativas llevadas a cabo en Brasil, los informes del Secretario del Interior y otros documentos almacenados en el *Arquivo Público Mineiro*. El proceso se inicia con el traslado del *Ginásio Mineiro* de *Ouro Preto* a la nueva capital, *Belo Horizonte*, que simboliza no sólo el intento de cambiar un viejo patrón a otro más moderno en la enseñanza juvenil, sino también una metáfora de la transición del Imperio al régimen republicano. La investigación se extiende a la llamada Reforma Francisco Campos, promovida a nivel nacional en 1931, que dio nueva configuración a la educación secundaria, introduciendo, por ejemplo, el curso secuencial, obligatorio y situado entre la primaria y la superior. El análisis propuesto se basa principalmente en tres conceptos: la *escolarización* (Luciano Mendes Faria Filho) *estrategia* (Michel de Certeau) y *representación* (Roger Chartier). La intención, menos que hacer una historia de las instituciones educativas en sus particularidades, fue de tratar de entender la interrelación entre los sectores público y privado en el establecimiento de políticas educativas para la juventud, evaluando las inversiones del gobierno de *Minas Gerais* en la constitución y enraizamiento de la escuela secundaria en *Belo Horizonte*. Se pudo vislumbrar el Estado como uno de los protagonistas en la producción de la enseñanza secundaria, aunque en el período analizado no llegara a constituir una red de enseñanza pública para este nivel educativo. Este papel aparece, por ejemplo, en la prescripción de los ordenamientos jurídicos, en la creación y mantenimiento de institutos de educación secundaria en la donación de terrenos públicos a las congregaciones religiosas, sumados a la concesión de exenciones de impuestos y tasas, además de préstamos de los recursos públicos a estas instituciones. Tras examinar las acciones del Estado se observaron dos movimientos de diferentes intensidades: actuó tímidamente en la creación y mantenimiento de pocos establecimientos oficiales en la ciudad, de otra parte, alentó, apoyó e auxilió la iniciativa privada, especialmente la religiosa, en la inauguración de diversas instituciones. Una de las consecuencias procedentes de estos movimientos es la de que el Estado, con su discurso republicano, se ha omitido (estratégicamente) en su responsabilidad de crear una escuela secundaria pública, como había hecho desde 1906 con la enseñanza primaria, y otra, en un sentido diferente, es que fue fundamental para permitir la proliferación de escuelas privadas de educación secundaria en la capital, (re)producción de la representación de que este nivel de escolaridad debería estar orientado a formar los directivos para el Estado. Se espera que este trabajo pueda contribuir con la expansión de la producción sobre la historia de la educación secundaria en Minas Gerais.

Palabras-clave: Educación. Historia de la educación. Enseñanza secundaria. Escolarización.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– Anúncio do Collegio da Immaculada – <i>Tribuna Catholica</i> , 1900.....	27
FIGURA 2	– Anúncio do Collegio da Immaculada – <i>O D. VIÇOSO</i> , 1909.....	29
FIGURA 3	– Anúncio sobre a inauguração do Externato da Boa Viagem – <i>Tribuna Catholica</i> , 1900.....	30
FIGURA 4	– Anúncio do Collegio S. Thomaz de Aquino – <i>Tribuna Catholica</i> , 1900.....	31
FIGURA 5	– Anúncio do Collegio D. Viçoso – <i>Minas Geraes</i> – 8 de agosto de 1913.....	32
FIGURA 6	– Anúncio do Collegio D. Viçoso – <i>O D. Viçoso</i> – 10 de fevereiro de 1909.....	34
FIGURA 7	– Anúncio do professor João Flecha – <i>O D. Viçoso</i> – 10 de fevereiro de 1909..	35
FIGURA 8	– Membros do corpo docente e administrativo do Ginásio Mineiro em 1906.....	47
FIGURA 9	– Contribuições a que estavam sujeitos os alunos do Ginásio Mineiro em 1913.....	53
FIGURA 10	– Divulgação da obra do professor Carlos Goes.....	59
FIGURA 11	– Primeiro corpo docente do Colégio Isabela Hendrix.....	100
FIGURA 12	– Primeiro endereço do Colégio Isabela Hendrix, na Avenida do Commercio, no século XX, hoje Avenida Santos Dumont	102
FIGURA 13	– <i>O Tombo</i> : Crônica do Colégio Arnaldo. Principal documento histórico da instituição.....	106
FIGURA 14	– Logotipo do Colégio Arnaldo adotado desde 1990.....	107
FIGURA 15	– Primeiro endereço do Colégio Arnaldo, na Rua Timbiras, 1505.....	108
FIGURA 16	– Segundo endereço do Colégio Arnaldo, na Rua Timbiras, 638.....	110
FIGURA 17	– Adesão da Câmara de Sete Lagoas à iniciativa de criação da Exposição Permanente.....	111
FIGURA 18	– Projeto do Palácio de Exposições de Minas Gerais, de autoria de Edgar Nascente Coelho e Maurício Bernasconi, elaborado em 1900.....	113
FIGURA 19	– Projeto do padre Frederico Vienken da fachada do Colégio Arnaldo.....	118
FIGURA 20	– Correspondência de Campos do Amaral ao secretário dos Negócios do Interior, Dr. Delfim Moreira	134
FIGURA 21	– Correspondência ao Secretário do Interior, Dr. Delfim Moreira, com lista de alunos para serem matriculados gratuitamente.....	135
FIGURA 22	– Correspondência do diretor do Ginásio Paraisense ao secretário dos Negócios do Interior, Dr. Delfim Moreira.....	136
FIGURA 23	– Correspondência do diretor do Ginásio Paraisense ao secretário dos Negócios do Interior, Dr. Delfim Moreira.....	137
FIGURA 24	– Correspondência do diretor do Ginásio Paraisense ao secretário dos Negócios do Interior, Dr. Delfim Moreira.....	138
FIGURA 25	– Anúncio do Collegio S. José.....	165
FIGURA 26	– Anúncio do Instituto Fundamental	167
FIGURA 27	– Anúncio do Instituto Fundamental – Continuação	168

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	– Instituições e diretores dos estabelecimentos de ensino secundário de Belo Horizonte nos anos de publicação da <i>Revista Vida Escolar</i>	93
TABELA 2	– Número de matrículas e de instituições de ensino secundário em Minas Gerais conforme a <i>Revista Vida Escolar</i>	131
TABELA 3	– Unidades de ensino público em Minas Gerais (1926-1930).....	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NA TRANSIÇÃO DE OURO PRETO PARA A NOVA CAPITAL.....	23
1.1 Vestígios do ensino secundário em Belo Horizonte	26
1.2 Expansão do ensino secundário em Belo Horizonte	36
CAPÍTULO 2 – A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA PÚBLICA NA CAPITAL MINEIRA	42
2.1 “Gymnasio Mineiro”: a referência para o ensino secundário em Minas Gerais.....	42
2.2 “Curso Fundamental de Instrução Secundaria”: contra a decadência da instrução	67
CAPÍTULO 3 – A EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO PARTICULAR EM BELO HORIZONTE.....	89
3.1 Para a conquista das almas: o Colégio Santa Maria	90
3.2 Conhece o dever e cumpri-o: o Colégio Isabela Hendrix	98
3.3 Ninho das águias: o Colégio Arnaldo	105
CAPÍTULO 4 – A “DUPLA FEIÇÃO” DA INSTRUÇÃO DA MOCIDADE NA CAPITAL DE MINAS GERAIS.....	128
4.1 A estatística do ensino secundário.....	128
4.2 O privado com cara de público: história das subvenções	133
4.3 O ensino secundário em Belo Horizonte às vésperas da Era Vargas.....	146
4.4 Lugar do Estado na organização do ensino secundário em Belo Horizonte.....	154
CONCLUSÃO E NOVAS TRILHAS.....	164
REFERÊNCIAS.....	183
Acervos e fontes	193

INTRODUÇÃO

A forte convicção do Estado de que por meio da educação se forjaria o espírito do verdadeiro cidadão republicano e de que a República seria “verdadeiramente amada quando [se constituísse] em sentimento consciente do povo” – como consta no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de Minas Gerais de 1897 –, envolveu Minas Gerais no período que ficou conhecido como “Primeira República”.

Inspirados pelos ares de modernidade que se concretizavam na construção da cidade-vitrine¹ da República, o governo mineiro, reforçando sua nova condição política, explicitou, no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1897, sua posição com relação à instrução pública, considerando-a uma necessidade em todos os regimes políticos, especialmente nos de instituições democráticas.

Reconhecendo que é particularmente no ensino secundário que se “forma, modela e plasma a mentalidade a quem incumbe orientar as grandes e definidas direções coletivas de que resulta e emerge o perfil da civilização nacional”, Francisco Campos, em seu discurso de posse na Secretaria dos Negócios do Interior de Minas Gerais, traduziu bem a ideia de ensino secundário do Estado de Minas Gerais no período estudado, apontando a quem tal instrução deveria atender. Talvez mais que o primário, o secundário interessasse “fundamentalmente a economia de nossa cultura”,² uma vez que “uma nação vale o que valem suas elites”.³

Personagens republicanos, professores, educadores, intelectuais e políticos, muitos deles ocupando posições de decisão junto ao governo do Estado, imbuídos do espírito patriótico, participaram das querelas relativas a instrução da mocidade⁴ no período focado nesta pesquisa na intenção de estarem contribuindo para o progresso e a ordem. Para a

¹ Termo usado por Vago (2002, p.14).

² CAMPOS, Francisco. (discurso de posse). 1927 *apud* PEIXOTO, Anamaria Casasanta, 1981.

³ A expressão “educar a elite” é encontrada não somente nos discursos oficiais, mas também nos documentos dos colégios particulares. O termo “elite” está sendo usado nesta dissertação para designar um grupo mais favorecido tanto econômica quanto culturalmente, a quem era dirigida a política do ensino secundário. Vera Nogueira, em sua tese de doutoramento, chama a atenção para a referência de Dulci (1999), que ao estudar o jogo das elites levado adiante pelos principais segmentos envolvidos na configuração de estratégias de modernização de Minas Gerais, nomeia a elite política, a elite agrária, a elite empresarial urbana e a elite técnica. Falando, assim, em elites. Exemplo disso é encontrado no discurso de Francisco Campos ao tomar posse na Secretaria dos Negócios do Interior de Minas Gerais. Na documentação estudada, é recorrente a referência a uma elite administrativa, dirigente, que deveria ser forjada nos bancos dos colégios e ginásios.

⁴ Os termos “mocidade” e “juventude” são usados indistintamente nos documentos e discursos referentes ao ensino secundário.

construção de uma nação que passava a ter na educação um de seus principais pilares de sustentação.

Movimento significativo foi o da elaboração de sucessivas reformas do ensino secundário no plano nacional no período estudado. Reformas que procuraram orientar os rumos da instrução dos jovens normatizando-a, definindo condições para sua fiscalização e orientando a conformação desse segmento escolar. Se o Estado mineiro não foi muito prodigioso na produção de prescrições para o ensino secundário, a União o foi. E uma das disputas em jogo que apresso no decorrer do trabalho é justamente a questão da centralização ou federalização da instrução secundária.

Incorporei às análises desta pesquisa, sempre nos limites de interesse dos argumentos apresentados, as cinco reformas do ensino secundário promulgadas em âmbito federal naquele período: Reforma Epitácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma Rocha Vaz (1925); e a Reforma Francisco Campos (1931). Ainda que anterior ao recorte temporal da pesquisa incluí, também, a Reforma Benjamim Constant (1890), dada sua importância para o debate proposto.

A nova capital de Minas Gerais tornou-se local apropriado para a implantação e o desenvolvimento do ensino secundário mediante a instalação dos colégios e ginásios que, paulatinamente, encontraram guarida na cidade. A produção de uma cultura escolar⁵ podia ser percebida por meio dos estabelecimentos de ensino secundário já nos primeiros anos da cidade. Esboçava-se, já no período de inauguração da nova capital, a configuração de um aparato escolar para o ensino secundário que se instituía na conjunção das ações do Estado e da iniciativa particular.

Partindo da possibilidade de pensar as ações do Estado na tentativa de produzir o ensino secundário, esta pesquisa foi realizada em diálogo com a noção de escolarização proposta por Luciano Mendes de Faria Filho, sempre que suas reflexões produziram sentido para orientar a questão maior deste estudo: Como e até que ponto o Estado investiu na escolarização da mocidade de Minas Gerais? Dialogando com Vago (1999), Faria Filho (2000) e Gonçalves (2006), que pesquisaram a participação do Estado na conformação do ensino primário em Minas Gerais, questiono a intervenção do Estado em relação ao ensino

⁵ Para Julia (2001, p. 12), “poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem o saber a ser ensinado e as condutas a serem inculcadas e um conjunto de práticas que permitem a transmissão destes saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas, estando ordenadas segundo finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”.

secundário. Problematizando não somente a presença, mas também a qualidade da presença do Estado na produção do ensino secundário surgem-me algumas questões: O Estado foi omissivo em relação ao ensino secundário em Belo Horizonte? Não houve investimento no setor? É possível detectar a presença do Estado e sua participação na organização da instrução dos jovens em Belo Horizonte? Em que medida isso aconteceu? É possível identificar uma linha de ação do Estado na tentativa de orientar o ensino secundário?

De início, cabe ressaltar que, ao tratar do processo de escolarização dos jovens em Belo Horizonte, uso os termos “jovens” e “mocidade” para me referir à parcela da população à qual se destinavam as ações de escolarização do Estado ao organizar a instrução secundária. Faço isso em conformidade com os discursos apresentados nos Relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior que tratam os termos indistintamente, o que impõe a necessidade de problematização a respeito da questão de a quem se referiam as personagens sociais ao nomear “mocidade” ou “juventude”. A quais jovens se destinaram o discurso e as ações do Estado?

Busco inspiração nas pesquisas desenvolvidas por Faria Filho para analisar as iniciativas do Estado de escolarizar a mocidade de Minas Gerais, e mais especificamente a de Belo Horizonte. Ao estudar o processo de escolarização em Minas Gerais e sua relação com as culturas escolares, o autor apresenta o termo “escolarização” propondo três sentidos para seu entendimento, que estão “intimamente relacionados”. (FARIA FILHO *et al.*, 2008, p. 141-142)

Em uma primeira concepção, escolarização designa

o estabelecimento de processos e políticas concernentes à ‘organização’ de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. (FARIA FILHO *et al.*, 2008, p. 141)

Nesse ponto, ganha relevo a possibilidade de análise dos processos e políticas que favoreceram a organização de uma série de instituições educacionais responsáveis por ministrar a instrução secundária. Atento ao fato de que as escolas, públicas e particulares, não chegaram a constituir uma rede de ensino no período estudado, trabalho com a noção de escolarização no sentido proposto acima, na perspectiva de que o movimento de conformação

do ensino secundário na Primeira República anunciou a constituição de uma rede que se concretizaria no movimento histórico da educação a partir da década de 1930.

Na possibilidade proposta por Faria Filho de uma organização mais ou menos formal de redes, a organização de redes implica considerar-lhes o “processo de organização”. Processos que na Primeira República, ainda timidamente, com pouca formalidade, levaram à condição de que uma rede se estabelecesse no futuro. A “rede”, composta por estabelecimentos públicos e particulares destinados ao ensino secundário, encontra nessa concepção de escolarização uma noção articuladora da análise proposta, mesmo considerando que o sentido do termo “rede”, como “conjunto interligado de pessoas ou estabelecimentos” (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009), sugere a ideia de certa articulação interinstitucional que não pôde ser percebida de forma clara e definitiva no período estudado.

Outro sentido do termo “escolarização” remete à “produção de representações sociais que têm na escola o *locus* fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados” (FARIA FILHO *et al.*, 2008, p. 141). Tal sentido é especialmente importante para este trabalho, uma vez que possibilitou pensar as representações de ensino secundário, postas em circulação por meio do discurso político e normativo, articulando-as com os sentidos e significados emanados dos colégios e ginásios. Ora corroborando, ora contradizendo as representações socialmente produzidas e ainda criando novas representações, os colégios e ginásios divulgavam significados e também orientavam a sensibilidade social urbana.

Em um terceiro sentido a escolarização é pensada pelo autor como “ato ou efeito de tornar escolar, ou seja, o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares” (FARIA FILHO *et al.*, 2008, p. 142). Tornando escolarizados alguns saberes e conteúdos, na tensão entre o clássico e o técnico, disciplinando a juventude para fazê-la mais civilizada e moldando valores e princípios, os colégios e ginásios agiram no sentido de submeter a sensibilidade da mocidade a uma formatação escolar.

A noção de estratégia ajudou na formulação e explicitação da hipótese condutora da dissertação como forma de tradução da intenção do Estado com relação aos rumos que o processo de escolarização dos jovens deveria seguir em Minas Gerais. Ao estabelecer os limites da noção, Certeau (1994, p. 99) chama de estratégia “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e

poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado.” Entendimento que permitiu pensar o Estado de Minas Gerais e as personagens sociais, direta ou indiretamente ligadas a ele, como um *próprio*⁶ que agiu no sentido de gerir as relações com a exterioridade – os jovens, os estudantes, as instituições educacionais públicas e particulares.

A noção de representação, como proposta por Chartier (1990), também foi particularmente útil. O autor refere-se à representação como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. Para Chartier (1990, p. 17), as representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais, aspiram à universalidade e são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. As representações produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. Com essa chave de interpretação procurei analisar as representações forjadas pelo Estado que conduziram à produção de uma estratégia para a escolarização dos jovens em nível secundário de ensino, ao mesmo tempo em que legitimavam as opções assumidas pelo Estado. Representação de ensino secundário identificada, não somente na legislação produzida, mas também nos discursos políticos e educacionais registrados, sobretudo, nos Relatórios dos Negócios do Interior.

O esboço de uma rede colegial rudimentar que compôs o panorama inicial do ensino secundário em Belo Horizonte, na transição da Capital de Ouro Preto para a Cidade de Minas, bem como seu crescimento, foi inicialmente problematizada nos tópicos que compõem a Introdução deste trabalho.

Para concretizar, dar visibilidade e apontar uma referência imediata dos rumos que o ensino secundário deveria seguir, destinaram-lhe um espaço próprio e um prédio determinado, que abrigaria o estabelecimento modelar da educação secundária em Minas. Juntamente com essa iniciativa, o Estado implementou um conjunto de ações para fomentar o desenvolvimento da instrução secundária, que paulatinamente foram produzindo o ensino secundário no Estado. Em dois movimentos distintos – criando e mantendo estabelecimentos de ensino secundário e provocando e auxiliando a iniciativa particular a se estabelecer na cidade, o Estado possibilitou o crescimento do ensino secundário responsabilizando-se por ele “até certo ponto e limite”, conforme ressaltado no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de Minas Gerais de 1912.

⁶ Termo certauniano que significa “a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. O próprio é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo”. (CERTEAU, 1994, p. 99)

Pois é nos limites das ações e responsabilidades assumidas pelo Estado que este trabalho esforçou-se por identificar e analisar as intervenções do governo de Minas Gerais ao produzir o ensino secundário em Belo Horizonte no período de 1898 a 1931. Considero para as reflexões propostas neste trabalho a concepção de Estado proposta por José Murilo de Carvalho (1987), “parece-nos ao contrário que, exceto em casos muito excepcionais e passageiros de sistemas baseados totalmente na repressão, é mais fecundo ver as relações entre o cidadão e o Estado como via de mão dupla, embora não necessariamente equilibrada.” Neste sentido conduzo minha narrativa entendendo o poder público, representado pelo governo do Estado de Minas Gerais, como componente da trama social incluído no jogo de forças cujo resultado conforma o social.

No caso específico da instrução na República é chave o entendimento de que é no social que temos de buscar as explicações da sociedade. A denominação Estado/sociedade se justifica no uso didático da linguagem, mas a distinção entre ambos não passa de um recurso. Estado e sociedade não foram tomados como polos opostos de uma realidade, mas como elementos de linguagem que se referem a uma relação de interdependência constitutiva do social, ainda que não em equilíbrio de forças. (CARVALHO, 1987)

Nas tensões vividas no meio social, foram criados os regulamentos, por vezes controversos, por vezes complementares, mas fruto de uma produção social na qual, apesar de as personagens lançarem mão de ações diversas em conformidade com suas convicções e posições nas redes de inter-relacionameto, fazendo valer seus interesses em um determinado período histórico, é na longa duração que devemos confirmar as ausências e permanências resultantes das disputas travadas.

Parto da transferência do Ginásio Mineiro para Belo Horizonte, estabelecimento que chegou à nova cidade com a responsabilidade de servir de referência para os programas de ensino secundário dos demais estabelecimentos do Estado. Destaco, na construção e transição da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte (1897) a transferência do Ginásio Mineiro para a nova capital como um momento singular na arquitetura da cultura escolar republicana mineira, especialmente para a produção daquilo que viria ser o ensino secundário da cidade.

A educação escolar é uma prática que acontece entre os sujeitos da educação, os quais se apropriam dos ordenamentos legais de acordo com suas condições reais de ação e constroem seu imaginário em conformidade com sua subjetividade. Em 1898, o antigo Liceu

Mineiro foi transferido para a nova capital como Ginásio Mineiro, marco do ensino secundário público na Cidade de Minas. A capital de Minas planejada e construída em meio ao sentimento de modernidade recebeu, um ano após sua inauguração, o principal estabelecimento de ensino secundário do Estado. Considerei como marco inicial da pesquisa o ano de transferência do Ginásio Estadual para a nova capital por se tratar da maior referência de ensino secundário do Estado, modelo para os demais colégios, ginásios e institutos e a mais importante iniciativa do governo voltada para a instrução pública da mocidade em Minas Gerais.⁷

Conduzo minha pesquisa até o ano da Reforma Francisco Campos (1931), que provocou nova conformação para o ensino secundário, instaurando nova condição para a instrução dos jovens no país. Essa reforma educacional ocorreu na passagem para um momento político distinto: o início da “Era Vargas”.

Fundamental foi o entendimento de que tal estudo seria mais profícuo se realizado considerando-se o entrecruzamento de vários elementos cuja combinação possibilitou a configuração do ensino secundário em Belo Horizonte como tal. Não se trata, aqui, de analisar especificamente os programas do ensino secundário, tampouco a legislação concernente a esse segmento escolar, ou de fazer um estudo vertical sobre alguma instituição de instrução secundária em especial. Na investigação aqui proposta, não pretendi focar as apropriações dos sujeitos em seu cotidiano. Ao optar por outra direção, voltei meu olhar para estudar as ações do Estado que circunscreveram uma estratégia de escolarização para o ensino secundário em Belo Horizonte, partindo da dimensão da formulação de políticas de implantação e organização de estabelecimentos de ensino secundário na cidade e de propostas educacionais que buscavam informar a instrução dos jovens. Para tanto, foram examinadas diversas ações do Estado com a intenção de aquilatar sua presença e grau de intervenção no movimento de produção do ensino secundário na nova capital mineira. Dessa forma este trabalho pode favorecer os interessados em adentrar as práticas de apropriação dos projetos, propostas, programas e ordenamentos dirigidos ao ensino secundário, servindo-lhes como base de pesquisa.

O propósito com este trabalho foi estudar as ações do Estado, que traduziram as políticas educacionais cujo alvo era o ensino secundário, tornando possível sua conformação. A investigação da produção do ensino secundário em Belo Horizonte desdobrou-se em

⁷ A esse respeito, ver VIANA, 2004.

questões norteadoras da pesquisa: O Estado interveio na produção do ensino secundário em Belo Horizonte? Quais ações demonstram isso? Qual o grau de importância dessas ações no panorama geral de conformação do ensino secundário em Belo Horizonte? Qual foi a participação da iniciativa particular nesse movimento? Que papel desempenharam as congregações religiosas e os leigos nesse processo? Em meio a quais tensões forjou-se o ensino secundário em Belo Horizonte? Em nome de quais interesses se produziu o ensino secundário na cidade?

Interessado na história da escolarização em Minas Gerais, procuro analisar a confluência entre a cultura e política escolares e a política no período entre 1898 e 1931. Para acompanhar o movimento de produção do ensino secundário em Belo Horizonte tendo como alvo questionamentos lançados desde o presente, fui ao encontro de documentos variados, registros deixados de um passado vivido em um tempo determinado que permitissem uma interpretação possível de ser contada. Para tanto, consultei ordenamentos legais prescritos para o ensino secundário no período estudado; os Relatórios da Secretaria de Negócios do Interior de 1893 a 1918, último disponível no Arquivo Público de Minas Gerais (APM); a *Seção Vida Escolar* de estatística do Estado de Minas Gerais; periódicos em circulação no período estudado; periódicos produzidos pelos estabelecimentos de ensino; acervos particulares de algumas instituições de ensino e as correspondências referentes ao ensino secundário encaminhadas à Secretaria de Negócios do Interior do Estado de Minas Gerais.

Ao consultar as correspondências encontrei e procurei dar visibilidade à documentação relativa ao Curso Fundamental de Instrução Secundária (APM SI-3289), uma iniciativa do Estado cuja documentação favoreceu sobremaneira as análises deste trabalho e sobre a qual não havia ainda encontrado referências na produção acadêmica. Juntamente com as folhas de pagamento do Curso Fundamental encontram-se recibos, cartas, bilhetes e programas de ensino referentes ao período de duração desta iniciativa do Estado que, inspirado em Walter Benjamin (BENJAMIN, 1994, p. 223), instigaram-me a procurar por “ecos de vozes que emudeceram”.

Na tentativa de construir uma narrativa coerente à documentação, superpus e entrecruzei fontes diversas em um esforço de interpretação que se fez a um só tempo seletivo, cumulativo e simultâneo. Ao lidar com a relação tempo/espço/registros, procurei tratar os documentos como fonte, mas também, sempre que possível e necessário ao trabalho, perceber na sua materialidade vestígios das práticas e dos usos feitos pelas personagens sociais

diretamente envolvidas na produção do ensino secundário em Minas Gerais, especialmente em Belo Horizonte.

Considere as representações que informaram as ações do Estado, especialmente as prescrições normativas e os discursos registrados nos Relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior, como orientadoras de uma estratégia de conformação do ensino secundário. Importante ressaltar que não se pode esperar que tais ordenamentos tenham sido aplicados integralmente nos colégios e ginásios de Minas. Entre as representações pretendidas e as apropriações realizadas, existe o lugar das práticas dos sujeitos. Tais prescrições significam o resultado possível, naquele tempo e espaço, da intenção do Poder Público em informar, organizar e orientar as práticas sociais. Uma tradução jurídica das tradições e dos costumes que se pretendia manter ou alterar. Os ordenamentos oferecem para análise sua “força na conformação de um discurso sobre a educação” (FARIA FILHO, 1998, p. 103), sobretudo um “lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais” (FARIA FILHO, 1998, p. 106).

Tratei os dispositivos legais como lugar privilegiado de tradução das estratégias sociais, principalmente dos setores diretamente ligados ao governo de Minas, para a ordenação do social. Entrecruzando as orientações que a legislação e os discursos políticos informavam com a dinâmica percebida nos estabelecimentos de ensino, busquei uma interpretação que indicasse a intenção e o grau de intervenção do Estado na conformação do ensino secundário.

A história da educação escolar tem uma aproximação com a história política, uma vez que uma das principais fontes é justamente o arcabouço legal produzido na tentativa de conformar o campo educacional. Assim, foi importante examinar as produções legais, suas aproximações e os distanciamentos com as instituições educacionais, particulares e públicas, e as nuances das disputas que possibilitaram a configuração do ensino secundário como tal. A ação mais concreta do legislador é a produção de normas para definir os limites, orientar e conduzir a sociedade, criando condições de controle.

Para Gonçalves Neto (2009, p. 69),

as representações contidas nas leis não são apenas as do grupo diretamente envolvido na sua formulação, mas incorporam um discurso modernizante e abrangente que corrobora o que está sendo prescrito, legitimando as ações dos que têm o poder de compor a lei.

Não obstante, o percurso do legislador não foi linear, tampouco se deu em uma perspectiva de desenvolvimento e de constante superação. Os avanços e retrocessos foram percebidos nos dispositivos legais que acompanharam a efervescência dos debates e lutas a respeito do ensino secundário travadas no seio da sociedade. Dessa forma, o aparato legal molda a sociedade ao mesmo tempo em que é moldado por ela.

Continua o autor:

por outro lado, trazendo a discussão para o campo mais específico da cultura escolar, podemos considerar que as representações explicitadas na legislação não se resumem a prescrições aleatórias, pois estão embasadas numa visão de escola, conhecida ou imaginada, que se pretende implementar. (GONÇALVES NETO, 2009, p. 70)

Para um trabalho em que se propôs a estudar o movimento de produção do ensino secundário em Belo Horizonte, analisar os dispositivos legais criados foi fundamental para mapear as principais ações que forjaram a representação de instrução secundária projetada no imaginário social. Isso me levou a perscrutar os caminhos traçados pelo legislador ao criar as condições de possibilidade para a organização do ensino secundário. Prescrições federais que certamente foram fruto das tensões e do jogo de interesses de uma época e que surgiram na tentativa de afirmar determinada conformação para o ensino secundário brasileiro, influenciando diretamente a organização desse segmento escolar em Minas Gerais.

O manuseio e a organização dos documentos indicaram que os sucessivos governos mineiros assumiram lugar de central importância no processo de escolarização da juventude na capital mineira no período tratado nesta pesquisa. Ainda que usando uma estratégia distinta daquela empregada para o desenvolvimento do ensino primário,⁸ o governo de Minas Gerais investiu significativamente na implantação e na organização da instrução secundária em Belo Horizonte.

No trabalho ora apresentado proponho desenvolver a hipótese de que o Estado interveio fortemente na produção do ensino secundário. E o fez estrategicamente em dois movimentos: criando e mantendo institutos de instrução secundária e fomentando a iniciativa particular.

Examinei as circunstâncias em que se encontrava o ensino secundário em Belo Horizonte no momento da transferência da capital de Ouro Preto para a Cidade de Minas, bem

⁸ Para o entendimento do processo de escolarização da infância e a organização do ensino primário em Minas Gerais, ver FARIA FILHO, 2000 e GONÇALVES, 2006.

como caracterizei o ensino secundário em um panorama de estudos pós-primário pouco definido naquele momento histórico. Fiz, também, o levantamento de quais instituições se dedicavam à instrução secundária na cidade e suas condições de funcionamento. Dediquei atenção especial à chegada das congregações religiosas na nova capital de Minas Gerais desejosas de ministrar educação aos jovens instalando seus colégios em terras mineiras. Questões que foram problematizadas inicialmente nos três tópicos que compõe o capítulo 1 deste trabalho – *A instrução secundária na transição de Ouro Preto para a nova capital*, *Vestígios do ensino secundário em Belo Horizonte* e *A expansão do ensino secundário em Belo Horizonte*.

No segundo capítulo do trabalho problematizo as ações do Estado para produzir o ensino secundário público. Os investimentos concretos e o discurso político do Estado constituem os objetos centrais desta parte do trabalho. A questão central que move o capítulo é a análise das tensões e disputas em jogo para a manutenção de estabelecimentos públicos de ensino secundário. Outro ponto de destaque é a iniciativa de criação e manutenção de um curso secundário público com caráter mais técnico, levado adiante pelo Estado. Procuro dar visibilidade às duas principais iniciativas do governo de Minas relacionadas ao ensino secundário público no período estudado e às tensões sob as quais foram organizadas. Ancoro minhas reflexões em dois estabelecimentos de ensino – o Ginásio Mineiro e o Curso Fundamental de Instrução Secundária.

O papel do Estado no movimento de produção do ensino secundário particular em Belo Horizonte é o assunto do capítulo 3. A identificação e a problematização das ações do Estado no intuito de conformar a instrução da mocidade, bem como seu investimento na consolidação de determinada representação de ensino secundário, compõem os assuntos desta parte do estudo. O movimento de trazer tanto as Congregações Católicas quanto a Igreja Metodista para se instalarem em terras mineiras e o auxílio prestado a essas instituições para se fixarem na capital de Minas Gerais são os fios condutores do capítulo. Alguns estabelecimentos de ensino servem de referência para a argumentação apresentada – o Colégio Santa Maria, o Colégio Isabela Hendrix e o Colégio Arnaldo.

Problematizo de maneira mais detida as representações de ensino secundário público e particular que o Estado estrategicamente fomentou com base em algumas iniciativas no capítulo 4. Desenvolvo essa questão de maneira mais específica apresentando a estatística oficial referente ao ensino secundário e discutindo especialmente as subvenções concedidas

pelo Estado. Nessa parte do trabalho, procuro analisar, também, o desempenho do Estado como protagonista na produção da instrução secundária em Belo Horizonte e os anos finais da chamada Primeira República que criaram as condições que possibilitaram uma nova feição à instrução da mocidade, materializada na Reforma Francisco Campos de 1931. Tendo como base o texto da reforma e os Anais da Segunda Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em Belo Horizonte, procuro discutir as bases sobre as quais culminou a Reforma do Ensino de 1931.

Secretário dos Negócios do Interior de Minas Gerais e um dos principais articuladores da realização do Segundo Congresso Nacional de Educação em Belo Horizonte, Francisco Campos coordenou a reforma do ensino do Estado de Minas de 1927⁹. Agindo especificamente sobre o ensino primário e o normal, Francisco Campos ensaiou sua política educacional que anos mais tarde seria levada ao plano nacional. Em 1931, Francisco Campos, então Secretário dos Negócios do Interior da União, promoveu uma reforma educacional que reorientou o ensino secundário no país e que tomei como referência para culminar esta pesquisa.

Para compor as análises do estudo proposto e dar suporte à minha argumentação, elegi algumas instituições públicas e particulares, tomadas como referência para demonstrar o movimento de produção do ensino secundário indicado e ilustrar as ações levadas adiante pelo Estado. Instituições que me permitiram alcançar questões que julgo importantes para a abordagem do objeto de estudo desta pesquisa. Para a escolha das instituições procurei cobrir o debate de pares teóricos como público/particular, leigo/confessional, católico/protestante, propedêutico/técnico, bem como a questão de gênero, campos de tensão permanentes que permearam a conformação do ensino secundário em Belo Horizonte no período estudado e que serviram de fio condutor para a escrita deste trabalho.

Na conclusão, analiso o trabalho procurando dar visibilidade ao movimento de produção do ensino secundário por meio das ações do Estado, identificando a estratégia de conformação da instrução dos jovens em Belo Horizonte. Procuro problematizar o protagonismo do governo mineiro na organização da instrução secundária, bem como os limites de sua ação, destacando as permanências percebidas ao longo do trabalho. Faço também indicações dos limites da pesquisa que significam possibilidades de continuidade para aqueles interessados no tema.

⁹ Ver Anamaria Casansata Peixoto (1981).

Interessado na historiografia da escolarização em Minas Gerais, pretendo, com este trabalho, contribuir para a escrita de uma história do ensino secundário do Estado. O campo da historiografia da educação no Brasil é um dos que mais cresceram na última década no país. Sobre a historiografia da educação mineira, muito se avançou, mas o conhecimento produzido privilegia com muito mais frequência o ensino primário do que o ensino secundário. (FARIA FILHO, 2003, p. 77-97)

Dallabrida (2007, p. 14) reforça o argumento da escassez de trabalhos voltados para o estágio intermediário do percurso dos alunos: “É mais fácil encontrar estudos sobre os extremos os ensinos primário e superior – do que sobre este lugar intermediário do percurso dos alunos”. Analisando a produção em Minas Gerais e mais especificamente em Belo Horizonte, observa-se que o ensino primário possui um considerável acúmulo de pesquisas e muito pouco se encontra a respeito do ensino secundário.

Ao construir a trama de um período que corresponde a 33 anos da história de Belo Horizonte a respeito das ações políticas de implantação e organização da instrução secundária na cidade, percorro os caminhos e trilhas do percurso que fez com que o ensino secundário passasse de um ponto no mapa da cidade planejada a uma materialidade no meio urbano com uma representação no imaginário social. Resta “encarar a operação que faz passar da prática investigadora à escrita” (CERTEAU, 2006, p. 94) e o faço convidando o leitor a acompanhar o movimento que me possibilitou perceber como, ao arquitetar e construir a cidade de Belo Horizonte, parte dos atores sociais do período estudado inscreveram nela o lugar do jovem secundarista.

Convido-os a acompanhar como não somente os Grupos Escolares, a Escola Normal e a Universidade, mas também os colégios e ginásios transformaram-se em referências não apenas geográfico-espaciais, mas, sobretudo, referências sociais de relação com o mundo urbano, o mundo instruído, marcando a vida e a sensibilidade das pessoas.

CAPÍTULO 1 – A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA NA TRANSIÇÃO DE OURO PRETO PARA A NOVA CAPITAL

O momento de transição do Império para a República é particularmente profícuo para a análise da relação cidadão/Estado, uma vez que para sobreviver qualquer sistema político necessita de uma base qualquer de legitimidade perante a população. A passagem para o sistema republicano era a primeira grande mudança de regime político após a Independência. Mais do que isso, “tratava-se da implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente a trazer o povo para o proscênio da atividade política” (CARVAHO, 1987). Como veremos um dos principais dispositivos utilizados pelo Estado para formar o cidadão republicano foi justamente a escolarização. Nesse sentido, concentrei esforços em seguir a trilha do ensino secundário e em sua representação como necessário à construção da República, ao mesmo tempo em que era produzido por ela.

Um ano após a proclamação da República, foram suprimidos pelo Decreto n. 260, de 1890, o Liceu Mineiro da Capital (Ouro Preto) e os externatos herdados do Império em Sabará, Campanha, São João del-Rei, Diamantina e Paracatu. O ensino secundário público experimentou, assim, um significativo encolhimento com uma drástica redução do número de vagas oferecidas pelo Poder Público em Minas Gerais. O mesmo decreto criou o Ginásio Mineiro, nas modalidades internato e externato. O internato seria levado para Barbacena enquanto nos planos educacionais do governo mineiro o externato deveria se transferir para a nova capital.

Acompanhando o Decreto n. 981, a chamada Reforma Benjamim Constant, Minas Gerais moldava-se, do ponto de vista educacional, à política republicana nacional. Para Dallabrida (2007, p. 15), “o ensino secundário começou a ser republicanizado com a Reforma Benjamim Constant (1890), que implementou um novo currículo escolar, fundado no pensamento positivista.” Assis e Fasolo (2007) consideram que a Reforma Benjamim Constant alicerçou as bases do novo regime educacional servindo de referência para as reformas que se seguiram.

Com o amadurecimento dos planos de mudança da capital para Belo Horizonte que deveria ser o novo centro administrativo do Estado e que, do ponto de vista educacional, se preparava para receber o estabelecimento modelo para orientar o ensino secundário, o

Estado buscava reorientar a educação de seus jovens. Sinais de um desejo de se distanciar dos antigos traços do Império, refletindo os novos ares políticos também na educação, que deveria assumir outros contornos e para a qual nova representação parecia estar em construção concomitantemente com a construção da própria *capital*.

Em 1894, instalou-se a Comissão Construtora da Cidade de Minas, chefiada por Aarão Reis, que cuidou para que houvesse, na planta da cidade, um espaço para a instrução secundária pública. Um lugar específico na planta da cidade foi reservado para o estabelecimento de ensino-modelo. Um prédio foi reservado para receber o Ginásio Mineiro (VIANA, 2004), indicação de que a educação dos jovens foi prevista nos planos dos dirigentes da nova capital, diferentemente do ensino primário, que passou a contar com um prédio especialmente construído para promover o ensino das crianças apenas em 1914, quando a cidade já contava 17 anos (VAGO, 2002). O ensino secundário gozou da prerrogativa de ter um prédio reservado à instrução dos jovens mesmo antes de haver na cidade um estabelecimento público para tal finalidade.

A esse respeito, Faria Filho (2000) escreve:

[...] à cidade como projeto pedagógico era dada tanta atenção e depositada tanta confiança para desempenhar a árdua tarefa de transformar ‘súditos em cidadãos’, desocupados em trabalhadores, ‘bárbaros em civilizados’, que a nova Capital nem precisaria de escolas para as camadas mais pobres. A educação primária, tida e defendida pelos republicanos como um dos principais meios de produzir os cidadãos e trabalhadores necessários ao progresso da República e ao mercado de trabalho ‘livre’ que se implantava, não lograria conseguir nem um prédio próprio na nova Capital.

Já para a educação dos jovens, o espaço para o ensino secundário público foi previsto nos planos da cidade. Mas seria ele ocupado? A quem atenderia?

O Ginásio Mineiro, ainda em Ouro Preto, contava, no ano anterior ao da instalação da Comissão Construtora, com 136 matrículas, sendo 26 os alunos do curso e 110 os chamados avulsos,¹⁰ o que indica a força com que os exames preparatórios¹¹ chegaram ao início da República.

¹⁰ Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de Minas Gerais de 1893.

¹¹ Esses exames, conhecidos como “exames parcelados de preparatórios”, davam acesso aos cursos superiores. Podiam ser prestados por quem tinha cursado o ensino secundário sequencial ou realizado estudos avulsos nas disciplinas de interesse. Os cursos que preparavam para os exames parcelados de preparatórios, ou exames parcelados simplesmente, eram chamados de “cursos preparatórios”, que poderiam ser cursados avulsos. Os exames avulsos atendiam aos que não frequentavam cursos regulares.

Aproximadamente 80% dos alunos matriculados no ginásio do Estado eram alunos avulsos, ou seja, não faziam o curso secundário na íntegra, mas, sim, aulas preparatórias para os exames parciais de acesso ao ensino superior.

O Império não fez do ensino secundário brasileiro um projeto educacional público, mas um sistema de exames (HAIDAR, 2008), característica que perduraria durante a Primeira República e que deixaria resquícios. O ensino secundário chegou à República como uma ponte de passagem para o grau superior de ensino, funcionando como momento de preparação para os exames de acesso.

Inaugurada a capital em dezembro de 1897, era necessário povoá-la com cidadãos republicanos. Nela não haveria súditos. Para isso a educação foi representada como condição de possibilidade. Especialmente o Ginásio Mineiro, transferido para a cidade em 1898, entrando em funcionamento no ano seguinte, teve a responsabilidade de servir de referência para os demais estabelecimentos do Estado.

A mudança do seu nome com a conseqüente transferência para Belo Horizonte significava a ruptura com um passado imperial. Uma nova proposta educacional considerada moderna, dentro do espírito liberal e positivista daquele momento. (TEIXEIRA, 2004)

Muito estava por se criar na nascente capital, mas os primeiros movimentos de escolarização apareciam não só pela transferência do Ginásio Mineiro, algumas escolas isoladas, duas escolas convertidas em urbanas, herança do arraial Curral del-Rei, algumas escolas criadas fora da área urbana, chamadas coloniais e modestos estabelecimentos mantidos por particulares compunham um primeiro cenário escolar da cidade.

Em funcionamento desde 1896, o Colégio Cassão, particular e leigo, instalou-se na cidade e funcionou durante alguns anos. De outros estabelecimentos particulares se tem notícia na cidade, fundados em sua maioria por professores: Colégio Progresso, Colégio da Imaculada, Escola Mista D. Esther Varela, Colégio Guilherme Dias, Colégio Schmit. Vários colégios mantinham os nomes de seus professores, fundadores; alguns apesar de manterem nomes religiosos, não eram confessionais, sem relação com uma congregação (HADDAD; SANTOS, 1993). Na documentação estudada para esse segmento educacional, a nomenclatura encontrada nem sempre é a mesma. Termos distintos eram usados para fazer referência à instrução secundária. Diferentes modalidades de estudos pós-primários recebiam a denominação de estudos secundários. Encontrei na documentação sob a denominação de ensino secundário as modalidades de Curso Normal, algumas vezes cursos técnicos,

profissionalizantes, cursos preparatórios avulsos, além do curso secundário propriamente dito. Ginásios, colégios, cursos preparatórios e aulas isoladas apresentavam organização pedagógica e objetivos distintos. O ensino elementar e secundário “não representavam graus sucessivos e contínuos do processo educativo” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 126). Sem articulação vertical com o primário, as modalidades de ensino pós-primário apresentavam-se justapostas, organizações paralelas, com diferenciação do nível social dos alunos atendidos, gozando de prestígio social diferenciado.

Importante ressaltar que a instrução secundária não se caracterizou, durante todo o período estudado, como um curso obrigatório e sequencial, ainda que a legislação, em alguns momentos, se aproximasse disso. Os estabelecimentos voltados para esse segmento da educação, com frequência, ofereciam os cursos preparatórios de acesso ao ensino superior, recebendo alunos regulares e avulsos, que eram também chamados de “estudos secundários”.

Nesta pesquisa, restrinjo-me à análise das condições de produção do ensino secundário em Belo Horizonte como um curso sequencial, obrigatório e que passou forçosamente pelos cursos ministrados nos colégios e ginásios da cidade. A pesquisa então, não contempla outras modalidades educacionais, como o Curso Normal, cursos técnicos ou profissionalizantes. Procurei compreender a trama e as tensões que produziram o ensino secundário, localizando-o entre o primário e o superior. Para isso, dei visibilidade a alguns estabelecimentos cuja existência ofereceu informações relevantes para a compreensão do processo de produção do ensino secundário em Belo Horizonte.

1.1 Vestígios do ensino secundário em Belo Horizonte

Belo Horizonte, já em seus primeiros anos, possuía uma vida escolar secundária para além do Ginásio Mineiro, que esboçava certa dinâmica. Vida educacional não só pública, mas também particular, que gerava suas disputas e concorrências a ponto de as instituições buscarem divulgar seus serviços nos periódicos circulantes.

Collegio da Immaculada

Tendo-se mudado este estabelecimento para melhor predio á rua das Alagoas, e estando reformado e completamente reorganizado, espera continuar receber o favor e protecção que o publico lhe tem dispensado até o presente.

E' o estabelecimento mais antigo de Bello Horizonte e está sob a direcção de tres Irmãs, que o tem dirigido de um anno a esta parte.

Reabrem-se suas aulas a 7 de janeiro p. futuro

Modelado pelos melhores institutos de educação feminina das grandes Captaes do Brasil, propõe-se a dar ás suas alumnas uma educação solida e conscienciosa.

E', talvez, o collegio mais vantajoso de todos os seus congeneres, pela modicidade de preço de sua pensão, pelo escrupulo no aceio e tratamento de suas alumnas e pelo adiantado methodo de ensino que adopta.

Prepara suas alumnas—de curso secuudario—nas seguintes materias:

Portuguez, Francez, Geographia, Arithmetica, Historia profana, Historia Sagrada, Historia natural, Geometria, Desenho, Pedagogia, Economia domestica, Musica (piano e canto) e trabalhos.

RECEBEM-SE ALUMNAS INTERNAS E EXTERNAS

Pagamentos adiantados

As internas pagam por mez.....	50\$000
Externas (do curso secundario).....	10\$000
Externas (do curso primario).....	5\$000
Musica (piano e canto) pago separadamente.	10\$000

Recebem-se tambem, para primeiras letras, e a razão de 5\$000 mensaes, meninos externos, menores de 12 annos e que sejam de procedimento exemplar.

Dezembro de 1900.

FIGURA 1 – Anúncio do Collegio da Immaculada –
Tribuna Catholica, 1900

Fonte: Coleção Linhares – Biblioteca Central da UFMG

Uma notícia veiculada na *Tribuna Catholica*¹² em 1900, sobre o Collégio Immaculada,¹³ referia-se a um colégio particular leigo, que atendia ao público feminino da cidade. Dirigido por três irmãs, anunciado como o mais antigo de Belo Horizonte e como o mais vantajoso, pela modicidade dos preços, o anúncio do colégio indica alguns critérios de qualidade e confiabilidade importantes já naquele período.

O valor pago para uma aluna cursar o ensino secundário em regime de externato, como se observa, era de 10\$000 por mês. Outro ponto destacado era o modelo educacional adotado, baseado nos melhores institutos das “Grandes Capitaes do Brasil” e a proposta de “dar uma educação solida e conscienciosa” pelo “adiantado methodo de ensino que adota”. A reunião de características como preço, método e proposta condensavam a imagem de escola “vantajosa”.

Tudo indica que esse colégio passaria às mãos de irmãs religiosas após alguns anos, como tratado a seguir. Dentre as matérias oferecidas constam a “História profana, História Sagrada e História natural”.

Uma combinação que se encontra nos periódicos estudados é a combinação de preço, atualização metodológica, proposta curricular, tradição e corpo docente, como mola propulsora da divulgação dos colégios e ginásios.

O *D. Viçoso*¹⁴ era um órgão de comunicação dos alunos do Colégio D. Viçoso, ao que parece, produzido nas oficinas do *Diário de Notícias*, com tiragem de 200 exemplares. Um de seus números de 1909, traz outro anúncio do mesmo estabelecimento, Collegio da Immaculada, sob outra direção.

¹² O Padre Martins Dias Francisco, vigário do Arraial, fundou a *Tribuna Catholica*, para “a defesa e elevação dos princípios católicos”, cujo aparecimento se deu em 19 de março de 1900 e encerrou o ciclo de suas atividades em 25 de maio de 1902.

¹³ A instituição não deve ser confundida com o Colégio Imaculada Conceição, de origem espanhola, funcionando em Belo Horizonte nos dias de hoje.

¹⁴ Como consta na Coleção Linhares, no setor de obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais.

COLLEGIO DA IMMACULADA

—«—»—

Este estabelecimento, o mais antigo do Bello Horizonte,
esta' hoje sob a direcção de seis habéis
Religiosas nacionaes

*Modelado pelos melhores institutos de educação fe-
minina das grandes capitães do Brazil, propõe-se
a dar às suas alumnas uma educação solida
e conscienciosa*

E' talvez, o collegio mais vantajoso de todos
os seus congeneres, pela modicidade
de preço de sua pensão, pelo escrupulo no
aceio e tratamento de suas alumnas e pelo
adiantado methodo de ensino
que adopta

repara suas alumnas—de curso secundario—nas seguin-
tes materias: —Portuguez, Francez, Geographia,
Arithmetica, Historia profunda, Historia sagrada, Histo-
ria natural, Geometria, Desenho, Pedagogia,
Economia domestica, Musica (pianno e
canto) e trabalhos.

RECEBEM-SE ALUMNAS INTERNAS e EXTERNAS

Pagamentos adeantados

As internas pagam p	mestre.....	150\$000
As externas »	»	30\$000
Musica—piano e canto — pago separada- mente.....		30\$000

Recebem-se tambem, para primeiras letras, e a razão de
5\$ 00 mensaes, meninos externos menores de 12 annos
e que sejam de procedimento exemplar

FIGURA 2 – Anúncio do Collegio da Immaculada – O D. VIÇOSO, 1909

Fonte: Coleção Linhares – Biblioteca Central da UFMG

O colégio é apresentado “sob a direção de seis hábeis religiosas nacionaes”, ministrando aulas para o público feminino, com internato e externato e atendendo, também, meninos para as primeiras letras, o que não era tão incomum naquele período. Como se observa, o Collegio Immaculada aceitava meninos desde que fossem menores de 12 anos e de “procedimento exemplar”.

Em Haddad e Santos (1993, p. 22), encontrei uma referência ao Collegio da Immaculada:

em 1 de fevereiro de 1897, o padre Francisco Martins Dias, também fundador da Tribuna Catholica, vigário do arraial, fundou o Colégio da Immaculada, dirigido pela professora D Maria Olivieri, auxiliada por quatro colegas. Funcionou, a princípio numa velha casa, nas proximidades da Igreja da Boa Viagem, transferindo-se em 1898, para o sobrado da rua da Bahia, esquina com Aimorés.

Posteriormente encontrei a D. Maria Olivieri dirigindo outro estabelecimento de ensino na virada do século, o que indica a circulação das pessoas envolvidas com o ensino secundário na cidade.



FIGURA 3 – Anúncio sobre a inauguração do Externato da Boa Viagem – *Tribuna Catholica*. 1900. Fonte: Coleção Linhares – Biblioteca Central da UFMG

Associações também eram feitas na cidade para oferecer serviços educacionais. O Sr. Joaquim de Menezes Furtado, em 5 de agosto de 1900, anunciava a fundação do “Collegio S. Thomaz de Aquino”,¹⁵ pertencente a uma associação que tanto oferecia o curso secundário

¹⁵ A instituição não deve ser confundida com o Colégio S. Thomás de Aquino, que funciona em Belo Horizonte nos dias de hoje.

como habilitava para os exames preparatórios, com o programa modelado pelo Ginásio Nacional¹⁶.

COLLEGIO

« S. Thomaz de Aquino »

Com este titulo acaba de ser fundado e installou-se a 6 do corrente, nesta Capital, um instituto de instrucção primaria e secundaria, pertencente a uma associação.

Além dos alumnos que seguem o curso regular modelado pelo programma do Gymnasio Nacional, serão tambem acceitos aquelles que desejarem se habilitar para prestar exames de preparatórios.

O corpo docente compõe-se de professores cuja competencia não pode ser posta em duvida.

Os alumnos internos, de fôra dá capital, deverão ter na mesma um correspondente.

PREÇOS

Os internos pagarão na entrada a joia de.....	40\$
Prestação trimestral para os internos.....	480\$
Semi-internos.....	150\$
Externos (do curso secundario)—mensalidade.....	15\$
Externos (do curso primario)—mensalidade 5\$ ou.	10\$
Musica pago separadamente por mez.....	10\$
Lavagem de roupa (por mez)	10\$

Os alumnos de materias avulsas pagarão o que for convencionado. Todas as despesas extraordinarias correrão por conta dos paes dos alumnos.

Para mais informações, entender-se com o director abaixo assignado.

Bello Horizonte, 5 de agosto de 1906—*Joaquim de Menezes Furtado.*

FIGURA 4 – Anúncio do Collegio S. Thomaz de Aquino – *Tribuna Catholica*, 1900
Fonte: Coleção Linhares – Biblioteca Central da UFMG

¹⁶ Nesse período o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro passou a ser denominado Ginásio Nacional.

Tanto para atender a alunos internos e externos, dos cursos primário e secundário, além das aulas avulsas, o Collegio S. Thomaz de Aquino divulgava a qualidade do seu corpo docente e os preços de seus serviços. Os alunos do secundário em regime de externato deveriam pagar uma mensalidade de 15\$000, os internos para o mesmo curso o valor de 180\$000 por trimestre, enquanto os semi-internos 150\$000 trimestralmente.

Collegio D. Viçoso
 MODELADO PELO GYMNASIO PEDRO II
Director, dr. Gustavo Prado
 Internato, semi-internato e exter-
 nato

De accordo com a nova reforma de ensino, além do curso gymnasial modelado pelo Gymnasio Pedro II, mantém igualmente um curso de preparatorios destinado aos alumnos que quizerem prestar os exames parcelladamente.

Funciona em predio proprio, amplo e confortavel.

Seu excellento corpo docente com põe-se só de profissionaes.

É o estabelecimento de instrução secundaria mais antigo de Belo Horizonte.

Acceitam-se alumnos internos com direito a frequentar aulas no Gymnasio Mineiro.

RUA DA BAHIA, N. 1.500
BELLO HORIZONTE
 19-8

FIGURA 5 – Anúncio do Collegio D. Viçoso – Minas Geraes – 8 de agosto de 1913
 Fonte: Hemeroteca de Belo Horizonte

Com o nome do bispo que presidiu a diocese de Mariana, o D. Viçoso foi um colégio fundado em 1905, “destinado à instrução da mocidade” que mantinha o internato, semi-internato e externato.

Religioso muito influente na sociedade mineira, D. Viçoso emprestou seu nome a um colégio leigo que se anunciava, também, como o “estabelecimento de instrução secundária mais antigo de Belo Horizonte”, o que indica que a tradição e a experiência na área de educação eram fatores que conferiam credibilidade aos estabelecimentos.

Interessante perceber que parecia haver uma parceria do D. Viçoso com o Ginásio Mineiro para a manutenção do Internato do colégio, uma vez que anunciava que aceitava “alunos internos com direito a frequentar aulas no Ginásio Mineiro”. Essa parceria entre um estabelecimento particular e outro do Estado na instrução secundária sugere um movimento interessante entre as escolas e sugere uma possível solução para a iniciativa particular enfrentar as dificuldades de manutenção de um Internato, além de ser um atrativo para o colégio, uma vez que o Ginásio Mineiro gozava de bom prestígio na sociedade, com um corpo docente representado como de reconhecida qualidade, como tratado adiante.

Destinado ao público masculino o D. Viçoso contava com a participação de professores como Francisco Amedée Peret e Aurélio Pires, colaboradores de seu fundador, Benjamim Dias Fernandes, que eram também professores do Ginásio Mineiro quando de sua transferência para Belo Horizonte. Amedée Peret foi mais tarde contratado também pelo Colégio Arnaldo que se instalou na cidade em 1912, o que denota uma circulação de professores entre diferentes colégios.

O Colégio D. Visoço, como aparece no recorte abaixo, apresentava uma dupla feição para o ensino secundário, resultado de uma representação de educação percebida no discurso político e assumida no interior de algumas escolas: por um lado os colégios produziam sentido para uma determinada representação de ensino secundário; de outro, a escola aparece como *locus* da produção de significado para o social. Assim tem-se um curso secundário para a elite intelectual e um curso técnico, noturno, “destinado aos empregados do commercio e operários”. Estes eram os que deveriam cursar o ensino técnico: as “classes laboriosas desta capital”. A tensão entre ensino clássico-propedêutico e ensino técnico-profissionalizante que acompanhou os debates do ensino secundário em nível nacional é perceptível na ambiência educacional já nos anos iniciais de Belo Horizonte.

Observa-se também, no recorte abaixo, que o Colégio D. Viçoso passou a receber “alumnas externas”. Cabe registrar que colégios destinados ao público de um gênero recebiam o do outro em condições específicas. Isso acontecia tanto em colégios reconhecidos como masculinos quanto nos femininos.

O D. VIÇOSO 4

Collegio D. Viçoso

Instituto destinado à instrução e
educação da mocidade.

Internato, semi-internato e externato.
Mantem com toda a regularidade os
cursos gymnasial, conjuncto, primario e
commercial. Este funciona á noite e é
destinado aos empregados do commercio
e operarios.

Recebem-se alumnas externas.

Toda correspondencia deve ser dirigida ao

Director gerente Dr. Benjamin Dias.

Rua da Bahia N. 1542.

Bello Horizonte.

FIGURA 6 – Anúncio do Collegio D. Viçoso – *O D. Viçoso* – 10 de fevereiro de 1909
Fonte: Coleção Linhares – Biblioteca Central da UFMG

Encontrei também no periódico *Collegio D. Viçoso* o anúncio do professor João Flecha, que lá trabalhava ao mesmo tempo em que ministrava suas aulas particulares de português, francês e matemática no turno da noite, das 17 às 19 horas. Tal prática encontrava demanda, uma vez que o ensino secundário não era obrigatório e os alunos podiam cumprir as aulas avulsas e prestar os exames parcelados. Uma vez aprovados nos exames, os alunos conquistavam o direito de frequentar os cursos superiores. Essa dinâmica favorecia os cursos avulsos oferecidos na cidade.

Praça do Mercado.

Os biscoitos da Fabrica Brazil de GOMES NOGUEIRA & COMP. são os melhores, os mais nutritivos e os mais baratos que se encontram.

João Flecha
 Professor do Collegio D. Viçoso,
 Lecciona das 5 as 7 da noite,
 Portuguez, Francez e
 Mathematicas.

PAPELARIA MINEIRA
 de
José Ignacio Rodrigues.
 Encontram se ali todos os artigos
 referentes a este ramo de negocio.
 PREÇOS MODICOS.
Avenida Affonso Penna.

HOTEL PARIS
 Grande sortimento de bebidas,
 doces, cigarros e charutos.
 Tratamento especial e preços

FIGURA 7 – Anúncio do professor João Flecha – *O D. Viçoso* – 10 de fevereiro de 1909

Fonte: Coleção Linhares – Biblioteca Central da UFMG

Belo Horizonte era uma cidade na qual a instrução secundária se enraizava com a presença de alguns estabelecimentos particulares que se propunham oferecer serviços de instrução aos jovens que pudessem pagar pelos estudos. O Estado mantinha o Ginásio

Mineiro e desenvolvia ações para incrementar o atendimento à crescente demanda educacional da mocidade.

Assim também foram se instalando na cidade, facilitados pelas intervenções do Estado, as congregações católicas e a igreja protestante, de origem estrangeira, ansiosas por estenderem sua “missão evangelizadora” às terras mineiras.

Como mostram os anúncios apresentados, o movimento em torno do ensino secundário crescia.

2.1 Expansão do ensino secundário em Belo Horizonte

Quando o Secretário do Interior, Delfim Moreira, no Relatório de 1904, manifestou ao governador do Estado, Francisco Antonio Salles, sua convicção de que o Estado não deveria se envolver com o ensino secundário, apontando como ainda nula a participação da iniciativa privada em uma época de transição, estavam chegando à cidade dois colégios de diferentes opções religiosas – um católico e outro protestante –, destinados à educação das *moças da boa família mineira*: o Colégio Santa Maria e o Colégio Isabela Hendrix.

Argumento frequente nos discursos políticos, o aparente não envolvimento do Estado com o ensino secundário se traduziu em uma estratégia que favoreceu a implantação de colégios particulares na cidade e que demandou do governo um investimento que não pode ser desconsiderado. Esses investimentos favoreceram a configuração do ensino secundário na cidade mediante o considerável concurso dos particulares e que precisa ser objeto de reflexão como estratégia deliberada do Estado e forte iniciativa de intervenção do Poder Público. O argumento de provocar, auxiliar e fiscalizar carregava uma representação de instrução secundária que passava a se enraizar no imaginário social, conforme consta no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de Minas Gerais de 1904. Em uma cidade em formação, com crescente urbanização, uma população desejosa de instrução e uma “elite” precisando se preparar sem precisar ir para outros Estados ou mesmo para o exterior, o governo encontrou na ação dos particulares uma solução para fazer expandir a instrução secundária sem

necessidade de lidar diretamente com a construção e a manutenção de estabelecimentos de ensino para a mocidade.

Mesmo porque essa modalidade da instrução não seria, como de fato não foi, direcionada a todos os jovens, mas apenas aos de famílias com condição financeira de pagar por ela, considerando que daí sairiam os quadros para os cargos diretivos da coisa pública.

Instruindo os jovens para o autocontrole e a polidez, com severas regras de disciplina e uma preocupação com o preparo intelectual que oscilava entre o humanismo e o iluminismo, os colégios ganharam prestígio no século XX como lugar de formação da juventude. (VEIGA, 2007)

Como locais considerados apropriados para desenvolver valores tidos por civilizados, os colégios ganharam espaço na “trama das cidades” (VEIGA, 1994, p. 14). Especialmente na história da capital mineira, cidade planejada nos moldes europeus, o preenchimento desse espaço foi objeto de investimentos.

Planejada como centro de civilização e progresso, o plano construtor da cidade previu um prédio destinado ao ensino secundário público, que receberia o Ginásio Mineiro. O Estado não tardou também a levar adiante sua estratégia de fazer chegar à cidade grandes congregações¹⁷ que ocupariam o espaço previsto para o ensino da mocidade. Interessa problematizar as condições de ocupação desses espaços e o papel desempenhado pelo Estado na empreitada de ter os colégios instalados na cidade.

Nessas condições, chegaram a Belo Horizonte o Colégio Santa Maria (1903), o Colégio Isabela Hendrix (1904) e o Colégio Arnaldo (1912), dentre outros que posteriormente foram se instalando. São instituições particulares, católicas e protestantes, que vieram compor o quadro das instituições educacionais de Belo Horizonte voltadas para a instrução da mocidade. Dessa forma, o governo procurava suprir a demanda pelo secundário – fomentando a iniciativa particular, provocando a vinda para Belo Horizonte de educandários de congregações consideradas de tradição.

“A vinda para o Brasil de congregações religiosas femininas intensifica-se, visivelmente, após a República. Três congregações instalam-se no período colonial (1500-1822), onze no Império e noventa e três na Primeira República” (HADDAD; SANTOS, 1993, p. 26). Já no início do século XX, nota-se a chegada em Belo Horizonte, predominantemente,

¹⁷ Alerto para o fato da denominação “congregações” se aplicar às associações católicas às quais pertenciam os Colégios Santa Maria e Arnaldo, já o Colégio Isabela Hendrix pertencia à Igreja Metodista.

das congregações femininas. As Dominicanas do Colégio Santa Maria, as Metodistas do Isabela Hendrix e as Servas do Espírito Santo do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

As congregações masculinas não tardaram a chegar, e a primeira delas, nesse período, foi a do Verbo Divino, fundadores do Colégio Arnaldo. Os primeiros colégios confessionais da capital vieram para atender as moças da “elite” mineira, preocupada com a educação de suas filhas. Desde 1898, já funcionava na cidade o Ginásio Mineiro, que, apesar da supremacia das matrículas masculinas, não fazia restrições às moças. Ao que parece, as famílias dispostas a pagar pela educação secundária de suas filhas promoveram uma demanda que não foi absorvida pelo ensino público o que provocou a chegada de instituições educacionais particulares especializadas na educação de moças.

Outra tensão vivida no meio educacional dizia respeito à laicidade do ensino estatal, por vezes retirando e outras reintroduzindo os símbolos religiosos nas escolas e o ensino religioso nos currículos. Em uma crônica do acervo particular do Colégio Arnaldo, seu diretor descreve, em tom de vitória, a reintrodução do crucifixo no único estabelecimento público de então em Belo Horizonte, em 1921:

A União dos Moços Católicos fez uma campanha vitoriosa para reintroduzir a imagem de Cristo crucificado nas escolas estaduais. Os crucifixos foram solenemente buscados em nossa capela e levados em procissão ao Ginásio Estadual (CRÔNICA..., p. 84).

O Estado de Minas Gerais, de tradição católica, viu refletido no processo de organização do ensino secundário o dilema de ministrar ou não o ensino religioso em seus estabelecimentos ao longo de toda Primeira República. Questão que experimentaria nuances no diferencial de tensão ao longo de tempo, mas que foi uma das marcas do processo de escolarização da mocidade mineira.

Com seu discurso missionário as congregações religiosas passaram a se estabelecer na promissora cidade e provocaram a expansão do ensino secundário particular, apoiadas pela política governamental de auxílio à iniciativa particular, principalmente a religiosa.

Na transição do regime imperial para o republicano, houve, já na primeira reforma do ensino, um exemplo do sentido que a política educacional seguiria nos anos vindouros. Na vigência do Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, a primeira reforma educacional da República, conhecida como Reforma Benjamim Constant, então Ministro da Instrução

Pública, Correios e Telégrafos, definia já no seu art. 1º que era “completamente livre aos particulares, no Distrito Federal, o ensino primário e secundário, sob as condições de moralidade, higiene e estatística definidas por lei”.

Quanto ao ensino secundário, estabelecia, em seu art. 25, que o ensino integral seria dado pelo Estado no Ginásio Nacional, antigo Colégio D. Pedro II, e determinava um curso de sete anos, sendo 12 anos a idade mínima para ingresso no primeiro ano. Determinou-se, assim, qual grupo de jovens poderia ser atendido para cumprir o estudo secundário. O aluno, para ingressar no curso, deveria exhibir certificado de estudos primários de 1º grau ou ser aprovado em todas as matérias dos exames de admissão. Como se observa, não havia obrigatoriedade de se cumprir o curso primário para ter acesso ao secundário. Os exames de admissão poderiam substituí-lo.

A chamada modernização do currículo na República estava mais vinculada a uma formação para manutenção do *statu quo* do que visando à atualização ligada ao desenvolvimento, racionalidade técnica, investigação experimental, como na Europa (ZOTTI, 2005).

Em Minas o discurso político identificado no Relatório da Secretaria do Interior de 1897 (p. 20) pregava um ensino mais democrático, que reconhecia o direito e a necessidade de todos de acesso ao conhecimento, dentro do mais estrito espírito republicano:

A instrução publica, se é uma necessidade de todos os regimens, mais instante se torna nos paizes como o nosso, de costumes e instituições democráticas, onde todos os cidadãos podem influir pelo voto nos negocios públicos e pesar na direcção política. Hoje não há questões que interessem a esta ou aquella classe somente, nem soluções cujo debate pertencem em privilegio a um cidadão com exclusão dos outros; nos actos dos governos e parlamentos colaboram a imprensa e a opinião pública. Assim, cada cidadão que deve exercer com intelligencia e liberdade a parcella de soberania que incarna, tem necessidade de ser iniciado em certos conhecimentos e precisa ter a consciência de seus direitos e deveres.

O discurso político em Minas propagandeava a participação democrática, destacava a liberdade, os direitos e deveres de todos os cidadãos e defendia a instrução pública como uma necessidade nacional.

Concluía-se, no documento, “[...]a republica será verdadeiramente amada quando constituir-se em sentimento consciente do povo e a diffusão desse sentimento fundamental só poderá ser generalizada e fortalecida pela instrução” (p. 20).

Ao mesmo tempo em que as prescrições normativas tratavam de construir uma representação de ensino secundário no imaginário da República emergente, regulamentando o ensino secundário, o discurso político reconhecia a importância da instrução para a produção da própria República. A educação deveria ser o motor para a construção da nação e do espírito republicano do povo brasileiro. Em Minas, o discurso político reforçava essa posição.

Pelo decreto de 1890, a Reforma Benjamim Constant, os Estados da República que organizassem estabelecimentos de ensino integral segundo os planos do Ginásio Nacional teriam seus exames de madureza aceitos para ingresso nos cursos superiores. Os alunos das escolas particulares poderiam prestar exames de madureza nas escolas oficiais e, em caso de aprovação, usufruir as mesmas prerrogativas dos alunos das escolas oficiais. Rui Barbosa (1889 *apud* HAIDAR, 2008, p. 73), no *Diário de Notícias do Rio de Janeiro*, de 3 de abril de 1889, explicava que o exame de madureza consistia em “uma prova única, complexa nas suas partes, abrangendo num exame individual todas as disciplinas”, destinado a avaliar o grau de maturidade dos candidatos aos cursos superiores, e não a quantidade de informações que conseguiam memorizar.

Com a extinção dos exames parcelados e a criação dos exames de madureza tinha-se a intenção de forçar os ginásios estaduais e particulares a adotar o currículo-padrão do Ginásio da Capital Federal (ZOTTI, 2005). Os exames parcelados favoreciam a busca pelos cursos de preparatórios sem que o aluno investisse na formação sistemática de um curso sequencial. O alunado, atraído por uma preparação rápida de acesso aos estabelecimentos superiores, fazia apenas as disciplinas exigidas para o curso de seu interesse e, sendo aprovado nos exames parcelados, garantia sua vaga nos bancos das faculdades.

O decreto enfatizou as disciplinas de caráter científico sem suplantando as humanistas. A perspectiva da Reforma em implantar um ensino secundário enciclopédico, sem considerar as condições do ensino primário, era sinal da falta de conhecimento da realidade educacional brasileira. O que acabou por provocar o Decreto n. 1.232, de 1891, que substituiu a exigência do certificado de estudos secundários pelos “exames preparatórios” (MOURÃO, 1962, p. 436). Em 1892, deixou de existir o Ministério da Instrução e a educação passou a ficar a cargo do Ministério do Interior e Justiça.

Na tentativa de construir um cenário possível que compusesse de maneira consistente a ambiência do ensino secundário em Belo Horizonte, selecionei cinco educandários para maior detalhamento das condições de instalação desses estabelecimentos

na cidade. Saliento que não há interesse, nesta pesquisa, de fazer um estudo vertical sobre essas instituições, mas, sim, por meio delas, esclarecer questões relevantes para o entendimento da estratégia adotada pelo Estado de Minas para a organização e implantação de uma malha de escolas secundárias em Belo Horizonte.

Considerando a relevância das instituições de ensino, a disponibilidade e a possibilidade de acesso às fontes e os trabalhos acadêmicos já realizados, escolhi como educandários a explorar para fundamentar a argumentação deste trabalho o Ginásio Mineiro, o Curso Fundamental de Instrução Secundária, o Colégio Santa Maria, o Colégio Isabela Hendrix e o Colégio Arnaldo. O Ginásio Mineiro e o Curso Fundamental de Instrução Secundária foram as duas iniciativas públicas pesquisadas por meio da documentação estudada para o período proposto. Os colégios Santa Maria, Isabela Hendrix e Arnaldo, além de terem sido os primeiros das grandes congregações a se instalarem na cidade, são estabelecimentos que permaneceram, tornaram-se tradicionais compondo o quadro educacional de Belo Horizonte desde sua conformação.

No conjunto de instituições apresentado encontram-se estabelecimentos que favorecem a discussão dos pares teóricos confessional/laico, católico/protestante, público/particular, masculino/feminino. Pretendo, dessa forma, oferecer uma contribuição para a análise a respeito do ambiente educacional secundário de Belo Horizonte no período estudado.

CAPÍTULO 2 – A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA PÚBLICA NA CAPITAL MINEIRA

Neste capítulo, procuro esclarecer o movimento do Estado para orientar a instrução secundária em Minas Gerais por meio das iniciativas de criação e manutenção de institutos de ensino secundário públicos.

Para esse fim, tomo como exemplos o Ginásio Mineiro e o Curso Fundamental de Instrução Secundária, estabelecimentos criados e administrados com recursos públicos voltados para a formação da mocidade mineira com propostas distintas, objetivando diferentes fins pedagógicos e que divulgavam representações diferentes de ensino secundário. A perspectiva de escolarização dos jovens não era única e não caminhava no mesmo sentido. Propostas em disputa e concepções em tensão produziram duas experiências distintas no processo de organização do ensino secundário em Belo Horizonte. Escolarizar os jovens, sim. Mas em que sentido? Com qual objetivo? Para o acesso aos cursos superiores ou para o trabalho? Desenvolver um curso propedêutico ou técnico-profissionalizante?

2.1 “Gymnasio Mineiro”: a referência para o ensino secundário em Minas Gerais

A criação e a manutenção de estabelecimentos de instrução secundária foram ações que acompanharam o processo de produção do ensino secundário ao longo de toda a Primeira República. Oscilando entre a maior ou menor participação do Estado nessa esfera da instrução, o fato é que ao final do Império o Estado mantinha seis externatos espalhados por Minas Gerais¹⁸ e durante a primeira fase da República esse número ficou reduzido ao Ginásio Mineiro, internato e externato, e durante breve espaço de tempo também ao Curso Fundamental de Instrução Secundária. Somente ao final da década de 1920 novos ginásios estaduais foram criados, como se verá adiante.

¹⁸ Neves (2006) aponta os externatos de São João del-Rei, Diamantina, Paracatu, Sabará, Campanha e Minas Novas.

Assim, o Estado demonstrava não estar preocupado em constituir uma rede pública para o ensino secundário naquele momento, reforçando uma representação de instrução em que esse nível de ensino estaria destinado apenas a um grupo restrito de pessoas.

Em 1889, instalou-se a República e já no ano seguinte, por meio da Reforma Benjamim Constant, Decreto n. 260, de 1º de dezembro de 1890, o governo indicou o rumo que deveria tomar a educação secundária do Estado, transformando o Liceu Mineiro de Ouro Preto em Ginásio Mineiro. Lembro, como exposto, que outros estabelecimentos públicos de ensino, herdados do Império e espalhados pelo Estado de Minas Gerais, foram extintos nesse período.

Com um ensino primário ainda carente de organização e prestígio o governo enfrentava o problema da pouca demanda pelo secundário e dos custos para manter os estabelecimentos destinados a esse nível da instrução no Estado. Assim, o governo voltou a concentrar seus esforços no Ginásio Mineiro, fechando os demais externatos estaduais.

Discorrendo sobre a representação produzida para o Ginásio Mineiro, Teixeira (2004, p.23), aponta que “o novo momento político demandaria ‘novas instituições’ que pudessem contribuir para a formação de cidadãos respeitáveis pelo seu civismo” e que a mudança do nome Lyceu para Gymnasio caracterizou a rejeição, por parte da República, a tudo aquilo que lembrava o governo monárquico. O Ginásio seria a concretização de um novo modelo de ensino secundário para o Estado de Minas Gerais e significaria a superação do antigo e do ultrapassado.

Em síntese, segundo Teixeira (2004),

[...] o Ginásio Mineiro protagonizou o movimento de construção de uma nova cultura escolar para o Ensino Secundário em Minas Gerais. A instrução secundária realizada no formato de aulas avulsas, altamente difundida no Império e, por isso, considerada ultrapassada, não daria conta de formar, educar e sensibilizar o “novo” cidadão republicano. À escola republicana, então, foi dada a responsabilidade de ser o meio pelo qual os alunos pudessem incorporar as novas referências que o modelo político exigia: disposição para servir e amar à Pátria de forma incondicional.

Dividido em Externato, na Capital, e Internato, em Barbacena, o Ginásio Mineiro conquistou sua equiparação ao Ginásio Nacional em 1892, gozando das prerrogativas de estabelecimento equiparado, mas atrelado às condições impostas pela legislação nacional em vigor naquele momento – a Reforma Benjamim Constant –, que impunha uma organização do curso em sete anos e um currículo específico.

A planta elaborada para a nova capital do Estado já previa um local específico para abrigar o estabelecimento que deveria servir de referência para a instrução dos jovens de Minas Gerais (VIANA, 2004). Denotando a clara intenção das forças políticas do momento de oferecer àquela cidade, planejada nos moldes europeus, um espaço adequado à instrução da mocidade e compatível com as pretensões educacionais da República, nela foi reservado um local para receber o Ginásio Estadual.

Sua transferência se deu em 1898, apenas um ano após a inauguração da cidade, mas não da maneira prevista, como mostra o Relatório do Interior de 1899 (p. 401):

Concluidos todos os trabalhos do Externato, inclusive os exames de preparatorios, fui auctorizado a effectuar a sua mudança para a Nova Capital de Minas, serviço que ficou concluido muito antes de me ser entregue definitivamente a casa que lhe era destinada, que se deu a 24 de setembro, não estando ainda assim terminado o serviço de aguas e esgotos.

Deu-se começo nessa data ao trabalho de desencaixotamento dos moveis e preparo das salas para os trabalhos escolares.

A transferência do educandário estadual para a nova capital não ocorreu com a ocupação da casa que lhe era destinada, apesar da mudança para o local apropriado alimentar a expectativa dos dirigentes do estabelecimento. Viana (2004) esclarece que a ocupação do prédio previsto na planta da cidade não chegou a acontecer. O Ginásio Mineiro acabou por ocupar, em princípio, um prédio inapropriado, como consta no Relatório do Interior de 1900 (p. 401):

Por deliberação tomada pelo Governo, passou o Externato a funcionar no edificio até então occupado pela Secretaria da Policia. Infelizmente não se presta elle de modo algum para o novo fim a que foi destinado, sendo quasi todos os seus commodos dependentes uns dos outros.

No antigo prédio da Secretaria de Polícia, o Ginásio Mineiro passou a receber moças e rapazes para proporcionar-lhes a continuação dos estudos. Como visto, nos primórdios de Belo Horizonte, a cidade já contava com alguns estabelecimentos para a instrução dos jovens. Desses, alguns eram voltados especialmente para o público masculino e outros para o feminino, mas também havia estabelecimentos que atendiam a ambos os sexos.

Destaco que não havia referência nas condições de matrícula para o Ginásio quanto ao gênero dos alunos (VIANA, 2004). Moças eram recebidas no estabelecimento para

darem continuidade aos estudos, como confirma o Relatório do Interior de 1905 (p. 182), nas informações oferecidas pelo Reitor do externato de Belo Horizonte ao Secretário do Estado: “No relatório a este anexo o Reitor informa que, o ano passado, matricularam-se 148 alunos, sendo no 1º ano, 54; no 2º, 42; no 3º, 16; no 4º, 14; no 5º, 16; no 6º, 6. Desses 148 alunos pertencem ao sexo feminino, 19.”

Como se percebe, 12,8% das vagas do Ginásio Mineiro em 1904¹⁹ eram ocupadas por moças. O art. 121 da Reforma Epitácio Pessoa, de 1901, fazia clara referência ao lugar reservado para as mulheres no ensino superior: “É facultada a matrícula aos indivíduos de sexo feminino, para os quaes haverá nas aulas logar separado”. Uma das exigências que a reforma impunha para matrícula nos cursos superiores era o título de bacharel em “ciências letras” ou certificado dos estudos secundários. Assim, para se matricularem nas academias federais, as mulheres deveriam também cumprir os estudos secundários, seja nos bancos dos colégios ou em aulas avulsas que lhes possibilitassem prestar os exames parcelados.

Não havia entre as condições exigidas para matrícula no Ginásio do Estado de Minas Gerais a menção ao gênero dos alunos. Assim ao me referir ao Ginásio Mineiro como educandário destinado ao público masculino faço uma inferência que não encontra respaldo na documentação, tendo sido encontradas cerca de 40 matrículas de moças no Ginásio Mineiro, por volta de 1904 e 1907. (VIANA, 2004, p. 76)

O Gymnasio Mineiro, no ano de sua fundação, 1891, ainda em Ouro Preto, contava com o seguinte corpo docente (MOURÃO, 1962, p. 446):

- Reitor-Geral e professor de latim – Afonso Luiz Maria Brito
- Francês – Randolfo José Ferreira Bretas
- Francês – Padre Antônio Cirilo de Oliveira
- Português e Literatura Nacional – Aurélio Pires
- Sociologia Moral e Direito Pátrio – Virgílio Martins de Melo Franco
- Mecânica, Meteorologia e Astronomia – Francisco de Paula Cunha
- Matemáticas Elementares, Geometria e Trigonometria – João Júlio Proença
- Física e Química – Virgílio Rolemberg Bhering
- Inglês – Boaventura Rodrigues da Costa
- Geometria Geral, Aritmética e Álgebra – Francisco de Amedée Peret
- Geografia – Afonso Arinos de Melo Franco

¹⁹ O Relatório de 1905 trazia as informações referentes ao ano anterior, 1904.

- Geografia – Hugolino Maria de Albuquerque Melo Matos
- Ginástica Esgrima e Evoluções Militares – Antônio Luiz Deslandes
- Biologia – Lacordaire Duarte
- Música – José Nicodemos da Silva
- Desenho – Valério Vieira
- Desenho – José Inácio dos Santos

O Ginásio distinguia-se por seu corpo docente constituído de professores renomados e que gozavam de amplo reconhecimento na sociedade. A qualidade do corpo docente seria alvo de debates quando da defesa de maior rigor para a concessão da equiparação aos demais estabelecimentos de ensino mineiros. A exigência de um corpo docente mais qualificado para os colégios candidatos à equiparação seria uma tese defendida pelo Reitor do Ginásio Estadual em defesa da qualidade de ensino.

Como pode ser observado na imagem abaixo, nomes de destaque no meio educacional e político faziam parte do corpo docente do Ginásio Mineiro em 1906. No ano em que o ensino primário começava a se organizar em Minas Gerais por meio dos grupos escolares, com a promulgação da Reforma João Pinheiro, o ensino secundário já contava com um estabelecimento público do porte do Ginásio Estadual e com um corpo docente de prestígio na cidade de Belo Horizonte. O aparente desenvolvimento da instrução secundária pública em Belo Horizonte em relação ao ensino primário, percebido nos anos iniciais, não se confirmaria no decorrer da Primeira República.



FIGURA 8 – Membros do corpo docente e administrativo do Ginásio Mineiro em 1906

Fonte: APM, PE-109

Na imagem estão, da esquerda para a direita, em pé, os Srs. Benjamim Flores, Frederico Yaegher, João Proença, Nelson de Senna, Virgínio Bhering, Joaquim de Paula, José Ignácio, Noutel Brant. Na segunda fila, assentados, estão: Domiciano Vieira, Gabriel Rabelo, Ismael Franzen, Aurélio Pires, Rodolpho Jacob, e Boaventura Costa. Completavam ainda o quadro de representantes de então do Ginásio Mineiro os Srs. Mendes Pimentel, Cônego Cyrillo, Afrânio de Melo Franco e Amedée Peret. A valorização de um bom nível de exigência para o ensino secundário por meio de um corpo docente de peso era uma constante entre os representantes do Ginásio no debate a respeito das equiparações.

As instalações inapropriadas ocupadas pelo Ginásio impunham uma série de dificuldades ao grupo de lentes a ponto de provocar a elaboração de um relatório em que expunham a lamentável situação. Em vez de ser o modelo e a norma para os estabelecimentos de ensino secundário, o Ginásio, naquela situação, era “infezmente atestado de decadência na instrução pública mineira”. (TEIXEIRA, 2004, p.76)

Já em 1903, segundo o Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, o reitor do estabelecimento queixava-se da diminuição de alunos e alegava, como uma das principais causas, a facilidade de os demais estabelecimentos não oficiais conseguirem equiparação ao

Ginásio Nacional sem a exigência de possuírem “um corpo docente de comprovada habilitação, como é exigido nos estabelecimentos officiaes do estado” (p.100). A facilidade de ensino nos estabelecimentos particulares e equiparados, segundo o relatório do reitor, fazia com que fossem “preferidos pelos candidatos ao diploma do curso gymnasial” (p. 100).

Em Minas Gerais, o reitor do Ginásio Estadual reivindicava maior rigor para a conferência da equiparação às escolas particulares. A maior facilidade encontrada pelos alunos nesses cursos acabava por esvaziar o estabelecimento do Estado, uma vez que a intenção do alunado era ingressar nos cursos superiores, e para isso os colégios equiparados pareciam ser o caminho mais rápido. As facilidades encontradas nos demais estabelecimentos que não contavam com um grupo de professores de reconhecida competência tornavam-se um atrativo para aqueles que pretendiam uma rápida preparação para tentar o acesso ao ensino superior.

Assim relata o reitor do Ginásio Mineiro, no Relatório da Secretaria do Interior de 1903, pedindo a intervenção do governo de Minas:

no sentido de lembrar ao governo federal a necessidade de adopção de medidas attinentes a exigir, nos estabelecimentos que pedem equiparação ao Gymnasio Nacional, um corpo docente de comprovada habilitação, como é exigido nos estabelecimentos officiaes do Estado equiparados aos congêneres mantidos pelo governo da União (p. 100).

O novo Código Eptácio Pessoa (1901) consolidou o regime de equiparação estendendo-os às escolas particulares (VIANA, 2004). Os ginásios estaduais serviriam de modelo a esses estabelecimentos, o que favoreceu a imagem do Ginásio Mineiro como referência da instrução secundária em Minas Gerais, dependente ainda do currículo do Ginásio Nacional, mas provocou a diminuição no número de alunos do estabelecimento em razão das maiores facilidades acadêmicas encontradas nos institutos particulares equiparados. A Reforma determinava, em seu art. 361, que “aos estabelecimentos de ensino superior ou secundario fundados pelos Estados, pelo Districto Federal ou por qualquer associação ou individuo, poderá o Governo conceder os privilegios dos estabelecimentos federaes congêneres” (Decreto n. 3.890, de 1901) e criava, na forma da lei, condições para que a equiparação pudesse ser conferida aos estabelecimentos requerentes, fossem públicos ou particulares. Em seu art. 362, determinava as condições necessárias para que os institutos requerentes fossem reconhecidos e gozassem dos privilégios da equiparação:

- I. Constituir um patrimonio de 50 contos de réis pelo menos, representado por apolices da divida publica federal e pelo proprio edificio em que funcionar ou por qualquer desses valores;
- II. Ter uma frequencia nunca inferior a 60 alumnos pelo espaço do dous annos;
- III. Observar o regimen e os programmas de ensino adoptados no estabelecimento federal.

Estabelecia, também, condições de fiscalização dos estabelecimentos secundários:

Art. 366. A' vista dos documentos apresentados, o Governo nomeará um delegado de reconhecida competencia, o qual fiscalizará o instituto pelo espaço de dous annos e em relatorios semestraes exporá quanto observar sobre o programma o merecimento do ensino, processo dos exames, natureza das provas exhibidas, condições de admissão á matricula, idoneidade moral e technica do director e do corpo docente, existencia, de laboratorios e gabinetes necessarios ao ensino, frequencia do instituto e o mais que possa interessar.

Paragrapho unico. O delegado fiscal perceberá a gratificação annual de 3:600\$, paga pelo instituto, que a recolherá, em prestações semestraes, à repartição federal pelo Governo designada.

A legislação deixava a cargo dos delegados fiscaes a responsabilidade de acompanhar *in loco* a estrutura e o funcionamento das instituições para relatar ao governo federal as condições de cada um em vista da possível equiparação. A fiscalização deveria permanecer conforme previa a lei em caso de ser concedida a equiparação:

Art. 367. Terminado o prazo de que trata o artigo precedente, o Governo, tendo em vista os relatorios do delegado fiscal, resolverá sobre a equiparação.

Art. 368. Concedida a equiparação, o mesmo delegado fiscal, ou outro, si assim entender o Governo, continuará a exercer as suas funções no instituto equiparado, percebendo a mesma gratificação do art. 366, paragrapho unico.

Na tentativa de escolarizar os jovens, o Estado concretizou, mediante as prescrições legais, políticas de organização para o segmento buscando, dentre outras coisas, formas de desempenhar seu papel fiscalizador, seja em ralação às instituições públicas, seja em relação aos estabelecimentos particulares.

A respeito das equiparações concedidas a esta belecimentos mineiros, assim se referiu o secretario do Interior de Minas, Delfim Moreira, no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1905:

Hoje já são muitos os estabelecimentos de instrução secundária creados e mantidos nas diferentes zonas do Estado e alguns com justificada nomeada pelo zelo, competência dos diretores e pela rigorosa disciplina e higiene observadas. Diversos collegios particulares receberam já as honras de equiparação ao Gymnasio Nacional.

As facilidades na aquisição da equiparação favoreciam o crescimento do número de escolas particulares no Estado, processo de equiparação que trouxe ao mesmo tempo o problema da concorrência com a redução do número de alunos nos estabelecimentos públicos mantidos pelos Estados da federação.

Argumentava o secretário já no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1903:

O decrescimento do número de matriculas que se nota nos estabelecimentos officiaes de ensino secundario é devido, segundo bem observa o Reitor, á facilidade de ensino nos estabelecimentos particulares e equiparados, os quaes são, por esse motivo, preferidos pelos candidatos ao diploma do curso gymnasial (p. 100).

Um debate que tinha como pano de fundo a qualidade do ensino está ensaiada no comentário acima. O duplo sentido do ensino humanista, visando a uma formação mais ampla, e propedêutico, ligado aos exames preparatórios, continuava a cobrar sua fatura quando da opção dos candidatos aos cursos, como deixa claro o Relatório do Interior de 1909 tratando do número crescente de estabelecimentos equiparados no Estado de Minas Gerais: “funcionam no Estado 16 institutos particulares de ensino, equiparados ao Gymnasio Nacional” (p. XXVII). Dezesseis institutos equiparados para apenas um instituto mantido pelo Poder Público, dividido em internato e externato. Assim, vinha se configurando a “rede” de ensino secundário no Estado.

O valor da equiparação tampouco gozava de consenso e no Relatório do Interior de 1909 registra-se uma crítica ao “condenável programa” (p. XXVI) do Ginásio Nacional e afirma-se que este não atendia às exigências de um bom plano de estudos. Acendendo o debate a respeito da centralização das decisões políticas contra a opção de maior federalização, políticos e educadores oscilavam entre a liberdade dada aos governos estaduais de definirem os rumos da educação secundária em seus Estados, condição garantida por lei, e a necessidade de darem maior organicidade a esse segmento de ensino mediante a padronização do programa de ensino tendo como referência o do Ginásio Nacional.

A manutenção do estabelecimento estadual não se dava longe das tensões e sem ter de enfrentar a resistência daqueles que entendiam tal ação como demasiadamente dispendiosa para os cofres do Poder Público. Com orçamento limitado, o Estado tinha de definir suas prioridades e considerar os outros níveis educacionais que também mereciam atenção – primário, profissionalizante, superior. Na esfera das demandas sociais, estava claro para o Estado que sua atenção deveria atender, principalmente, ao primário. Mas o que fazer com o secundário?

O Relatório do Interior de 1905 traz uma defesa da manutenção do Internato de Barbacena registrada por seu reitor, Dr. Antonio José da Cunha:

Por um mal entendido amor ao equilíbrio orçamentario foi aventada a impatriótica idéa da eliminação deste Internato, a qual jamais se justificará pela actualidade das condições financeiras do estabelecimento, conforme posso demonstrar.

Confrontando-se as despesas e rendas do estabelecimento, e tendo-se em atenção que não se esgotou os creditos de todas as verbas votadas, as quaes deixaram, pelo contrario, saldos, mais firme se torna a convicção do pequeno ônus ou nenhum sacrificio que faz o Estado para a manutenção desta casa, fonte abundante de tantos benefícios públicos (p. 510).

O reitor do Internato de Barbacena era uma voz que se levantava contra aqueles que alegavam ser um sacrifício extremo para o Estado a manutenção do ensino secundário público. Fazendo uma explanação a respeito das contas do Internato, o reitor tentava convencer o Poder Público do “pequeno ônus ou nenhum sacrificio” necessário para a manutenção do estabelecimento. No relatório, ele apresenta as contas do educandario mostrando que as despesas gerais alcançaram a soma de 31:706\$018 e a renda 61:739\$000, resultando um lucro de 30:024\$000. Destaco que a renda era advinda, principalmente, das taxas pagas pelos alunos, uma vez que o Internato era um estabelecimento público, mas não gratuito.

Há de se atentar para o fato de que nos gastos gerais apresentados pelo reitor não está incluído o valor da folha de pagamento do pessoal docente e administrativo que, segundo o próprio relatório, atingia a soma de 67:400\$000. O argumento do reitor para não incluir tal valor nas contas foi o de que, como se tratava de pessoal concursado, teria o Estado de manter seus pagamentos independentemente da permanência ou não do Internato, justificando, assim, que não deveria ser computado ao estabelecimento tal gasto. Somando-se a folha de

pagamento às despesas gerais, o esforço do Estado para a manutenção do Internato de Barbacena resultaria, em 1904, em um investimento no valor de 37:367\$018. Esse seria o ônus do Estado para a manutenção do Internato de Barbacena.

Argumentava ainda o reitor no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1905:

Por inimigos diversos tem sido ferida uma lucha ingloria contra os estabelecimentos de ensino official, uns mordidos pelo atroz sectarismo, outros obedientes a um falso principio politico-economico, outros finalmente impulsionados pela paixão politica ou desvairados pela ambição do ganho. Aos primeiros revolta o ensino leigo, aos segundos anima o principio econômico da iniciativa particular na diffusão da instrucção, aos últimos – açula um fim puramente político, retrogradativo contra as instituições vigentes, ou o mercantilismo do ensino, que deturpa o caracter e corrompe o coração: a todos acredito poder categoricamente responder com supremacia de argumentos, tal é a justiça de nossa causa (p. 498).

Basicamente contra três frentes de ataques se defendia o reitor: do sectarismo dos que atacavam o ensino leigo, do falso princípio político-econômico daqueles que alimentavam a iniciativa privada e dos movidos pela paixão política contra as instituições públicas ou dos ambiciosos pelo ganho financeiro que estimulavam o mercantilismo da educação. Como se observa, a manutenção de estabelecimentos estatais sofria suas resistências animadas por motivos e interesses diversos. Nas tensões em meios as quais se configurava o ensino secundário público, a opção de apoio à iniciativa particular e a dificuldade orçamentária da educação no Estado andavam *pari passu*.

Nesse período, como consta no relatório daquele ano, o Ginásio Mineiro convivía com outros 16 estabelecimentos particulares de ensino espalhados por Minas Gerais, todos equiparados ao Ginásio Nacional e também passava a conviver com o Curso Fundamental de Instrução Secundaria, que, por iniciativa do Estado, se estabelecera na cidade.

Em setembro de 1907, a Lei n. 463 autorizou o governo a reformar o ensino secundário do Estado. A nova prescrição possibilitou uma iniciativa ímpar ao governo mineiro: a abertura de outro instituto secundário público em Belo Horizonte – o Curso Fundamental de Instrução Secundária –, iniciativa que foi efetivada, enquanto o governo federal não legislou sobre o assunto, deixando o Ginásio Mineiro aguardando por modificações, esperando por regulamentação.

Em 1911, foi aprovado o Regulamento do Ginásio Mineiro pelo Decreto n. 3.321, expedido para execução das leis de 1907, e o curso secundário passou a ser organizado em seis anos.

A legislação definia as condições de obrigatoriedade dos estabelecimentos estaduais de receberem alunos gratuitos, e no Relatório de 1911 encontramos a relação de 19 alunos atendidos gratuitamente e uma vaga a ser preenchida, uma vez que um dos alunos havia falecido. O ginásio do Estado era público, mas não gratuito.

O fato de não existirem mensalidades a pagar não eximia as famílias dos alunos de custear as taxas cobradas pela instituição. O Regulamento do Ginásio mineiro, aprovado e publicado em abril de 1913, confirma os valores das taxas cobradas pelo estabelecimento público secundário do Estado de Minas Gerais:

TABELLA B	
CONTRIBUIÇÕES A QUE ESTÃO SUJEITOS OS ALUMNOS	
Taxa de matrícula.....	60\$000
Diploma de conclusão do curso e certificado de exame	10\$000
Taxa de inscrição para exame de admissão.....	10\$000
Idem, idem para exame de adaptação.....	60\$000
Qualquer certidão.....	10\$000

Secretaria do Interior, Belo Horizonte, 29 de março de
1913 — *Delfim Moreira da Costa Ribeiro.*

FIGURA 9 – Contribuições a que estavam sujeitos os alunos do Ginásio Mineiro em 1913

Fonte: MINAS GERAES, 3 abr. 1913 – Hemeroteca

Além da taxa de matrícula, outras taxas eram cobradas dos alunos. A gratuidade total alcançava a poucos. A mudança no Regulamento do ginásio público ocorreu no ano da Reforma Rivadávia, que assegurou a autonomia dos institutos de ensino brasileiros, provocando acentuada perda de alunos por parte dos ginásios estaduais.

Tobias (1986, p. 250 *apud* ZOTTI, 2005, p. 4) traz duras críticas que Rivadávia da Cunha Corrêa, em 1910, fez ao ensino secundário no país:

Desceu até onde podia descer; não se fazia mais questão de aprender ou de ensinar, porque só duas preocupações existiam, a dos pais querendo que os filhos completassem o curso secundário no menor espaço de tempo possível e a dos ginásios na ambição mercantil, estabelecendo-se duas fórmulas: bacharel quanto antes; dinheiro quanto mais.

Assim, em 5 de abril de 1911, sob o governo de Hermes da Fonseca, foi aprovado o Decreto n. 8.659. Conhecido como “a lei da desoficialização”, trazia em seu art. 1º:

Art. 1º a instrução superior e fundamental, difundidas pelos institutos criados pela união, não gozarão de privilégio de qualquer espécie.

Art. 2º Os institutos, até agora subordinados ao Ministério do Interior, serão de ora em diante, considerados corporações autônomas, tanto do ponto de vista didático, como do administrativo.

No Relatório dos Negócios do Interior de 1911, o secretário do Estado já acusava a situação de completa indefinição a que foram relegados os ginásios estaduais:

[...] na exposição com que apresentou aquelle Decreto á assignatura do Sr. Presidente da República, teve-se em vista uma suave e natural passagem da vigente officialização do ensino para sua completa desofficialização. A reforma não cogitou dos collegios equiparados ao Gymnasio Nacional, nem dos estabelecimentos officiaes mantidos pelos Estados, nem da sorte dos alumnos nelles matriculados. [...] Supprimidas as regalias da equiparação, o Gymnasio Mineiro (Internato e Externato) ficou sem regulamento. Provisoriamente o Governo usando da auctorização dada pelo legislador, determinou que continuasse a funcionar o Gymnasio com um novo plano de organização, até que o Congresso lhe desses novos destinos (p. 38)

Um movimento no sentido de dar ao curso do Ginásio Mineiro uma conotação mais técnica e profissionalizante pode ser percebido no “novo plano de organização” anunciado pelo secretário. Ao tratar do Curso Fundamental de Instrução Secundária retornarei ao tema.

No Relatório dos Negócios do Interior de 1912, ano seguinte à desoficialização do ensino secundário, o documento traz a preocupação com relação à queda nas matrículas no Ginásio Mineiro:

[...] Não obstante esta organização, accomodada ás exigências actuais do ensino superior, a matricula e a frequência foram menores do que no regimen da equiparação.

Segundo informações prestadas pelo respectivo reitor, o numero total dos alumnos matriculados em 1911 foi de 171, sendo 53 na 1ª serie, 31 na 2ª, 27 na 3ª, 21 na 4ª, 12 na 5ª e 27 na 6ª. Destes foram promovidos da 1ª para 2ª serie 30, da 2ª para a 3ª 21, da 3ª para a 4ª 5, da 4ª para a 5ª 8 e da 5ª para a 6ª 1, ao todo 65, e portanto pouco mais da terça parte do numero total de matriculados.

A desproporção entre o numero total de matriculados e o das promoções, provém principalmente do facto de terem muitos alumnos, no decurso do anno letivo, passado a estudar em outros estabelecimentos de instrucção secundaria, onde o ensino, não sendo seriado, se torna mais favorável aos que se esforçam por se preparar em menos tempo para o exame de admissão nas escolas superiores.

Havendo já no Estado grande numero de collegios particulares de instrucção secundaria, e sendo presumivel que outros sejam ainda fundados, attenta a liberdade de ensino estabelecida pela ultima reforma do ensino federal, não há duvidas de que a matricula do Externato do Gymnasio Mineiro continuará diminuta, se não lhe for dada uma organização mais consoante ás necessidades da época [...] (p. LXIV).

O documento faz menção ao fato de vários colégios oferecerem preparo mais rápido para o acesso aos cursos superiores por meio das aulas avulsas sem a obrigatoriedade de os alunos passarem pelo curso seriado e prevê o aumento do número de estabelecimentos particulares em razão da liberdade concedida pela Reforma.

A previsão do relatório se fazia confirmar pelos números apresentados ao final da exposição:

[...] Confrontada a matricula de 1911 com a de 1912, agora realizada, é notavel o decrescimento, que poderá ser maior nos annos seguintes.

Em 1912 a matricula é de 91 alumnos nas diversas series, ao passo que em 1911 foi de 171 alumnos (p. LXV e LXVI).

Acusando a diminuição de alunos no Ginásio Estadual de 171, em 1911, para 91, em 1912, e reunindo condições como o considerável número de estabelecimentos particulares já existentes no Estado e a expectativa de crescimento das escolas particulares, o governo mineiro passou a sugerir a “organização mais consoante ás necessidades da época” para o Ginásio Mineiro. Com a falta de proteção da legislação, era necessário buscar novos caminhos para o Ginásio do Estado.

A questão da desoficialização precisa ser analisada não somente pelo fato de abolir a equiparação e promover o ensino livre, mas, sobretudo, pelas consequências que tal

política gerou para o ensino secundário público. Como se percebe no documento apresentado, a desoficialização do ensino acirrou a tensão provocada pela concorrência entre os particulares e as instituições de ensino do Estado e fez pender a balança a favor da livre iniciativa.

A comunidade educacional mobilizou-se em torno da polêmica em um ambiente de debates sobre a educação em nível nacional, cuja sede foi em Belo Horizonte.

Como cidade-modelo, símbolo de modernização e espaço adequado ao desenvolvimento de uma cultura educacional voltada para os valores republicanos, a cidade recebeu, em 1912, o *II Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária*, referendando a relevância que Belo Horizonte assumia no cenário educacional brasileiro. A capital mineira foi indicada como sede após o *I Congresso em São Paulo*. Nos *Anaes do II Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária* (APM), observa-se que foi ele reunido em Belo Horizonte, de 28 de setembro a 4 de outubro de 1912. Encontra-se no documento a cópia do despacho telegráfico recebido pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Sr. Bueno Brandão, anunciando a escolha de Belo Horizonte como sede do congresso e informando a comissão organizadora:

S. Paulo, 24 – Acaba de ser designada para sede do 2º Congresso Brasileiro de Educação e Ensino em 1912, a cidade de Belo Horizonte, sendo nomeada a Comissão Organizadora, composta dos srs. drs. Delfim Moreira, Cypriano de Carvalho, Nelson de Senna, Rodolfo Jacob, Léon Renault, Estevão Pinto e professor Luiz Pessanha.

Retorno hoje. Saudações. – Nelson de Senna.

A questão da desoficialização, colocada pela Reforma Rivadávia, foi o assunto da quarta tese apresentada na comissão de ensino secundário no *II Congresso Brasileiro de Educação e Ensino*:

4ª THESE: Dadas as condições sociais do Brasil contemporâneo, é sustentável a recente reforma de desoficialização do ensino secundário por parte do governo da República? (ANAIS..., 1912 – APM)

A mudança foi imediatamente sentida pelos ginásios estaduais, que acusaram a medida por todo o país com uma redução do número de alunos em suas salas de aula, como explica o Dr. Araujo Lima, representante do governo do Amazonas no mesmo congresso, ao

pedir a palavra para, em nome do Ginásio Amazonense, protestar contra a decretação dessa reforma.

De facto, o Gymnasio Amazonense protestou contra a chamada desoficialização do ensino, porquanto elle teve criterio e experiencia para, immediatamente, julgar dos seus resultados. Em uma fase de franco florecimento, com uma matricula de 150 alumnos, o Gymnasio sob o influxo da nova lei, viu logo o decrescimento da sua matricula a um terço apenas ou sejam 50 alumnos. (ANAIS..., 1912 – APM)

O *Congresso Brasileiro de Educação e Ensino*, em 1912, reuniu intelectuais e personagens de destaque no cenário educacional e político da época. Os trabalhos foram divididos em comissões, cada qual com sua organização interna: ensino primário, único segmento que contou com duas comissões, uma vez que o número de teses apresentadas superava em muito as das demais comissões, ensino secundário, ensino normal e ensino profissional.

Para tratar das teses encaminhadas ao ensino secundário foi designada a seguinte comissão:

Ensino Secundario

3ª comissão

- 1 – Senador Camilo de Brito.²⁰
- 2 – Dr. Pedro da Matta Machado.²¹
- 3 – Dr. Nelson de Senna.²²
- 4 – Dr. Mario de Lima.²³
- 5 – Monsenhor João Martinho.²⁴

²⁰ Político envolvido com o debate educacional, proferiu interessante discurso no Congresso Mineiro a respeito da proposta de reforma da instrução primária e secundária em Minas, divulgado no *Minas Geraes*, em 1915, defendendo a federalização da instrução secundária.

²¹ Político e professor da escola de Direito.

²² Geógrafo, escritor, parlamentar no Congresso Mineiro e Federal, advogado e jornalista, foi presidente do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado, professor do Ginásio Mineiro, lente de Economia Política da Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Publicou durante vários anos o *Anuário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*.

²³ Mario Franzen de Lima, nasceu em Ouro Preto, em 10 de julho de 1886 e faleceu em Belo Horizonte, em 1936. Foi poeta, ensaísta, jurista e professor; estudou no Colégio Dom Bosco de Cachoeira do Campo, graduou-se em Direito e lecionou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; foi reitor do Ginásio Oficial de Barbacena e secretário do Externato do Ginásio Mineiro; em 1909, assumiu a cadeira de português do Colégio Arnaldo em 1919; foi diretor do Arquivo Público Mineiro, do Instituto Histórico de Minas Gerais, da Imprensa Oficial do Estado de Minas e da Academia Mineira de Letras; foi secretário da Presidência do Governo de Minas em dois governos: dos presidentes Fernando de Melo Viana e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Dentre suas principais obras destacamos *A escola leiga e a liberdade de consciência, estudo filosófico*.

²⁴ Pároco da Boa Viagem.

- 6 – Dr. Rodolpho Jacob.²⁵
- 7 – Dr. Campos do Amaral.²⁶
- 8 – Padre Alfredo Piquet.²⁷
- 9 – Dr. Carlos Góes.²⁸
- 10 – Dr. Antonio Ribeiro da Silva Braga.²⁹
- 11 – Dr. José Botelho Reis.³⁰
- 12 – Dr. Arthur Thiré.³¹ (ANAIS..., 1912 – APM)

São políticos, professores, diretores de instituições de ensino, pessoas influentes no cenário educacional que se envolveram com os temas relacionados com o ensino secundário no Congresso em Belo Horizonte; atores sociais que circulavam na sociedade mineira, especialmente nos colégios e ginásios à época.

Ainda que os colégios e ginásios não constituíssem uma rede no estrito sentido da palavra, era comum a circulação de professores entre eles, o que nos permite pensar em certa circulação de práticas pedagógicas. O processo de escolarização pode ser percebido nas conexões que iam se estabelecendo entre as instituições, ainda que de maneira não formal. A própria produção de um eixo temático próprio de debates para o segmento corrobora esta ideia: pessoas interligadas pelos mesmos temas; assuntos em torno dos quais giravam figuras de reconhecimento e prestígio no meio político e educacional; alinhamentos que se produziram; vestígios de uma “rede” em construção.

A circulação dos professores pelas instituições – a exemplo do professor Carlos Goes, que, além de no Ginásio Mineiro, lecionou no Colégio Arnaldo, no D. Viçoso e no Instituto Fundamental, foi mestre conhecido de várias gerações de alunos e conquistou reconhecimento como gramático no Estado e em outras regiões do Brasil – é um fator que indica a formação de algumas conexões entre os estabelecimentos de ensino, ainda que muito sutis.

²⁵ Católico convicto, cultivava o ensino clássico. Foi professor de grego no Ginásio Mineiro, onde lecionou também francês, alemão, história e lógica, e professor da Escola do Comércio, curso profissionalizante.

²⁶ Político mineiro.

²⁷ Um dos fundadores e diretores do Colégio Arnaldo.

²⁸ Nomeado em 1909 para o Ginásio Mineiro, foi também professor de português do Colégio Arnaldo e titular da cadeira n. 11 da Academia Mineira de Letras.

²⁹ Lente da Escola de Farmácia de Ouro Preto.

³⁰ Diretor do Ginásio Leopoldinense de 1910 a 1926.

³¹ Nascido na França, em Caen, em 11 de novembro de 1853, foi professor e engenheiro brasileiro, contratado pelo imperador D. Pedro II para trabalhar na Escola de Minas de Ouro Preto, onde montou a primeira estação eletromotriz do Brasil para trabalhos de mineração. Ingressou no Colégio Pedro II em abril de 1910 e publicou vários livros. Foi o responsável por presidir a Comissão do Ensino Secundário no Congresso Brasileiro de Educação e Ensino em Belo Horizonte em 1912.

A segunda tese apresentada no Congresso fez referência justamente à possibilidade de maior e melhor circulação de professores entre as instituições no nível secundário da educação:

2ª THESE: Será possível organizar-se a Federação do Ensino Secundario no Brasil, de modo a facilitar a troca temporária de docentes, de uns para outros Institutos, mesmo de Estados diferentes, garantindo-se-lhes convenientemente, a subsistência, na sede temporária, sem prejuizo das vantagens de tempo e vencimentos, na primitiva séde de seu exercicio? (ANAIS..., 1912 – APM)

A preocupação com a maior complexidade da estrutura organizacional do ensino secundário está presente no debate, sinalizando o processo de escolarização do segmento em marcha.

Não somente professores circulavam entre os estabelecimentos de ensino. Materiais didáticos, como livros, também circulavam entre os colégios. A obra de gramática do professor Carlos Goes, *Methodo de Analyse*, transformou-se em livro indispensável aos iniciantes da matéria (MOURÃO, 1962, p. 471), e tudo indica que foi amplamente usada nos colégios.

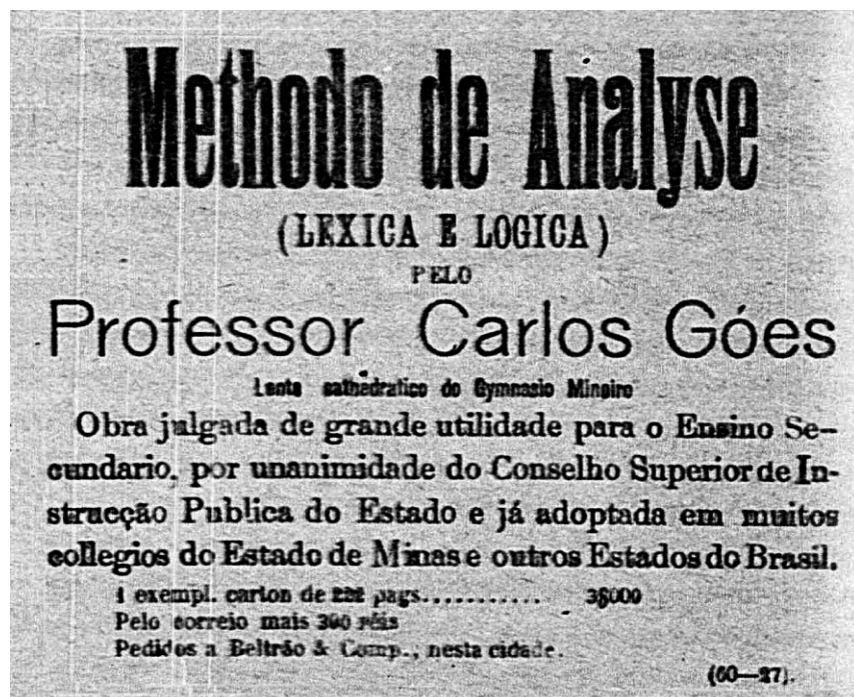


FIGURA 10 – Divulgação da obra do professor Carlo Góes
Fonte: MINAS GERAES, 3 abr. 1913 – Hemeroteca

No *Congresso Brasileiro de Educação e Ensino*, na quinta tese apresentada à comissão do ensino secundário, propunha-se uma discussão a respeito da viabilidade da liberdade concedida aos professores na escolha de seus livros didáticos. Isso mostra a possibilidade de os professores, que circulavam entre as instituições, fazerem uso de um mesmo material didático, à escolha deles, em estabelecimentos distintos, o que podia favorecer a aproximação das práticas pedagógicas e dos conteúdos lecionados:

5ª THESE: É de aconselhar-se a inteira liberdade para os docentes de línguas e ciencias, na escolha de seus compêndios didacticos, sem nenhuma interferencia das congregações dos respectivos institutos, salvo nas questões de distribuição das materias de cada curso e da harmonia dos trabalhos escolares? (ANAIS..., 1912 – APM)

A própria materialidade dos colégios e ginásios, como seus livros e compêndios, encontrava-se em discussão. Junto com eles os saberes e os conhecimentos que carregavam. Tornar escolar determinada bibliografia significava orientar a formação, a sensibilidade da juventude, bem como escolarizar a mocidade de Belo Horizonte, submetendo-a à forma escolar.

Aparecem, ainda, nas demais comissões do Congresso:

- Miss Manie A. Fenley (diretora do Colégio Isabela Hendrix) – comissão do ensino profissional.
- Padre Mathias Willens (diretor do Colégio Arnaldo) – comissão do ensino profissional.
- Professor Francisco Amedée Peret (professor do Gymnasio Mineiro e do Colégio Arnaldo) – comissão do ensino normal.
- Professor Caetano de Azeredo Coutinho (diretor do Colégio Azeredo e posteriormente Externato Azeredo) – 2ª comissão do ensino primário.

Como se percebe, as personagens ligadas ao ensino secundário transitaram e se envolveram com os assuntos da educação em geral, participando de comissões de segmentos educacionais variados.

Um debate educacional se desenrolava em nível nacional, cuja sede era a capital mineira naquele ano. Gradativamente, construía-se uma cultura educacional na cidade, uma

“cultura secundarista”.³² Discursos, prescrições normativas, regras, saberes, valores, representações se constituíam em torno do secundário, tendo os colégios e ginásios como lugar central de criação e divulgação de seus sentidos e significados.

O espaço urbano, gradativamente, impregnava-se do debate ginasial. O que, em princípio, não passava de um espaço físico reservado para o Ginásio Mineiro ia se produzindo como *locus* de uma cultura escolar dos/para os jovens – local de produção de representações e sentidos para a vida social.

Em 1912, no vigor da Reforma Rivadávia, a Lei n. 589 reformulou o externato, dividindo o curso em fundamental e complementar. O primeiro oferecia os conhecimentos para matrícula em qualquer dos cursos anexos e o segundo complementava os conhecimentos para o exame de admissão nos cursos de ensino superior. Como no restante do país, os Ginásios Estaduais continuavam sofrendo as consequências dos exames de admissão, só que agora sem os privilégios da chancela do poder central. Tanto o Externato quanto o Internato sofreram com a perda de alunos, provocada pela desoficialização, uma vez que ser um colégio equiparado não seria mais um privilégio dos estabelecimentos oficiais. Teixeira (2004) esclarece que, mesmo em um sistema de equiparação, o governo “teria sido ineficiente na fiscalização dos institutos equiparados, e, ao invés do elevado plano das competições morais, o que se via era a mera ‘concorrência mercantil’”.

Tal condição provocou o fechamento do Internato, tendo sido aberto um Colégio Militar em seu lugar. O Internato de Barbacena voltaria à cena educacional de Minas Gerais como externato em 1915.

Se, por um lado, a Reforma Rivadávia provocou a disputa entre unionistas e federalistas, alimentando a satisfação dos defensores da autonomia dos Estados em relação à instrução primária e secundária, por outro, a liberação total dos institutos de ensino de qualquer forma de fiscalização desprestigiava a instrução secundária pública, não fazendo dela algo realmente necessário.

A autonomia administrativa e pedagógica conferida aos estabelecimentos de instrução secundária afastava a possibilidade de uma adequada fiscalização e padronização do

³² Viñao Frago propõe pensarmos em culturas escolares no sentido de que cada instituição de ensino possibilita a conformação de uma cultura escolar. Não trato o tema do ponto de vista institucional, mas na perspectiva de que uma série de valores, princípios, regras, enfim, uma sensibilidade era moldada com base nos estabelecimentos de ensino secundário que passaram a estabelecer sentidos e significados para a sociedade. Saberes, normas, condutas, comportamentos e práticas próprias do ensino secundário eram divulgados com base nos colégios e ginásios.

ensino. A descentralização e a liberação dos colégios e ginásios de uma normatização que garantisse um padrão de funcionamento, orientando os rumos da instrução secundária, acabaram por desresponsabilizar a União do seu papel fiscalizador. Uma das formas de intervenção do Estado nos diversos níveis de ensino é a organização das condições de fiscalização, atrelada ao potencial legislativo de cada segmento escolar. Produção normativa e possibilidade de fiscalização são condições interdependentes.

Já sob os efeitos da Primeira Guerra Mundial, um período de restrição econômica e de clamor por um espírito patriótico, a educação dos moços e moças da nação retornava aos cuidados do Poder Público central. A Reforma Carlos Maximiliano, em 1915, “reoficializou” o ensino secundário, dividiu o Colégio Pedro II em internato e externato com frequência obrigatória, mantendo um curso ginásial de cinco anos, cujo objetivo ficou esclarecido em seu art. 158: “suficiente para ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular”. Com a Reforma, retomou-se o caráter propedêutico do ensino secundário e determinou-se a necessidade do diploma ginásial para o acesso ao exame vestibular, o que não significava que o aluno deveria obrigatoriamente concluir o curso pelo sistema seriado.

A Reforma Carlos Maximiliano provocou nova regulamentação para o Ginásio Mineiro por meio do Decreto n. 4.363, de 7 de abril de 1915 (MOURÃO, 1962, p. 480). O curso passou a cinco anos e, em setembro de 1915, a Lei n. 657 alterou acentuadamente o currículo do Ginásio Mineiro com nova distribuição de matérias. A nova lei determinava “que tôdas as disposições legais e regulamentares do Colégio D. Pedro II constituiriam legislação subsidiária para o Ginásio Mineiro” (MOURÃO, 1962, p. 483).

Essa política permitiu maior organicidade do ensino secundário, o que favoreceu o processo de escolarização da juventude mineira, uma vez que possibilitava maior interligação entre as escolas, pelo menos entre as equiparadas. Definindo o tempo escolar, o currículo e regulamentando os exames, a União voltou a favorecer a escolarização em nível secundário nos Estados, mesmo que os estabelecimentos de ensino secundário ainda não se constituíssem como rede e muito menos como rede pública.

A Reforma Carlos Maximiliano representou, nesse sentido, uma retomada do processo de escolarização para o secundário ao criar condições de possibilidade para uma futura configuração da instrução secundária mais interligada e interdependente. Ao selecionar matérias a lecionar e definir normas e condutas a seguir, o Estado padronizou posturas e

submeteu à forma escolar as personagens envolvidas. Esse padrão ainda não era imposto de forma obrigatória a todos os estabelecimentos de ensino secundário, o qual nem era obrigatório naquele momento, mas apenas aos equiparados.

Por ato do ministro Carlos Maximiliano, o Ginásio Mineiro teve reconhecida sua equiparação ao Colégio D. Pedro II, em 5 de agosto de 1916. Dessa forma, o governo central voltou a orientar a instrução secundária para estudos com predominância de disciplinas tradicionais e com ênfase nos estudos literários em detrimento dos científicos. Predominava os programas extensos e sobrecarregados de assuntos.

O jornal *Minas Geraes*, de 26 de agosto de 1915, publicou um discurso proferido na sessão do Congresso de Minas, no qual o Sr. Camilo Brito protestava contra a possibilidade de definição do currículo por parte da federação. “Não compreendo que não possamos ensinar livremente as matérias do curso propedêutico! E contra isso que lavro meu protesto.” Enquanto discursava a favor da liberdade de escolha por parte dos Estados em relação à proposta curricular, o membro do Congresso Mineiro deixava claro qual a função destinada à instrução secundária – ser propedêutica! Embutido no discurso político estava uma representação de ensino secundário que o Poder Legislativo mineiro punha em debate.

Continuava o Sr. Camilo Brito no Congresso Mineiro,

[...] no ensino secundário cada Estado pode adoptar o programa e methodo que quizer, sem estar subordinado aos regulamentos da União; pode dar a direção que quizer aos seus estabelecimentos de ensino.”

Tocando na questão da polêmica entre o ensino propedêutico, humanista e o técnico-científico o congressista mineiro afirmou que:

“os Estados podem ou illustrar pura e simplesmente os espiritos, dar apenas direcção a certos collegios, ou podem entender que desses collegios devem sahir moços preparados para as lides civis e commerciaes. (MINAS GERAES, 4 set. 1915)

O Ginásio Mineiro nesse período experimentou alguns ajustes no seu programa no sentido de tornar-se mais técnico, voltado para a preparação para o trabalho.

A reforma reacendeu em Minas a chama do debate entre federalistas³³ e centralizadores.³⁴ O Sr. Camilo Brito, no Congresso Mineiro, reclamava com pesar “que nada pode-se fazer em relação ao ensino sinão de conformidade com aquillo que for estabelecido

³³ Grupo que defendia uma política de maior autonomia para os Estados da federação.

³⁴ Grupo que defendia uma política mais centralizadora por parte da União.

pelo governo federal[...].” E, questionando a Reforma, comentava: “Si a Constituição estabeleceu a liberdade para legislar-se sobre o ensino primario e secundário, qual a razão dessa modelação estranha?” Crítica direta à obrigatoriedade de a instrução secundária oferecida no Ginásio Mineiro ter de seguir o modelo do Colégio Pedro II. O Sr. Camilo Brito se posicionava contra os “unionistas que não admitem no exercicio do Congresso de Minas nenhuma attribuição livre de pêas.”

Valorizando as iniciativas do Estado e defendendo a descentralização conclui o orador:

Porque razão, tendo nós iniciativas tão bellas, vamos agora manietar as mãos, submettendo-nos ao regimen decretado pelo governo federal, numa centralização que não se comprehende? Os grupos escolares, as caixas das escolas, as escolas mixtas, tudo foi iniciativa de Minas, que vemos tão elogiada nos relatórios. Não temos necessidade de tutela: não será digno de nós virmos agora imitar aquelles que não podem ser modelos, quando se afastam da descentralização administrativa, o alicerse da federação. (MINAS GERAES, 4 set. 1915)

Como se percebe, a tutela sobre o ensino provocava, além de um debate sobre a qualidade do ensino, as convicções políticas dos legisladores mineiros a ponto do Sr. Camilo Brito conclamar a comissão do Congresso “a fazer a revolta contra esse systema de monopólio do ensino secundário.” O Poder Público de Minas demonstrava interesse direto pela instrução dos jovens, seja por convicções educacionais, seja por políticas.

Quanto à equiparação, o Sr. Henrique Diniz contestava o Sr. Camilo Brito, que afirmava que o Estado nada podia a respeito da educação sem estar de conformidade com o regulamento do Pedro II:

[...] quanto ao ensino primario não: apenas quanto ao secundário e somente no que diz respeito ao reconhecimento dos gymnasios. Os estados, como os particulares, podem crear livremente quantos estabelecimentos queiram: mas para que sejam equiparados e os seus diplomas sejam validos em todo o Brasil é indispensável que esses estabelecimentos se organizem de conformidade com a lesgislação federal. (MINAS GERAES, 4 set. 1915)

Fica claro na explicação do membro do Congresso a intenção de padronização do ensino secundário pretendido pela reforma por meio das concessões de equiparação e na diferença de tratamento dado ao ensino primário, deixado claramente sob a responsabilidade dos Estados. Já o secundário oscilava entre a autonomia estatal garantida pela constituição e a

construção imposta pelo seu atrelamento ao ensino superior, que era da responsabilidade do governo central.

Disputas à parte, com a reoficialização, o ensino secundário público revestia-se de novo prestígio e nesse ambiente o governo de Minas buscou transferir Ginásio Mineiro para um novo prédio, dando destaque ao Ginásio do Estado, como mostra o Relatório da Secretaria de Negócios do Interior de 1917: “Mudança para novo prédio – Havendo o governo comprado para o Gymnasio o prédio onde funcionou o extinto Gymnasio Anglo-Mineiro [...]” (p. 110).

Em 1917, o governo do Estado adquiriu o prédio onde funcionava Colégio Anglo-Mineiro, de origem inglesa. Para o prédio onde hoje funciona o Corpo de Bombeiros de Belo Horizonte³⁵ foi transferido o externato do ginásio, estabelecimento público misto e de caráter laico, que ganhava nova visibilidade no Estado de Minas Gerais.

Ao permitir o acesso aos exames parcelados a alunos estranhos aos ginásios oficiais, a Reforma acabou por possibilitar “o estudo particular e mesmo individual, sem as vantagens educativas do curso seriado” (MOURÃO, 1962), sistema de exames que perdurou durante toda a fase da Primeira República, prejudicando o enraizamento de um curso secundário seriado. Os colégios que resguardavam a seriedade dos seus programas de estudo permaneceram desprestigiados e os cursos particulares, com matérias à escolha dos alunos, aumentaram sensivelmente.

A Reforma Rocha Vaz, de 1925, que exigiu os “exames finais de tôdas as matérias do curso ginásial para inscrição em exame vestibular em qualquer escola superior” (MOURÃO, 1962, p. 443), manteve os exames parcelados. Essa reforma organizou as bancas de exames, que na prática desmoralizaram o sistema de exames. Seja por má-fé dos componentes das bancas, que acabavam por alimentar as fraudes, seja por falta de condições dos responsáveis de realizar os exames, o que, por vezes, culminava na ausência deles, o sistema caiu em desprestígio pela falta de idoneidade dos processos de fiscalização e de segurança em seus resultados e de garantias de sua realização. Esse é um exemplo marcante da distância existente entre a prescrição legal e as práticas que as concretizam.

Sobre o sistema de exames parcelados e a importância de um ensino sequencial, assim já se posicionava o governo de Minas Gerais em 1905, por meio de seu Secretário do Interior, conforme consta no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1905:

³⁵ Rua Piauí, 1815, no bairro Funcionários.

Querem os competentes firmar no curso gynasial o sólido preparo intellectual dos candidatos à matricula nos cursos superiores; para isso foram abolidos já os exames parcellados, auctorizados somente por 4 annos para aquelles que já iniciaram o curso de preparatorios por um tal systema, actualmente condemnado. Realmente, o ensino gradual, integralizado dentro de certo período com programa e divisão racional de materiais pelos diversos annos, permitindo, as jovens intelligencias a aquisição parcellada de conhecimentos, offerece melhores garantias para a boa educação e preparo da mocidade (p. 176)

Assis e Fasolo (2007, p. 241) esclarecem que “as provas avulsas atendiam aos alunos que não frequentavam cursos regulares. O mercado de venda de certificados de habilitação para alunos que não estavam preparados para a certificação na matéria avulsa era grande [...]”. A perspectiva de um sistema seriado que proporcionasse um ensino gradual e integralizado estava na pauta de expectativas da política mineira, ainda que não tenha chegado a se confirmar efetivamente nas práticas colegiais e ginasiais no período estudado. Prejudicado pela concorrência constante dos exames parcelados, fruto de um sistema que o secretário mineiro taxava, vinte anos antes da Reforma Rocha Vaz, de “actualmente condemnado”, o ensino sequencial para o curso secundário viria a se tornar realidade apenas anos mais tarde, a partir da Reforma Francisco Campos de 1931.

O decreto federal de 1925 provocou a adaptação do Ginásio Mineiro à legislação por meio do Decreto n. 7.101, de janeiro de 1929, que aprovou o novo regulamento do estabelecimento mineiro. Com ele, o Estado ajustava o Ginásio Mineiro às diretrizes nacionais uma vez mais. Como mandava a tradição, seguiria o ensino secundário vinculado ao superior por meio do Conselho do Ensino Secundário e Superior, que deveria ser composto por diretores de faculdades e pelo diretor do Colégio Pedro II e das escolas oficializadas, desde que se subordinassem ao regime criado pelo regulamento.

Assim, a última reforma do ensino secundário da Primeira República laborou pela descentralização do ensino primário e técnico, enquanto submetia o secundário, mediante o vínculo com o superior, ao poder da União. Os ginásios, estaduais para serem equiparados, deveriam seguir a mesma regulamentação do Colégio Pedro II.

A Reforma Rocha Vaz deixou sob os cuidados do Conselho de Ensino Secundário a responsabilidade de fiscalizar a instrução da juventude. Dar pareceres sobre as condições de equiparação de institutos de ensino particulares ou dos Estados, aos oficiais, examinar os relatórios dos Inspectores de Ensino Secundário e propor a suspensão ou o fechamento de institutos oficiais ou equiparados, bem como propor suspensão ou mesmo cassação das

regalias de equiparação de estabelecimentos de ensino e examinar e organizar regimentos internos dos institutos, passaram a ser funções conferidas ao Conselho de Ensino Secundário. O Conselho devia propor, ainda, as reformas e melhoramento necessários e dar parecer sobre dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das leis relativas à instrução da mocidade. Como estabelecimento equiparado, o Ginásio Mineiro deveria se submeter à fiscalização federal por meio dos Inspetores de Educação.

2.2 “Curso Fundamental de Instrução Secundária”: contra a decadência da instrução

Com o objetivo de entender o movimento de configuração do ensino secundário nos anos iniciais da República em Belo Horizonte, optei por analisar os Relatórios da Secretaria do Interior disponíveis no APM e a legislação pertinente a esse ramo da educação e entrecruzá-los com a documentação relativa ao “Curso Fundamental de Instrução Secundária”, também disponível no APM. Com a documentação referente ao Curso Fundamental, apropriei-me do movimento de implantação do educandário e seus objetivos, bem como de sua relação com os interesses e as disputas em jogo naquele período.

Em uma República recém-instaurada o Estado deveria encaminhar a instrução da população, e para isso precisava definir-lhe os rumos. Em meio ao debate político-pedagógico do momento, algumas iniciativas de conformação do campo escolar foram produzidas pela República, ao mesmo tempo em que serviram para produzir a própria República.

No movimento da história, algumas iniciativas permanecem e se desdobraram para o futuro, outras têm vida breve e não alcançam uma existência mais longa em meio à disputa das forças políticas, sociais, econômicas e, no caso da educação, também no jogo das disputas pedagógicas da época. Aquelas, na maioria das vezes, são as iniciativas que ganham visibilidade e chegam até os dias atuais ainda que com as alterações e permanências próprias do movimento histórico. Estas, ainda que breves, precisam ser conhecidas e reconhecidas como iniciativas que serviram como experiência às personagens da uma época e que exerceram seu grau de influência no jogo de forças que acabou mesmo por derrotá-las.

No caso da instrução secundária, algumas iniciativas que passaram pelas primeiras tentativas de definir os caminhos desse nível de ensino nas instituições públicas e

particulares e algumas propostas pedagógicas que alimentaram o ideário educacional da época concorreram para fazer prevalecer certa representação de ensino secundário no Estado de Minas Gerais. Um ensino secundário público mínimo, com ampla participação dos particulares para atender a uma minoria.

A criação do Liceu, ainda em Ouro Preto, a abertura de externatos públicos em algumas localidades da província e as iniciativas de normatização do segmento demonstraram a preocupação crescente do Poder Público com a educação dos jovens em Minas Gerais. Gradativamente, as aulas avulsas foram perdendo sua relevância, tornando-se um sistema obsoleto (NEVES, 2006, p. 179), e os liceus e colégios particulares subvencionados pelo Estado passaram a ganhar espaço nos discursos político e pedagógico. A concretização de espaços específicos e mais complexos para a educação formal da mocidade estava em marcha e a escolarização da juventude foi se concretizando em unidades mais complexas de ensino.

A República, como visto, trouxe para Belo Horizonte o Ginásio Mineiro equiparado ao Colégio Pedro II como uma referência para a instrução da mocidade. Durante muito tempo, esse estabelecimento foi o centro dos investimentos governamentais no tocante ao ensino secundário público, mantido pelo Estado.

Usando uma estratégia diferente do ensino primário, o Estado optou por manter um centro de referência para os estudos da juventude, já que a intenção não era “derramar”, como postulou Silva Jardim, o conhecimento para os jovens, como o foi para as crianças. Mas o Ginásio Mineiro não foi a única instituição mantida pelo Estado, tampouco a única proposta pedagógica experimentada pelo governo mineiro durante a Primeira República, na tentativa de conformar o campo da educação secundária em Minas Gerais.

A Reforma Epitácio Pessoa, de 1901, previa a existência de estabelecimentos fundados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por qualquer indivíduo ou associação, o que veio facilitar a fundação, em Minas Gerais, do Curso Fundamental de Instrução Secundária.

O ensino secundário em Belo Horizonte se expandia quando, em 1907, o governo de Minas assumiu uma postura consoante com o discurso técnico-profissionalizante da época, que defendia um ensino secundário mais voltado para a aprendizagem de um ofício, e resolveu criar o “Curso Fundamental de Instrução Secundária”, autorizado pela Lei n. 463, de 12 de setembro, que previa uma reformulação do ensino secundário e trazia em seu art. 2º:

Art. 2º Para tal fim, é o poder executivo auctorizado a organizal-o sobre as seguintes bases:

O curso do ensino secundario compreenderá todas as disciplinas necessarias ou convenientes para a educação intellectual, sob o duplo aspecto estabelecido no artigo antecedente[desenvolver a inteligência, não só para os cursos superiores, mas também para as artes, agricultura e demais industrias].

Poderá ser dividido em dois cyclos, cuja duração e fim serão determinados em regulamento.

O ensino para as artes, agricultura e industrias terá feição principalmente pratica, attendendo-se ás necessidades das diversas regiões do Estado.

A abertura da legislação viabilizou ao governo mineiro oferecer uma possibilidade de continuação de estudos “contra a decadência da instrução pública” observada no Ginásio Mineiro, que enfrentava um período de crise. Em uma perspectiva mais voltada para o trabalho, trazia no art. 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 2.513, de 17 de abril de 1909:

Art. 1º O Curso Fundamental de Instrução Secundaria, estabelecido em Bello Horizonte, tem por fim proporcionar, sob moldes praticos, o ensino das disciplinas necessárias a todo o homem na sociedade moderna, qualquer que seja a profissão que venha a abraçar, e cuidar da educação moral e physica da mocidade a fim de preparar cidadãos úteis a si á Patria.

Projetando uma representação de modernidade educacional, usando para isso a justificativa de desenvolver um ensino nos moldes práticos, o governo mineiro criou uma nova opção pedagógica pública para “preparar cidadãos úteis a si a á Patria”. Também no plano do ensino secundário, a República criava a educação enquanto era criada por ela. No Decreto n. 2.513, de 17 de abril de 1909, que aprovou o Regulamento do Curso Fundamental de Educação Secundária de Belo Horizonte, o art. 8º preconizava uma educação moral para “formal-os cidadãos honestos de uma Republica liberal: – individualmente probos, amantes e defensores da liberdade, respeitadores da auctoridade e da lei.”

No Relatório do Interior de 1909 (p. XXVII), encaminhado pelo Secretário do Interior, Dr. Estevão Leite de Magalhães Pinto, ex-diretor do Curso Fundamental, ao então presidente do Estado, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, fica clara qual era a pretensão daqueles que pensaram o curso com relação a seus objetivos de formação:

Assim foi deliberado que os alunos no Curso Fundamental Secundário, possam conseguir o título de agrimensores, valido no Estado, o de comercio, o de professores, com o curso anexo de agricultura, sendo também

dispensados de qualquer exame para o provimento de empregos públicos do Estado.

Interessante notar que o comentário do secretário quanto ao objetivo do curso não faz menção ao ingresso dos estudantes nos cursos superiores. Estava em jogo outra representação para o ensino secundário que o aproximava mais de um ensino profissionalizante.

Os arts. 5º e 6º do Regulamento do curso apresentam as disciplinas e o método que deveriam ser implantados:

Art. 5º O ensino que se ministra no Curso Fundamental compreende: 1º A língua Portuguesa; 2º o francez, o inglês e o allemão(praticamente); 3º as mathematicas, o desenho e a contabilidade; 4º elementos de astronomia; 5º geographia e historia; 6º moral civica e rudimentos de direito constitucional; 7º noções de sciencias physicas e naturaes, e de hygiene e de agricultura e pecuaria; 8º tachygraphia, escripta a machina e musica.

Art. 6º No ensino de qualquer disciplina não serão permittidos os processos que repousam exclusivamente sobre a memória em abstracções, devendo ser empregado unicamente o methodo da observação e da inducção, não só para que os conhecimentos sejam apprehendidos com segurança maior, como para que a intelligencia se desenvolva mais prompta e completamente.

Com uma proposta de ensinar as línguas “praticamente”, incluindo disciplinas como a agricultura, pecuária, taquigrafia e datilografia os idealizadores do curso apostaram na formação de cidadãos mais úteis pelo método de “observação e inducção”, proibindo práticas de ensino baseados apenas na memorização. O governo de Minas, por intermédio do Curso Fundamental, livre da necessidade de seguir o programa do Colégio Pedro II, selecionou saberes e impôs condições de ensino trabalhando em um dos sentidos da escolarização – tornar escolar saberes e conhecimentos para serem inculcados nos jovens.

Destaco que a pessoa responsável por assumir a direção do curso, o Dr. Estevão Pinto foi aquele que viria a se tornar responsável pela Secretaria do Estado dos Negócios do Interior, que, por sua vez, era a secretaria encarregada dos assuntos da instrução.

Por meio da Lei n. 463 de 12 de setembro de 1907, o governo foi autorizado a reformar o ensino secundário do Estado. Na ausência de uma regulamentação para a lei por parte do Congresso Nacional, o governo se apoiou no Decreto n. 2.126, de 25 de novembro de 1907, que teve caráter provisório, para iniciar o Curso Fundamental de Instrução Secundária

na expectativa da possibilidade de promover uma reformulação mais radical do ensino secundário.

Em seu art. 1º, o Decreto n. 2.126 esclarecia:

Art.1º Continua em vigor, com as alterações do presente decreto, a legislação referente ao Gymnasio Mineiro, até que o governo, auctorizado pela lei n. 463 de 12 de setembro do corrente anno, reforme o ensino secundario nas bases da mesma auctorização e na conformidade da legislação federal concernente ao assumpto.

O governo de Minas não promoveu a reformulação do ensino no Ginásio Mineiro aguardando uma regulamentação das reformas por parte do governo central e optou pela abertura de um curso que atendesse às novas exigências definidas na legislação vigente e reorientar o ensino secundário no Estado.

De acordo com o Relatório da Secretaria do Interior de 1908 (p. 23), encaminhado pelo secretário do Estado dos Negócios do Interior, Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Brito, ao presidente do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva, o governo teve a iniciativa de abrir o curso enquanto aguardava por uma maior explicitação da reforma:

De acordo com esta orientação, enquanto não é possível, pelo motivo exposto, a reforma total do ensino secundário pela dependência em que ela se acha da reforma federal – foi iniciado nesta capital um curso secundário fundamental [...].

Como uma das estratégias para encaminhar o ensino secundário no Estado, o Curso Fundamental se inseriu no campo de forças e interesses da época, encontrou seus defensores e deparou com dificuldades e limitações para sua permanência.

Na contramão de uma postura política que buscava incentivar a participação da iniciativa particular na instrução dos jovens surgiu o Curso Fundamental de Instrução Secundária mantido pelo Estado de caráter técnico.

Gonçalves (2009, p. 106), afirma que “em Minas, assim como em outras unidades da federação brasileira, não era raro encontrar, nos discursos das elites dirigentes, a ideia de que a educação era instrumento transformador da sociedade”. O mesmo autor propõe que se pense os projetos de educação dos republicanos mineiros com as seguintes premissas:

A república não nasceu pronta, assim como não se tinha projetos de educação pré- definidos [...] A República e sua educação foram produzidas,

e não sem conflitos. Falar em projeto de educação na República é falar no plural, projetos. Isto pelo fato de não se ter um único projeto, nem de República e nem de educação, mas, sobretudo, pelo aspecto plural que a própria constituição da república irá revelar. [...] os projetos de educação dos republicanos, principalmente o escolar, foram produzidos para produzir a República. Nesse caso, a escola receberá um tratamento de vetor da República.

Pensar as instituições escolares como vetores da República para explicar o movimento de implantação do ensino secundário favorece o entendimento do movimento de configuração do segmento secundário da educação mineira em uma rede de interesses, disputas e forças, na qual algumas iniciativas prevaleceram sobre outras, devendo-se reconhecer que todas exerceram seu grau de influência no processo de escolarização do setor.

Por esse motivo, o estudo do Curso Fundamental de Instrução Secundária assumiu papel relevante na compreensão da conformação histórica do campo educacional secundário de Belo Horizonte. Mesmo de acordo com uma declarada estratégia de incentivo à iniciativa particular, percebida no espírito do discurso liberal da República, o Estado criou, organizou e investiu em um curso secundário público. Além do Ginásio Mineiro, equiparado ao Colégio Pedro II, o Curso Fundamental de Instrução Secundária surgiu como uma iniciativa do Estado para o atendimento escolar da mocidade na capital, mas com uma proposta pedagógica diferenciada, voltada para uma concepção de educação técnico-científica, o que corrobora a ideia de que não havia projeto educacional preconcebido pela República, mas projetos.

Iniciativa do governo mineiro, o Curso Fundamental traduzia a crítica à proposta pedagógica clássica adotada oficialmente pelo Ginásio Nacional e carregava, na organização de seu programa de ensino e na metodologia sugerida, uma proposta alternativa de representação do ensino secundário. Visando encaminhar a formação dos jovens para o mundo do trabalho, a proposta do Curso Fundamental de Instrução Secundária estava voltada para a prática, em tensão com a proposta clássico/humanística hegemônica até então. Desenvolvendo um programa menos propedêutico, mais voltado para a formação profissional, o Curso Fundamental carregava a responsabilidade de levar à sociedade uma representação de ensino secundário que ressaltava o esforço, a luta e o trabalho, diferenciando-se dos demais em seu modelo pedagógico, como destacado no Relatório da Secretaria do Interior de 1908:

O ensino moderno está orientado no sentido de preparar as gerações para serem mais fortes, ensinando a mocidade que o homem digno não deve fugir ao esforço, à luta, ao trabalho, mas que deve procurá-los como uma oportunidade que se lhe oferece para vencer, para triunfar (p. 23).

Os discursos políticos da época alimentavam o imaginário social com uma representação de cidadão republicano que encontraria nas instituições escolares um vetor para a consolidação dos ideais republicanos de sucesso e progresso.

Relata-se no Relatório de 1909:

Em moldes inteiramente destoantes dos que regem os demais estabelecimentos de instrução secundária, continua funcionando o Curso de Instrução Secundária, destinado a transmitir a seus alunos os conhecimentos por processos práticos e intuitivos (p. XXVII).

Percebe-se a necessidade de distinguir o curso por seus métodos pedagógicos encaminhando uma proposta distinta a respeito do tipo de cidadão que se pretendia formar; projetos diferentes para objetivos políticos diferentes. Um jogo de forças e interesses que se pode observar na tentativa de formatar um curso que concretizasse um tipo ideal de cidadão – o novo cidadão republicano.

Com relação às disputas pedagógicas da época, Dallabrida (2007, p. 18), assinala:

A escolarização pós-primária era marcada por um explícito dualismo escolar, em que o ensino secundário preparava e habilitava para o ingresso nos cursos superiores, enquanto os cursos técnico-profissionais e normal formavam especialmente para o ingresso imediato no mercado de trabalho.

O Curso Fundamental, possivelmente, tenha sido a tradução mais próxima daquilo que os defensores de um curso secundário voltado para uma formação mais prática, sem perder as características de formação desejadas com as humanidades, tenha conseguido produzir. Fugindo das características que marcavam especificamente os cursos chamados profissionalizantes, mantendo o *status* de curso secundário, acredito que o Curso Fundamental tenha sido a proposta mais refinada de ensino secundário técnico, público, no período estudado.

O Ginásio Mineiro se transformou no desenrolar da história do ensino secundário público em Minas em uma iniciativa que permaneceu, enquanto o Curso Fundamental de Instrução Secundária teve vida curta no jogo de interesses de uma época. Ambos exerceram sua influência no terreno das forças políticas, econômicas e pedagógicas, que resultaram na configuração do campo do ensino secundário no Estado de Minas Gerais.

Na proposta de trabalho destinada ao “ensino tecnico” dos Grupos Escolares, assinada pelo professor Manoel Penna, encontrada na documentação estudada,³⁶ fica definida a base de conhecimentos técnicos que parece ter servido de referência para o Curso Fundamental de Instrução Secundária: “*a geometria, o desenho, a arithimetica, noções de mechanica, e constará de carpintaria, entalho em madeira, agricultura e modelagem em cera e argilla*”. Cabe lembrar que foi um período em que os grupos escolares passaram a ter um curso técnico anexo, seguindo o Decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906. A parte técnica do curso primário era ministrada no quarto ano escolar, no último horário de aula e era voltada para o trabalho. Os programas dos cursos técnicos desenvolvidos pelas escolas primárias encontrados juntamente com a documentação do Curso Fundamental sugerem a possibilidade de que eles tenham servido de base para a organização de uma proposta que atendesse aos objetivos do curso secundário com caráter técnico do governo de Minas.

No capítulo 2 do Regulamento do Curso Fundamental, divulgado pelo Decreto n. 2.513, de 17 de abril de 1909, o art. 5º definia o programa de estudos para o curso – língua portuguesa, francês, inglês e alemão –, fazendo observação de que deveria ser um ensino de línguas “prático”, matemática, desenho, contabilidade, elementos de astronomia, geografia, história, moral cívica e rudimentos de direito constitucional, noções de ciências físicas e naturais, de higiene, agricultura e pecuária, taquigrafia, escrita a maquina e música.

Demonstrando a força que o discurso favorável ao ensino profissionalizante ganhava naquele momento e fortalecendo a perspectiva dos entusiastas dessa modalidade de ensino, o Presidente Nilo Peçanha, através do decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital.³⁷ Em Belo Horizonte, a Escola de Aprendizes passou a funcionar em 1910. Santos (2000, p. 215) observa que

no plano das ideias estava expressa uma tendência de articular formação geral com a profissional, de nível secundário, nas Escolas de Aprendizes e Artífices, fato que veio a se concretizar a partir das mudanças que elas sofreram ao longo dos governos subsequentes ao do Marechal Hermes da Fonseca.

Na esteira da vertente profissionalizante dos debates político-pedagógicos, o Curso Fundamental de Instrução Secundária passou a funcionar, em 1908, em uma casa de

³⁶ No Arquivo Público Mineiro, a documentação estudada relativa ao Curso Fundamental de Instrução Secundária encontra-se sob a referência SI 3289.

³⁷ Sobre esse assunto, ver SANTOS, 2000, p. 205-224.

propriedade do Sr. Carlos Antonini, na Rua da Bahia, por um valor de aluguel de 300.000 réis mensais, como registrado nos recibos emitidos pelo proprietário. A casa, segundo o Relatório do Interior de 1909, não possuía as condições adequadas para o desenvolvimento do programa.

Tem funcionado até agora em edifício impróprio e provisório, mas vai passar para o prédio especialmente adquirido para ele, onde esteve o colégio das Irmãs Dominicanas e ai espero que poderá realizar todo o seu belo programa de instrução moderna e pratica (p. XXVII).

O Curso Fundamental de Instrução Secundária contou com endereço próprio, em cuja adequação o Estado investiu, como pode ser percebido nos diversos recibos e faturas constantes na documentação estudada, referentes a aquisições para compor o espaço (APM, SI-3289). Em uma fatura apresentada ao Curso Fundamental de Instrução Secundária da Capital, pela “Marcenaria Artística”, datada de 4 de abril de 1908, verifica-se o esforço feito para organizar do espaço:

Na conta identificam-se os “trabalhos feitos:”

5 quadros negros a 50\$000	250\$000
8 mezinhas a 20\$000	160\$000
4 cantoneiras a 10\$000	40\$000
1 armario envidraçado pequeno	35\$000
2 cabides p chapeos	35\$000
2 porta chapeos de sol a 40\$	80\$000
1 escada de abrir	35\$000
1 haste p o pavilhão	17\$000
5 estrados a 20\$	100\$000
2 fechaduras	4\$000
Ganchos para o quadro	3\$500
	759\$500

O documento leva o carimbo da Secretaria do Interior de Minas Gerais, gabinete do diretor, Sr. Valladares Ribeiro, com data de 8 de abril de 1908, autorizando o pagamento.

Existem fortes indícios de que o Curso Fundamental nasceu e foi organizado não apenas em decorrência de uma brecha da legislação, mas também pelo fato de haver em Minas Gerais um grupo, defensor de uma prática escolar mais técnica para o ensino secundário, diferente daquela realizada na instituição de referência, e que exercia forte influência política no Estado.

Algumas iniciativas para fomentar o Curso Fundamental foram realizadas fora do protocolo-padrão para a época, o que me permite pensar que, dada a influência política de algumas figuras, como a do ex-diretor do curso e secretário do Interior, Estevão Pinto, as providências para a implantação do curso puderam ter sido agilizadas por interesse e convicção das personagens envolvidas com a proposta. Na documentação, encontra-se o registro de certa irregularidade no encaminhamento de algumas faturas, como no registro de próprio punho assinado por F. Motta, de 8 de outubro de 1908, ano da fundação do curso, onde o assinante registra sua preocupação com a reincidência de irregularidades no encaminhamento das faturas:

Não é a primeira vez que os Srs. Paes & Cia apresentam contas sem serem acompanhadas de requerimento. Isso não é regular e nem conveniente à boa ordem do Serviço da Secretaria, porque documentos avulsos como este não tem entrada no protocollo e faturamento a Seção lutará com dificuldades em prestar qualquer informação sobre as despesas do estabelecimento. (APM, SI-3289)

A influência política das personagens envolvidas na organização e gerenciamento do curso pode ter favorecido sua implantação, uma vez que o curso surgiu em um momento de certa indefinição da legislação a respeito de como proceder em relação ao programa do Ginásio Estadual, o que possibilitou aos políticos e educadores mineiros criar e implantar a proposta do Curso Fundamental. O Relatório do Interior de 1908 esclarece a respeito da condição em que foi proposto o Curso:

Pela lei n. 463, de 12 de setembro de 1907, foi o governo auctorizado a reformar o ensino secundário do Estado, mas ainda não foi possível operar-se uma reforma radical, por não ter o Congresso Federal legislado sobre o assumpto na sessão do anno passado, de modo que a reforma mineira pudesse abranger os cursos secundários para funcionar no Estado.[...] De accordo com essa orientação enquanto não é possível, pelo motivo exposto, a reforma total do ensino secundario pela dependencia em que ela se acha da reforma federal – foi iniciado nessa capital um curso fundamental secundário sob a direcção do dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto que, secundarizado por professores competentes, muito se tem esforçado pela modificação dos processos do ensino. Os resultados deste instituto, recentemente iniciado, já são satisfactorios, devendo marcar o inicio da reforma effectiva do ensino secundário no Estado (p. 23).

Como se percebe, muita expectativa foi depositada no Curso Fundamental, na perspectiva de reformar o ensino secundário dando-lhe um direcionamento de ensino mais

prático como indicado pela reforma federal. Essa perspectiva foi levada adiante não sem conflitos, tanto no âmbito político quanto no pedagógico, sobre a qual não encontrei informações na produção acadêmica da área. O Curso Fundamental significou um investimento do Estado no ensino público secundário como uma tentativa de reorientar a educação de uma parcela dos jovens mineiros.

Outras faturas e contas aparecem na documentação e reforçam a ideia de que o Estado buscou equipar o estabelecimento para que pudesse ter condições mínimas de cumprir seu propósito. Aquisição de equipamentos, materiais para manutenção e prestação de serviços são ações documentadas que se repetem nas fontes pesquisadas.

Verificando as folhas de pagamento constantes na documentação, podemos ter uma noção mais precisa a respeito do esforço financeiro despendido pelo Estado e das personagens que compunham o quadro de lentes e funcionários do curso.

Em março de 1908 a folha de pagamento foi composta da seguinte maneira:

- Diretor: Dr. Estevão Leite de Magalhães Pinto 600.000
- Lente de Português: Dr. Leon Renault 500.000
- Lente de Frances: Mr. Georges André Block 500.000
- Lente de Geografia: Dr. Socrates Brasileiro 500.000
- Lente de Arithmetica: Pharmaceutico Symphronio Reis 500.000
- Lente de História Natural: Pharmaceutico Clovis de Abreu 500.000
- Servente: Durval Soares 80.000. (APM, SI-3289)

Para o diretor do Colégio Pedro II, a Reforma Carlos Maximiliano de 1915 previa uma gratificação de 6:000\$000. O diretor do Curso Fundamental recebia em 1908, portanto sete anos antes da citada reforma, algo em torno de 7:200\$000 anuais, o que serve como referência comparativa dos valores investidos para aquilatarmos o nível de investimento do Estado na relação entre a escala nacional e a estadual.

Algumas figuras de relevância no cenário educacional mineiro, além do seu diretor, faziam parte do quadro de lentes do Curso Fundamental, como o Dr. Leon Renault, que se tornou o diretor do Instituto João Pinheiro³⁸ anos mais tarde.

No contrato de trabalho firmado com o Sr. William Joseph Frost, para ministrar aulas de inglês e de ginástica, verifica-se a perspectiva de crescimento da proposta na intenção dos dirigentes de que o curso funcionasse não somente em regime de externato, mas também de internato. Outros pontos de destaque no cuidado com a organização do curso diziam

³⁸ Ver FARIA FILHO, 1991.

respeito à disciplina, sobretudo à maneira de conquistá-la e mantê-la, o que significava uma preocupação em garantir uma forma de relação entre professores e alunos menos autoritária.

A relevância dada ao caráter laico do ensino público também se destaca no documento. A forma dos professores lidarem com a disciplina reforçava a representação de um posicionamento inovador, moderno, pretendido pelos dirigentes para o curso. Posturas traduzidas em um curso secundário público que se concretizavam em meio aos conflitos com aqueles que defendiam propostas distintas. Importante ressaltar que a retirada do ensino religioso dos programas escolares não se deu sem a resistência da Igreja e de alguns setores da sociedade.

[...] Depois que se estabelecer o internato, o professor terá residência no estabelecimento.

O professor deverá auxiliar o diretor na tarefa da educação moral e cívica dos alumnos e, como a disciplina do estabelecimento repousa só no aperfeiçoamento moral e consciência do dever, sem a coação dos castigos phisicos, procurará conquistar a estima e confiança dos ditos alumnos.

Sendo absolutamente leigo o estabelecimento, o professor se compromete a, em caso nenhum, tratar com seus alumnos de cousas religiosas, de qualquer seita que se trate [...]. (APM, SI-3289)

Quanto à questão disciplinar, o secretário do Interior e ex-diretor do Instituto, Estevam Leite de Magalhães Pinto, determinava em uma circular da Secretaria do Interior do Estado de Minas qual deveria ser a postura dos professores em relação aos castigos aplicados, em consonância com a proposta de oferecer um ensino moderno. A modernização deveria transparecer não somente na metodologia de ensino, mas também na relação entre professor e aluno. A preocupação com as atitudes dos professores quanto à manutenção da disciplina fica assim evidenciada:

Constando que alguns professores costumam applicar a seus alumnos castigos phisicos, além de outros não permitidos pelo regulamento escolar vigente, faço-vos sentir que elles sómente estão sujeitos, pelas faltas que commetterem, às penas mencionadas no art. 251 do referido regulamento e que será severamente punido aquelle que lhes impuzer qualquer uma outra. (APM, SI-3289)

As folhas de pagamento trazem ao final um registro do aluguel e de alguns serviços executados na casa, como na folha de pagamento de maio de 1908.

Material do Curso Fundamental
 Carlos Antonini: Aluguel da casa 300.000
 Trabalhadores: Limpesa do campo de foot-ball 23.000
 Concerto no material de esgrima 6.000. (APM, SI-3289)

Importante destacar que na proposta de trabalho prevista para o Curso Fundamental a prática de atividades físicas ocupava um espaço de relevância. Pode-se observar que um campo de futebol compunha o espaço destinado ao Curso e que foi contratado pessoal destinado a ministrar as práticas esportivas. Em correspondência enviada ao secretário do Interior, datada de 5 de maio, fica registrada a contratação do Mr. William Joseph Frost para as disciplinas de Inglês e Ginástica e que os professores Mr. Michel Béthout e Socrates Brasileiro passariam a lecionar Esgrima e Exercícios Militares, respectivamente. Anos antes, no Relatório do Interior de 1905, o responsável pelo Internato de Barbacena já preconizava a prática de “jogos sportivos” (p. 509) como forma “benéfica e recreativa sobre as disposições do alumno”, dando destaque especial ao futebol. Em correspondência enviada pela Secretaria do Interior de Minas Gerais, em 4 de novembro de 1908, ao Exmo. Sr. Marechal Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, percebe-se a importância dada aos “jogos físicos” e à preocupação pedagógica alegada pela Secretaria do Interior para estabelecer em Belo Horizonte um curso “nos moldes das melhores escolas allemãs e americanas”, criticando a situação em que se encontrava a educação no país:

Já perto de um ano funciona nesta capital o ‘Curso Fundamental de Instrução Secundária’, Instituto fundado pelo Governo deste Estado com o fim de, reagindo contra a decadência da instrução que infelizmente se observa em nosso país, proporcionar uma educação sincera e pratica, sob os preceitos mais modernos da sciencia pedagógica e, tanto quanto possível, nos moldes das melhores escolas allemãs e americanas.

Entre as praticas recomendadas pelo nosso regulamento figuram os jogos phisicos, salientando-se entre estes os exercícos militares [...] (APM, SI-3289)

A influência das escolas alemã e americana é evidenciada na carta da Secretaria do Interior. Escolas que trariam para o Brasil uma marca importante nos usos das atividades corporais, não só do ponto de vista da variedade, mas também dos usos metodológicos e suas finalidades.

A educação física era uma atividade prevista no Regulamento do Curso, que em seu art. 7º definia:

Art. 7º A educação physica tenderá a robustecer o corpo dos alumnos e a adextralos nos diversos jogos e exercícios, não só para tornal-os mais resistentes, como para lhes dar a calma, a coragem e a decisão em qualquer emergencia da vida.

Interessante observar que o Regulamento não faz referência à “ginástica”, mas aos “jogos e exercícios”, diferentemente de como as atividades físicas eram tratadas no Ginásio Mineiro.

A correspondência ao ministro teve o intuito de conseguir, por empréstimo, armas para o Curso Fundamental. Solicitação, que foi parcialmente atendida, como se percebe em outra correspondência, datada de 15 de abril de 1909, na qual o então diretor do curso, Dr. Nelson Baptista, comunica ao secretário do Interior o recebimento do equipamento enviado pelo governo brasileiro através do Ministério da Guerra. (APM, SI-3289)

O Curso teve seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.513, de 17 de abril de 1909, e assinam o documento o presidente do Estado, Wenceslau Braz Pereira Gomes, e o então secretário do Interior, Estevão Leite de Magalhães Pinto, que foi diretor do estabelecimento durante seu primeiro ano de funcionamento. Em 1909, o Dr. Magalhães Pinto assumiu a pasta da Secretaria dos negócios do Interior de Minas Gerais e deixou o cargo de diretor do Curso Fundamental.

Em novembro de 1908, o cargo de diretor ficou vago e os professores Leon Renault e Socrates Brasileiro passaram a representar temporariamente o diretor, conforme documento datado de 1º de dezembro de 1908. Assumiu o cargo o Dr. Nelson Baptista, em fevereiro de 1909. No dia 15 de março, como consta em correspondência do Curso Fundamental de Instrução Secundária, assinada pelo diretor, deixou o cargo de lente de português Leon Renault, sendo substituído pelo Dr. Astolpho Leite de Magalhães Pinto. (APM, SI-3289)

Esforços foram realizados para estruturar o curso na perspectiva da formação profissional e para equipar o estabelecimento. Mas a procura não foi satisfatória e, contrariamente ao ocorrido no primeiro ano de funcionamento, ausências e substituições de professores se sucederam.

Pelo que sugere o Regulamento do Curso Fundamental de Instrução Secundária, aprovado em abril de 1909, o curso não visava atender à juventude pobre da cidade. De acordo com o Regulamento, o curso tinha uma taxa trimestral que deveria ser paga adiantado para que os alunos pudessem se matricular, conforme o art. 14 do capítulo 5.

Por volta de 1895, para matricular-se no Ginásio Mineiro o aluno deveria pagar o “imposto constante da tabela (taxa de matrícula 40\$000, taxa de exame idem, certidão de exame 50\$000)” (MOURÃO, 1962, p. 448). Isso indica que a formação secundária pública de Minas Gerais não foi pensada exatamente para a população em geral, muito menos para os mais pobres, mas para um público que pudesse pagar por tal conhecimento. O caráter pago e os valores cobrados corroboram a afirmação de que a política de implantação do ensino secundário foi elitista, dirigida a uma camada privilegiada da sociedade, inclusive nos institutos considerados públicos.

Em 14 de maio de 1910, o presidente do Estado, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes e o secretário do Interior, Dr. Estevão Leite de Magalhães Pinto, assinaram o Decreto n. 2.825, que encerrava as atividades do Curso Fundamental de Instrução Secundaria, sob a justificativa de “não terem conseguido aceitação em nosso meio os moldes em que foi vasado o plano de instrução do ‘Curso’”, o que só seria possível com o reconhecimento oficial do estabelecimento, conforme consta no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior, 1911 (p. 695). Ponderando que não havia vantagem em identificá-lo ao plano de estudos ginasiais, pois nesse sentido o Estado já contava com o Ginásio Mineiro, o governo optou por extinguir o curso.

A proliferação das escolas particulares e a redução das matrículas no Ginásio Mineiro fizeram com que os políticos de Minas reivindicassem ajustes no programa da escola secundária do Estado, os quais foram direcionados para uma perspectiva mais técnico-científica, aproximando-o da concepção adotada pelo Curso Fundamental de Instrução Secundária. Uma organização que correspondesse melhor, conforme o Relatório da Secretaria do Interior de 1912 (p. LXIV), “às novas exigências das sociedades modernas”, “proporcionando á mocidade uma cultura de caracter mais pratico”. O Relatório traz uma referência à tensão mantida entre ensino das humanidades, de caráter propedêutico, visando o acesso dos estudantes aos cursos superiores, e o ensino científico, trazendo à baila o debate do ensino técnico voltado para o trabalho.

[...] Além do curso secundario dividido, não em series, mas em cyclos, de maneira que a par da cultura geral do espirito, facilite o estudo das disciplinas exigidas para o exame de admissão nas escolas superiores, será, pois, de grande utilidade crear no mesmo um curso secundário de ensino technico, destinado a educação do futuro operário, industrial e commerciante, á similhaça dos que há nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Allemanha na França e em outros paizes. [...] (p. LXV).

As referências citadas no documento remetem a uma série de escolas que foram introduzidas em Belo Horizonte cujas origens são justamente os países citados no documento: Colégio Santa Maria (1903), de origem francesa; Colégio Isabela Hendrix (1904), de origem americana; Colégio Arnaldo (1912), de origem alemã; e Colégio Anglo-Mineiro (1914), de origem inglesa.

Como se vê o secretário de Interior, Delfim Moreira, que sucedeu Estevão Pinto, manteve o discurso político em defesa de um secundário “mais moderno” e voltado para o trabalho.

Em coro com uma parcela da sociedade que reivindicava a continuidade de estudos para os interessados em entrar no mercado de trabalho, o que colaborou para que os mineiros criassem a Escola de Artes e Ofícios em 1909 e o governo federal fundasse as Escolas de Aprendizes pelo Brasil, em 1910 (SANTOS, 2000), o governo mineiro insistia em sugerir caráter mais técnico para o ensino secundário público. Um contexto econômico mundial no qual a industrialização crescia³⁹ e o Brasil entrava na mira dos países europeus, alguns deles citados no documento acima e apresentados como referências brasileiras, fazia com que a proposta profissionalizante parecesse bastante tentadora.

Em 1913, na vigência da Reforma Rivadávia, que desoficializou o ensino secundário, o decreto n. 3853 deu nova feição à instrução secundária mineira de acordo com a autorização contida no art. 1º da Lei n. 589. A desejada regulamentação dividiu o secundário em curso fundamental e complementar, o primeiro voltado para a formação intelectual, preparando para qualquer dos cursos anexos e o segundo, destinado a completar o primeiro para o exame de admissão nos cursos superiores. (MOURÃO, 1962)

Sem contar com as regalias da equiparação, a permanência de sua proposta diferenciada de ensino tornava-se inviável. Já a equiparação do Curso Fundamental ao estabelecimento de ensino secundário oficial impediria o desenvolvimento do programa pretendido, situação que levou ao seu fechamento.

A última folha de pagamento encontrada na documentação refere-se à primeira quinzena do mês de maio de 1910 e apresenta o cargo de lente de Frances vago, o cargo de diretor não é citado e o Dr. Nelson Baptista aparece como substituto do Dr. Astolpho Leite de Magalhães Pinto, que se licenciou por motivo de saúde.

³⁹ Na Inglaterra, Henry Ford criou, três anos antes, a linha de montagem.

Com o fechamento do Curso Fundamental de Instrução Secundária, encerrou-se, também, uma das tentativas estatais de influenciar pedagogicamente os caminhos da mocidade de Minas Gerais na direção do ensino profissionalizante, mas não as tensões vividas no campo, que se estenderiam por longo período.

A defesa do ensino secundário técnico voltado para as carreiras “econômicas” permanecia no ideal daqueles que entendiam que a instrução secundária não deveria se preocupar apenas com os candidatos às carreiras liberais e com os pretendentes à ocupação dos bancos das escolas superiores, mas também com aqueles que iriam formar as fileiras de comerciantes, industriais e demais trabalhadores que dependiam de formação escolar.

Algumas personagens que participaram dessa iniciativa continuaram a influenciar o panorama político e educacional do período. O debate a respeito do ensino secundário mais voltado para o trabalho ou de caráter mais propedêutico permaneceu em meio a um contexto de crescimento significativo das instituições particulares, o aumento do número de ginásios e colégios e a manutenção e aparecimento de institutos profissionalizantes (escola agrícola, Instituto João Pinheiro, Escola de Aprendizes). Um bom exemplo dessa condição foi Leon Renault, que assumiria a direção do Instituto João Pinheiro cujo intuito era atender crianças pobres ministrando um ensino profissionalizante. (FARIA FILHO, 1991)

O Curso Fundamental de Instrução Secundária compôs, em determinado período, o quadro das iniciativas públicas para conformação do ensino secundário em Belo Horizonte. Essa ideia, que acabou derrotada no jogo de forças daquele momento, nos ajuda a pensar a configuração do campo de maneira não linear, e, sim, como parte de uma rede de interesses políticos, sociais, econômicos e pedagógicos que se combinaram para produzir o ensino secundário no Estado de Minas Gerais.

Ao trazer para o escopo da pesquisa a análise do Curso Fundamental, não pretendi encontrar um passado perdido, mas buscar no passado algumas possibilidades possíveis às quais a produção histórica não deu visibilidade. Tentei com essa investida escapar de uma narrativa predominantemente totalizadora, que só considera as permanências, aquelas propostas que alcançaram nosso tempo. Procurei trazer à discussão alguns “inacabamentos aplastados” no jogo de forças da história que nos ajudam a melhor compreendê-la, como propôs Walter Benjamin (1994).

Ainda que o Curso Fundamental tenha tido vida curta e como instituição não tenha chegado aos dias atuais, a mola propulsora para sua criação permaneceu e durante muito

tempo visitou os debates educacionais, transformando-se em uma questão sempre presente nas preocupações do Estado – a discussão a respeito de um ensino secundário propedêutico, clássico ou mais utilitário, com uma metodologia de ensino mais prática e com o *status* de ensino secundário. A polêmica político-pedagógica sobre os rumos da formação dos jovens – se mais voltada para prepará-los para os cursos superiores ou mais voltada para o trabalho – protagonizou os debates da área. Discussões que ganharam força nas primeiras décadas do século XX, mas que atingiram seu auge a partir de 1920, com aqueles que defendiam o foco nas humanidades para o secundário de um lado e os partidários do ensino chamado científico de outro. Souza (2009, p. 73) discorrendo sobre as últimas batalhas pelo humanismo, afirma:

Nesse processo de seleção estão implicados interesses, concepções conflitantes de educação e currículo, lutas de poder e disputas pelo controle social [...]. Nas diferentes representações dos educadores sobre a relação entre o humanismo e a educação secundária e das diretrizes para a renovação curricular desse ensino sobressaem modos diversos de entendimento sobre a relação entre educação e cultura e entre educação e diferenciação social, além de proposições diversas acerca da modernização da educação e da sociedade e de enfrentamento da discussão sócio-política sobre a democratização do ensino médio no país.

Dessa forma, mesmo que o Curso Fundamental de Instrução Secundária tenha durado apenas dois anos, ele é um forte exemplo do esforço de um grupo de pessoas “contra a decadência da instrução”, como seus idealizadores o conceberam.

Para Souza (2009, p. 76-77), um posicionamento mais claro do Estado em relação a essa questão se deu com a Reforma Francisco Campos mais de vinte anos depois:

A questão do currículo voltou à baila nos anos 30 do século XX, motivada pela ação reformista do governo federal no âmbito da educação secundária. A reforma Francisco Campos, instituída no início dessa década, deflagrou inúmeros debates. Essa reforma imprimiu maior organicidade ao ensino secundário em âmbito nacional estabelecendo os estudos regulares, a seriação e a frequência obrigatória. Além disso, instituiu a divisão do secundário em dois ciclos – um fundamental (5 anos de duração) e outro complementar (2 anos de duração). Quanto ao currículo, adotou uma clara opção pelos estudos científicos fixando uma distribuição mais equilibrada entre matérias literárias e científicas.

As matérias clássicas não deixariam de constar no currículo a partir dessa reforma, mas as matérias científicas ganhariam mais espaço apontando para a acertividade da visão dos

defensores do Curso Fundamental no que se refere aos encaminhamentos que a sociedade daria ao ensino secundário.

Resta esclarecer que por volta de 1908 já havia uma luta declarada contra o ensino clássico, e aproveitando uma brecha dada pela legislação os mineiros tentaram uma abordagem metodológica distinta para o ensino público secundário, contradizendo a possibilidade de se pensar que o Estado somente investiu e manteve o Ginásio Mineiro. Uma espécie de golpe, introduzido por surpresa na conjuntura da instrução secundária por meio do senso de ocasião do governo mineiro. Aproveitando a ausência do poder central, ao deixar em aberto a regulamentação da legislação, o governo de Minas reverteu a ordem predominante no ensino secundário, iniciativa que durou pouco tempo, mas que já previa o acirramento de uma polêmica política e educacional a respeito dos rumos da instrução ginasial em nosso país.

O Curso Fundamental de Instrução Secundária é um exemplo que demonstra um investimento concreto do governo em outra instituição de ensino, para além do Ginásio Mineiro, bem como o investimento em uma proposta pedagógica alternativa. É um exemplo de que as ações do Estado não foram lineares ou livres de tensões; muito pelo contrário, mesmo afirmando que o Estado deveria ter uma postura de “cooperação até certo ponto e limite” em relação ao ensino secundário e desenvolvendo uma política de incentivo à iniciativa particular, foi criado, em meio às disputas, um curso secundário público, laico, de caráter técnico, na sociedade mineira.

Tática⁴⁰ e estratégia, duas noções que podem ser entendidas como concomitantes na ação do Governo de Minas ao criar e manter do Curso Fundamental de Instrução Secundária. Ação tática, em relação à postura da federação relativa ao ensino secundário que era criticada por parte dos dirigentes de Minas como decadente e ultrapassada. Estratégica, porque divulgava uma nova representação de ensino secundário do governo mineiro para informar e orientar a instrução da mocidade.

O Relatório do Interior de 1913 apresenta o crescente investimento do Estado na educação e registra o valor do esforço realizado para a manutenção do Ginásio Estadual e outros estabelecimentos educacionais:

⁴⁰ Para Certeau (1994, p. 100) a noção de Tática é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma determinação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para si manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria [...]. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance”.

[...] 112:660\$000 com a manutenção do Gymnasio Mineiro (Externato e Sciencias de letras, na Capital); [...]160:000\$000 com os Institutos Profissionaes “Dom Bosco”, “João Pinheiro” e “Barão de Ayuroca”; 300 contos de auxílios a varias escolas scientificas e profissionaes (instituto Polytechnico de Juiz de Fóra, Escolas Agricolas de Cachoeira do Campo e Lavras, Escola do Commercio de Bello Horizonte, Escola de Musica e Lyceus e Apprendizados e Artes e Officios, etc), em vários pontos do Estado. Há, actualmente, [...] mais de 100 gymnasios e collegios internatos e externatos de ensino secundário, para os dois sexos, em diversas localidades mineiras (p. LVIII).

O documento ainda trata do investimento nos Institutos de Curso Normal equiparados à Escola Modelo, dos Institutos de Cursos Superiores e dos Seminários, dentre outros. Aos valores da manutenção do Ginásio Mineiro acrescentem-se aqueles relativos às subvenções concedidas a vários estabelecimentos.

A manutenção de estabelecimentos de instrução secundária por parte do Estado estava diretamente ligada à representação de ensino secundário que se construía, aos objetivos que a formação ginásial deveria atender e ao nível de compromisso que o poder administrativo pretendia assumir com a formação dos jovens em Minas Gerais.

Repetem-se ao longo do período estudado as referências documentais a respeito do esforço que representava para o Estado manter institutos para a instrução dos jovens. A questão oscilava entre aqueles que insistiam em colocar tal questão na lista de prioridades e aqueles que se inspiravam na iniciativa particular para solucionar a situação da precariedade da instrução secundária e dos limites orçamentários alegados pelo governo.

Em 1905, o então Secretário do Interior, Delfim Moreira, assim avaliava a situação da instrução secundária no Estado, valorizando a participação dos particulares, conforme consta no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior desse ano:

O ensino secundário e superior acha-se felizmente em boas condições de prosperidade. A iniciativa particular já exerce a sua ação poderosa na organização de collegios, internatos, externatos, e escolas mistas de ensino primário e secundário. Não vão longe os tempos, em que, dentro de Minas, os moços viajavam grandes distâncias, com enormes sacrifícios das famílias – para procurarem collegios de boa fama, que raros existiam na antiga província. (p. 176)

O fato é que, na disputa entre as posições políticas a respeito desse segmento da instrução, acabou-se por produzir um ensino secundário oferecido predominantemente pelos particulares e que atendeu a uma minoria da população jovem do Estado. Proliferaram-se os

ginásios, colégios e institutos particulares, com um número de matrículas muito superior ao dos estabelecimentos estatais, enquanto o Estado ficou restrito a um estabelecimento sob a forma de internato e externato, e durante de 1908 a 1910 a dois estabelecimentos, com a abertura do Curso Fundamental de Instrução Secundária, com número de matrículas bem limitado em relação aos congêneres particulares.

Considerando que a Reforma João Pinheiro de 1906 organizou os grupos escolares, os quais começaram a funcionar efetivamente em 1907, e que o curso primário tinha duração de quatro anos, temos que em 1911 já havia um número de alunos encerrando o curso primário com escassas possibilidades de continuidade de estudos. Faria Filho (2000, p. 50) aponta que, no segundo semestre de 1916, Belo Horizonte contava com 6.410 alunos matriculados nos grupos escolares e escolas isoladas, sendo que desses 3.742 eram frequentes. Vimos que o Curso Fundamental de Instrução Secundária teve suas atividades encerradas em 1910, ou seja, restava apenas a opção do Ginásio Mineiro como possibilidade de continuidade de estudos para os concluintes do curso primário das escolas públicas.

Como se pode perceber havia demanda para o ensino secundário, mas não havia interesse do Estado em desenvolver uma rede de instrução pública para os interessados em continuar seus estudos nesse nível de ensino. Dessa forma, especialmente a população pobre ficava desprovida de opções no que se refere à possibilidade de seguir estudos secundários por meio de uma modalidade de instrução pública e gratuita.

A falta de preocupação do governo em criar uma rede pública de ensino secundário acabou por limitar significativamente as oportunidades de os estudantes oriundos dos grupos escolares prosseguirem seus estudos. Mas para quem se destinava a instrução secundária? Não seriam os estabelecimentos secundários particulares e o Ginásio Mineiro suficientes para fazer frente ao interesse da República em relação à formação dos jovens? Ora, formar uma “elite” dirigente não exigia um investimento muito grande em uma rede pública de escolas secundárias. Esse público poderia custear sua formação nos bancos dos colégios particulares ou mesmo no estabelecimento mantido pelo Estado. E quanto à população pobre? O primário bastava. Havia pela frente uma vida de trabalho a ser enfrentada.

O Estado levou adiante as ações de criação e manutenção de estabelecimentos de ensino na intenção de orientar a instrução dos jovens. Uma participação efetiva e direta na condução do processo de escolarização da juventude na cidade de Belo Horizonte que

reforçava a representação de um nível educacional destinado a uma minoria por meio do incentivo à iniciativa particular, como abordarei no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – A EXPANSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO PARTICULAR EM BELO HORIZONTE

Encontrei muito pouca produção acadêmica sobre os colégios particulares de Belo Horizonte. Considerando que exerceram papel fundamental na constituição da cultura escolar da cidade, que serviram como referência para a sociedade da época e que alguns deles completaram ou completarão recentemente um século de presença em Belo Horizonte, entendo que são objetos de pesquisa que merecem maior atenção dos pesquisadores em História da Educação, querendo-se compreender melhor a constituição do sistema educacional mineiro e, sobretudo, a produção da relação ensino público/privado em nosso Estado. Vários desses colégios possuem ricos acervos a explorar. Apesar das dificuldades de acesso a esse material, por vezes enfrentada pelos pesquisadores do assunto, não poderem ser desconsideradas, penso que o investimento é não somente gratificante, mas necessário.

Selecionei três estabelecimentos tradicionais em Belo Horizonte que permanecem até os dias de hoje recebendo a juventude da cidade e oferecendo seus serviços na área de educação para servirem de referência para o desenvolvimento deste capítulo. Pesquisei sobre os colégios Santa Maria, Isabela Hendrix e Arnaldo por tratar-se do grupo de colégios de origem estrangeira que primeiro se instalou em Belo Horizonte com o intuito específico de abrirem escolas secundárias na cidade.

Adianto que o maior volume de informações referentes ao Colégio Arnaldo se deve ao fato de ter conseguido maior disponibilidade de fontes e melhor acesso a elas.

Por meio dessas três experiências, procuro, neste capítulo, indiciar a postura do Estado em relação à iniciativa particular na tentativa de organizar o ensino secundário na capital de Minas Gerais.

3.1 Para a conquista das almas: o Colégio Santa Maria

Era marcante a influência da cultura francesa em nosso meio a ponto de as famílias mais abastadas procurarem enviar suas filhas para se educarem na França. Um dos colégios de destino dessas moças era o das freiras dominicanas, da Congregação de Nossa Senhora de Sévres, e o Colégio S. Thomaz de Aquino, em Antenil, Paris. Por intermédio da família do Barão do Rio Branco, os contatos foram feitos para a instalação do colégio francês em Belo Horizonte. O tratamento de saúde, em Paris, do vigário-geral de São Paulo, Mons. O'Connor de Camargo, possibilitou à Condessa d'Eu, princesa Izabel, o contato com as irmãs dominicanas, que passaram a articular sua vinda para o Brasil.

O ex-governador Afonso Penna articulou com o Barão do Rio Branco, cujas filhas estudavam na França, no colégio das irmãs, para que a cidade de Belo Horizonte fosse escolhida para a instalação do colégio dominicano (HADDAD; SANTOS, 1993). Importante também foram os convites do Dr. Paes de Carvalho, presidente do Pará, e das famílias de brasileiros, então na Europa, Justo Chermont e Santos Dumont, dentre outras, que haviam confiado suas filhas ao educandário francês.

Com a devida licença concedida por D. Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana, diocese da qual Belo Horizonte fazia parte, as irmãs dominicanas partiram em maio de 1903 para se instalar em Belo Horizonte. Não raros foram os convites para que se instalassem em outras localidades do país, pois havia em jogo a formação de uma “elite” nacional republicana que clamava pela boa educação nos moldes europeus. Uma rede de relacionamentos era acionada para criar as condições necessárias para a recepção das congregações em terras mineiras. Atores sociais de influência nos campos político, educacional e religioso se mobilizavam em torno do ideal de incentivar e promover a educação europeia na capital mineira.

Ainda que não seja uma ação diretamente circunscrita nos limites do estatal, a intervenção de pessoas ligadas às instâncias de decisão em Minas Gerais, esforçando-se para favorecer a fixação de colégios de ordens religiosas de origem estrangeira em Belo Horizonte, denota a presença de autoridades públicas influenciando a organização da instrução secundária no Estado e da visibilidade a interesses compartilhados nessas redes de

relacionamento. A intervenção de personagens influentes na sociedade foi frequente no movimento de organização do ensino secundário em Minas.

Em Belo Horizonte, depois de terem ocupado inicialmente o prédio do Dr. Olyntho Pires, as irmãs alugaram o palacete do Conde Santa Marinha, na Praça da Estação. As primeiras alunas foram as filhas do Dr. Afonso Penna, David Campista, Horta Drumond, desembargador Arthur Ribeiro e Dr. Joaquim Domingos de Castro, presidente da Câmara de Belo Horizonte. Logo se viu a quem o colégio veio atender e logo também se juntaram a elas outras alunas. (HADDAD; SANTOS, 1993)

Com o nome que remetia ao arquétipo do feminino o Colégio Santa Maria cresceu rápido na cidade. Com o crescimento do colégio as irmãs construíram a primeira ala do prédio próprio no bairro da Floresta onde três outros pavilhões seriam construídos.

Havia grande preocupação com a formação intelectual das moças. “Para as dominicanas, o estudo é um dos meios principais que lhes permitem atingir o seu objetivo, qual seja, o de contemplar e levar às almas o fruto de sua contemplação” (HADDAD; SANTOS, 1993). Visto como um meio e não como um fim o estudo não era o objetivo da Ordem, mas “necessário para a conquista da alma”. (HADDAD; SANTOS, 1993)

Além da formação intelectual, no Colégio Santa Maria era marcante a modelação do caráter, da personalidade, visando ao aperfeiçoamento moral. Destinadas a um bom casamento, as moças eram preparadas para serem futuras donas de casa e mães de família.

Em 1917, as irmãs dominicanas fundaram a escola gratuita Santa Catarina, para atender as crianças pobres do bairro. Sinal de uma iniciativa particular com caráter de atendimento gratuito.

Preocupadas não apenas com a continuidade dos estudos das almas femininas em nível do secundário, para a minoria interessada em continuar os estudos, as freiras fundariam anos mais tarde a Faculdade de Filosofia do Colégio Santa Maria, “que seria o embrião da Universidade Católica de Minas Gerais”. (HADDAD; SANTOS, 1993)

Como indicam as fontes, a chegada do Colégio Santa Maria foi marcante para uma parte sociedade mineira, que via instalar-se na cidade um novo educandário feminino com ares de educação francesa. Educação europeia tão pretendida pela intelectualidade para ajudar a educar, no rigor dos bons modos, as moças de Belo Horizonte.

Possivelmente, o Colégio Santa Maria tenha sido a pedra inicial de uma série de colégios que se instalariam na cidade, como nos mostra a estatística escolar do Estado de Minas Gerais, por meio da publicação da *Secção Vida Escolar*.

O Estado produziu um documento denominado *Revista Vida Escolar*, também nomeado nos Relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior como *Secção Vida Escolar*, com o objetivo de organizar estatisticamente os dados referentes à instrução no Estado.

Apresento uma síntese dos dados referentes aos colégios e ginásios de Belo Horizonte no período de duração da publicação, registrados no principal documento estatístico do governo de Minas e elaborado sob a responsabilidade da Secretaria de Negócios do Interior.

São consideradas instituições de ensino secundário no documento oficial de estatística, as escolas normais, os ginásios e os colégios. A análise incidirá sobre os estabelecimentos foco desta pesquisa – os ginásios e colégios.

TABELA 1
Instituições e diretores dos estabelecimentos de ensino secundário de Belo Horizonte nos anos de publicação da *Revista Vida Escolar*

1916(1915)		1917(1916)		1918(1917)		1921(1920)		1926(1925)	
Instituições	Direção	Instituições	Direção	Instituições	Direção	Instituições	Direção	Instituições	Direção
Gymnasio de Belo Horizonte	Dr. Thomaz Brandão	Gymnasio de Belo Horizonte	Dr. Thomaz Brandão	Gymnasio de Belo Horizonte	Dr. Thomaz Brandão	Gymnasio de Belo Horizonte	Sr. Alípio Peres	Gymnasio de Belo Horizonte	Reitor - Polycarpo de Magalhães Viotti
Gymnasio Anglo-Mineiro	Dr. Sadler	Instituto Claret	PE. Angelo Martin	Collegio Imaculada Conceição	srora Joana Uranga	Collegio Imaculada Conceição	srora Joana Uranga	Collegio Imaculada Conceição	Irmã Joana Murna
Instituto Claret	PE. Angelo Martin	Collegio Cassão	Irmãs Cassão	Collegio Cassão	Irmãs Cassão	Collegio Cassão	d.d. Leopoldina Romualda Cassão	Externato Peret	d.d. Leopoldina Romualda Cassão
Collegio Cassão	Irmãs Cassão	Collegio Sagrado Coração de Jesus	Irmã Beatriz do Divino Espírito Santo	Collegio Sagrado Coração de Jesus	Irmã Rosaria	Collegio Sagrado Coração de Jesus	Irmã Walburgis	Collegio Sagrado Coração de Jesus	Irmã Clemencia
Collegio Sagrado Coração de Jesus	Irmã Beatriz do Divino Espírito Santo	Collegio Azeredo	Prof. Caetano Azeredo	Collegio São José	D. Maria Hermogina Vieira	Collegio São José	d. Eponina Vieira	Externato Vieira	d. Eponina Vieira
Collegio Azeredo	Prof. Caetano Azeredo	Collegio Arnaldo	Pe. Alfredo Piquet, Verbo Divino	Collegio Arnaldo	Pe. Alfredo Piquet, Verbo Divino	Collegio Arnaldo	Pe. João B. Lehman	Collegio Arnaldo	Pe. José Symalla
Collegio Arnaldo	Pe. Alfredo Piquet, Verbo Divino	Instituto Fundamental	Dr. Joaquim Coelho Junior	Instituto Fundamental	Dr. Joaquim Coelho Junior	Instituto Fundamental	Dr. Joaquim Coelho Junior	Externato Azeredo	Caetano de Azeredo Coutinho
Instituto Fundamental	Dr. Joaquim Coelho Junior	Collegio Santa Maria	Méres Dominique Rosaire e Maire Ste. Antoine	Collegio Santa Maria	Soras Dominique Rosaire	Collegio Santa Maria	Soras Dominique Rosaire	Collegio Santa Maria	Soras Dominique Rosaire
Collegio Santa Maria	Méres Dominique Rosaire e Maire Ste. Antoine	Collegio São Clemente	Irmã Maria Auxiliadora	Orphanato Santo Antonio	Irmã Maria Auxiliadora	Collegio Isabella Hendrix	Miss Lela Putman	Collegio Isabella Hendrix	Emma Christine
Collegio São Clemente	Irmã Maria Auxiliadora	Collegio Dom Viçoso	Dr. Gustavo Prado	Collegio Isabella Hendrix	Miss Emma M. Christine	Collegio N. Senhora da Gloria	D. Maria da Conceição Pereira da Silva	Seminário do Coração Eucharístico de Jesus	Pe. João Rodrigues de Oliveira
Collegio Dom Viçoso	Dr. Gustavo Prado	Collegio Isabella Hendrix	Miss Emma M. Christine	Collegio N. Senhora da Gloria	D. Maria da Conceição Pereira da Silva	Collegio Jesus, Maria e José	d. Francisca da Conceição M. Costa	Collegio Belo Horizonte	Margarida de Oliveira Guimarães
Collegio Isabella Hendrix	Miss M. A. Felley	Collegio N. Senhora da Gloria	D. Maria da Conceição Pereira da Silva			Collegio Batista Americano Mineiro	d. Ephigenia Maddox	Collegio Batista Americano Mineiro	J. R. Alen
						Collegio Malheiros	D. Christina Malheiros Fiúza	Collegio Malheiros	Francisca de Paula Malheiros
						Escola Nocturna Methodistista	sr. João Trentino Ziller	Instituto Brasil	Prof. José Bento Angelo
								Externato Paraíso	Juscelino Paraíso

Fonte: REVISTA VIDA ESCOLAR. APM

No documento da Secretaria dos Negócios do Interior, consta que havia, em 1916, 12 estabelecimentos dedicados à instrução secundária na cidade, sendo o Ginásio Mineiro, também conhecido como “Ginásio de Belo Horizonte”, o único de caráter estatal. No último número da revista disponível no APM, de 1926, podemos observar um total de 15 escolas secundárias, entre ginásios e colégios em Belo Horizonte, sendo 1 público e 14 particulares, o que demonstra o enraizamento da política do Estado mineiro de favorecer a iniciativa

particular na tarefa de desenvolver o ensino secundário na cidade. Confirmando a postura política do Estado de provocar, auxiliar e fiscalizar o ensino secundário, o Poder Público deixou espaço para os particulares cumprirem o papel de levar a cabo a instrução da mocidade e preparar a classe de dirigentes de Minas para as responsabilidades que a aguardavam de acordo com o espírito republicano do momento.

A sociedade mineira demonstrava seu caráter crítico no tocante à relação entre religião e educação também no quadro que compunha o panorama educacional da época. O equilíbrio entre o número de escolas laicas e as confessionais, oficialmente reconhecidas, demonstra a abertura existente para a possibilidade de se propor um modelo educacional na capital mineira. Outro ponto importante a destacar é a existência, entre as escolas de raízes religiosas, tanto de instituições católicas como protestantes.

Algumas instituições de origem protestante, como o Colégio Anglo-Mineiro, não desenvolviam em seu programa o ensino religioso, como lembra o memorialista Pedro Nava (2000, p. 127): “A diretoria não se encarrega da instrução religiosa, porém atenderá cuidadosamente aos desejos dos senhores pais nesse respeito, mandando nos domingos, acompanhar os alunos ao templo do culto preferido por aqueles”. Minas Gerais, mesmo com seu forte traço religioso católico, possibilitava, em sua capital, espaço para educandários laicos e confessionais.

Os religiosos católicos empreenderam um processo de romanização da Igreja Católica, merecendo destaque no período monárquico o Movimento dos Bispos Reformadores. Articulado por D. Antonio Ferreira Viçoso, que emprestou seu nome ao Colégio D. Viçoso e era bispo da diocese de Mariana, em Minas Gerais, desde 1844, o movimento tinha como uma de suas prioridades atrair religiosos europeus para fortalecer a reforma pretendida (HADDAD; SANTOS, 1993). Em torno de uma personagem que gozava de prestígio na comunidade católica de Minas Gerais, a Igreja irradiava, desde a diocese, os princípios do movimento.

A influência do bispo D. Antonio Ferreira Viçoso na sociedade mineira ficou registrada na poesia intitulada “Santo particular”, de Carlos Drummond de Andrade:

Dom Viçoso é o santo da família.
Humilde-forte, quem pode com ele no céu mineiro,
 áureo de legendas?
Não é canonizado? Tanto faz.
E é santo à mão: nosso quase vizinho

de Mariana.

Santinhos, bentinhos encarnados
 não multiplicam sua imagem.
 Nem verônica nem dia de folhinha
 fazem propaganda deste santo.
 Mas ele é santo – Papai, que sabe, afirma.
 Dom Viçoso, na alpestre
 Cartuxa de Mariana,
 Fica entre a gente e o Paraíso,
 Ajeitando os negócios de Papai.

Azzi (1983, *apud* HADDAD; SANTOS, 1993, p. 9) afirma que uma das direções orientadoras da ação dos religiosos deveria ser a de

atuar nos centros urbanos, junto à burguesia emergente, buscando instrumentos eficazes, dentre os quais se destacaram os colégios criados para a educação da juventude masculina e feminina, bem como o encargo de inúmeras igrejas e paróquias.

A Constituição de 1891, ao determinar a separação entre Igreja e Estado, intensificou o processo de romanização, estreitando os laços entre a Cúria Romana e a Igreja Católica. Enquanto a Igreja estava em meio a uma crise em vários países da Europa, com as congregações religiosas enfrentando constrangimentos, perseguições e até expulsões, fatores como a necessidade de sobrevivência, a mística missionária, a necessidade de fortalecer a Igreja no Brasil, a vasta experiência dos padres e irmãs europeus na condução de paróquias e estabelecimentos de ensino, bem como a necessidade de fazer frente ao avanço de outras modalidades religiosas, conjugaram-se com a política brasileira de incentivo à iniciativa particular para o desenvolvimento do ensino secundário em nosso país. (HADDAD; SANTOS, 1993)

O Colégio Santa Maria se enquadrava bem nesse movimento, com as irmãs tendo encontrado aceitação tanto no meio político quanto no religioso, uma comunhão de interesses que favoreceu a vinda da congregação para Belo Horizonte.

Vale ressaltar que entre os estabelecimentos confessionais da publicação de 1916, cinco eram católicos e dois protestantes. Dos outros cinco estabelecimentos restantes, quatro eram particulares leigos e um era estatal. A cultura ginásial de Belo Horizonte, apesar da tradição católica do Estado, comportava o ensino católico, protestante e leigo combinados em um conjunto de escolas secundárias.

A educação secundária feminina recebeu atenção especial na capital do Estado. Das sete escolas confessionais, particulares, disponíveis em 1926, quatro eram voltadas prioritariamente para o público feminino e três para o masculino. Demonstração da preocupação dispensada com a educação das moças das famílias mineiras. Já no início do século os colégios confessionais que chegaram à cidade vinham suprir uma demanda do público feminino – Colégio Santa Maria (1903), Colégio Isabela Hendrix (1904), Colégio Sagrado Coração de Jesus (1913). Nesse período, havia também, na cidade, outras iniciativas particulares, leigas, que atendiam as moças, como o Collegio Cassão, o Collegio Immaculada e o Collegio N. Senhora da Glória, como indicado na introdução deste trabalho.

Outros tantos colégios não entraram nas estatísticas por terem encerrado suas atividades antes da publicação do primeiro número da *Revista Escolar* ou por falta de dados a respeito do estabelecimento, mas também preencheram, em algum momento, o cenário educacional de Belo Horizonte.

Como indica a estatística, é inegável o crescimento do ensino secundário no Estado de Minas Gerais, como é da mesma forma incontestável que o crescimento do ensino secundário particular superou em muito o público. Os colégios particulares se transformaram, aos poucos, em verdadeiras referências para os belo-horizontinos, especialmente os colégios das congregações religiosas, como o Santa Maria, que apresentavam crescimento significativo, conquistando o reconhecimento da população.

Em 1928, o Sr. Herculano Cesar Pereira da Silva, mediante discurso proferido na Câmara dos Deputados, discorreu sobre as benesses do Colégio Santa Maria para a cidade de Belo Horizonte, especialmente para a educação das jovens patricias. Pelo crescimento do colégio e por todas as vantagens que representava para a cidade, o deputado entregava ao presidente da Câmara o projeto em que solicitava a equiparação do Colégio Santa Maria ao Ginásio Nacional, a qual somente chegou após a Inspeção Preliminar de 1931, com a Inspeção Permanente dada pelo Decreto n. 775, de 27 de abril de 1936.

No discurso proferido pelo Sr. Dr. Herculano Cesar Pereira da Silva, na Câmara dos Deputados de Minas Gerais, o orador relata:

Conhecedor das condições do Colégio e dos grandes benefícios que o mesmo ia prestando à instrução, o Dr. João Pinheiro da Silva, então presidente do Estado, determinou, em 1908, por um ato de extrema benevolência e generosidade, que o Banco de Crédito Real emprestasse às Religiosas Dominicanas a quantia de 75 contos, e com essa verba, elas

puderam construir, então, no aprazível bairro da Floresta, a primeira ala de um prédio próprio, adaptado às exigências do momento. (APM)

Comenta o orador que com o prédio aumentado e os terrenos adquiridos avaliava-se o patrimônio das recém-chegadas, com cinco anos de presença na cidade, em 1.100 contos.

O favorecimento de empréstimos facilitava a instalação das congregações em Belo Horizonte e tornava a cidade mais competitiva em relação às demais localidades interessadas em receber os colégios confessionais.

Como demonstrou a estatística escolar, Belo Horizonte passou a contar com um conjunto de colégios secundários, estabelecimentos que se transformaram gradualmente em referências para o Estado.

Pensando no conjunto de colégios que se instalou na capital mineira, em suas aproximações e distanciamentos, podemos considerar que os rudimentos de uma “rede” escolar secundária anunciavam-se com distintas instituições de ensino conjugadas na urbe para dar não somente instrução, mas também formação aos jovens do Estado. Mas, como se pôde ver, o modelo que se anunciava apontava para a configuração de uma rede particular, e não pública, para esse segmento educacional.

No caso de Belo Horizonte, a cidade foi equipada com instituições particulares leigas, com permissão de funcionamento na capital, com estabelecimentos particulares confessionais, que foram incentivados a se fixarem, e com institutos estaduais criados e mantidos pelo governo. Todos pagos, ainda que não houvesse mensalidade, uma vez que havia uma matrícula a ser paga pelo aluno interessado em uma vaga no Ginásio Mineiro, privilegiando a formação daqueles que podiam custear sua instrução. Dessa forma, o Estado procurou “fornecer ensino substancial e solido” à sua juventude, mas não a qualquer juventude, para os jovens das famílias que, com alguma condição econômica, pudessem custear os serviços de instrução de seus filhos e filhas.

Esperava-se que a “rede” escolar produzida, forjasse o comportamento civilizado dos jovens nos bancos dos colégios, ginásios e institutos e que tal postura se estendesse para seus lares e a vida da cidade. “No século XIX a urbanidade passa pelas premissas pedagógicas das instituições escolares; ou seja, a *urbs* e a *civitas* são possíveis quando mediadas pela escola [...]” (VEIGA, 1994). Em Belo Horizonte, uma cidade recém-inaugurada, que sintetizava o espírito republicano mineiro, os colégios e ginásios se afirmaram como lugar

fundamental de articulação e disseminação de significados para as representações sociais: de cidadão, progresso, modernidade e civilização.

“Quando a cidade foi inaugurada afirmava-se que estava constituída a *urbs*, faltando, porém, a *civitas*” (VIANA, 2004). Nesse sentido, o aparato educacional constituído na cidade mediante o incentivo a particulares, tendo como alvo a mocidade, tinha, além da função propedêutica, uma função formativa que incidia sobre o corpo do jovem, forjando nova sensibilidade mediante uma “nova ordem que confiscava tempo, vida e aprisionava comportamentos” (ANDRADE, 1980). Colégio e cidade, combinação que educava os sentidos da juventude e conferia certo grau de distinção àqueles que se expressavam e se comportavam como secundaristas nas relações urbanas.

O processo de escolarização da juventude estava em marcha e contava, de maneira decisiva, com o concurso dos particulares. Faria Filho (2000) chamou atenção para a denominação de palácios dada aos prédios construídos para abrigar os grupos escolares. Pode-se considerar que os prédios construídos para receber a juventude belo-horizontina eram verdadeiros templos do saber das congregações que aqui se instalaram. Prédios de arquitetura suntuosa, que hoje ocupam espaços privilegiados da cidade. “As escolas privadas e religiosas foram ocupando amplos terrenos cedidos pelo Estado e instaladas em prédios considerados, alguns ainda hoje em dia, verdadeiros monumentos arquitetônicos” (VEIGA, 1994). A suntuosidade e as dimensões que alguns desses colégios alcançaram, a exemplo do Colégio Santa Maria, denotam a força da presença do ensino secundário particular no ambiente social de Belo Horizonte, marcando significativamente o traçado arquitetônico e a cultura escolar do lugar.

3.2 Conhece o dever e cumpri-o: o Colégio Isabela Hendrix

Republicanos progressistas que aliavam ao discurso da liberdade as ideias de instrução, luz e escola se opuseram ao modelo católico europeizado, abrindo passagem para a proposta de ensino americano baseada na experiência prática.

Em 1º e 6 de outubro de 1904, em seus números 233 e 237, respectivamente, o jornal *Minas Geraes* anunciou a chegada de um novo colégio a Belo Horizonte. A educação metodista⁴¹ se fixava na nova capital apenas nove anos após sua inauguração.

O apelo dos ideais liberais norte-americanos se fazia perceber no modelo protestante, de denominação metodista. O Isabela Hendrix veio concretizar o ideal do “Protestantismo de Missão”, de ver na educação escolar um caminho para o “processo contínuo de desenvolvimento do indivíduo, voltado para a formação do caráter, como condição para uma nova vida”⁴² para além da propagação da fé. Para os metodistas isabelinos, a difusão na sociedade da Escritura assume papel fundamental na “construção de um modelo mais elevado de civilização cristã”.⁴³

Para os metodistas, a evangelização e o ensino não se separam. Propagando ideais democrático-liberais de patriotismo, do mérito pessoal, respeito à ordem, a ideia de progresso, do aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade, parece ser que o Colégio Isabela Hendrix se encaixava muito bem nas aspirações de parte da intelectualidade mineira. Os metodistas procuraram cidades em expansão para estender seus serviços às elites locais,⁴⁴ e Belo Horizonte se enquadrava perfeitamente nesse perfil. Exemplo de mais um estabelecimento que encontrou guarida no Estado mineiro, que, por meio de sua ação, trouxe à cidade e facilitou a fixação do colégio americano, que também tinha como alvo as filhas da “elite” mineira.

No bojo das disputas entre católicos e protestantes, o novo colégio recebia o apoio de parte dos membros da maçonaria,⁴⁵ reconhecidamente anticlericais. Os embates entre a igreja e os maçons⁴⁶ estavam abertos como se vê no debate travado pelo padre Martins em resposta ao Dr. Oscar Trompowisky, publicado na *Tribuna Catholica* (p. 2):

Os epithetos menos affrontosos, que os maçons pelas collumnas daquele jornal, atiravam a face dos Bispos eram os de phanteras, porcos, hyenas, lobos, ursos, leprosos, assassinos, incendiarios, corruptores, defloradores, immoraes, immundos, diabos negros, etc.!!! [...]

⁴¹ Adepto da doutrina protestante e evangélica fundada no século XVIII, na igreja anglicana.

⁴² Livro comemorativo dos 100 anos do Colégio Isabela Hendrix. Biblioteca do Colégio Isabela Hendrix.

⁴³ Livro comemorativo dos 100 anos do Colégio Isabela Hendrix. Biblioteca do Colégio Isabela Hendrix.

⁴⁴ Livro comemorativo dos 100 anos do Colégio Isabela Hendrix. Biblioteca do Colégio Isabela Hendrix.

⁴⁵ Sociedade semissecrta que pratica a solidariedade e a filantropia entre seus membros, advoga a liberdade intelectual e espiritual e ensina a tolerância e a caridade.

⁴⁶ Sociedade secreta que advoga a liberdade intelectual e espiritual e ensina a tolerância e a caridade.

E ainda ha quem diga que a maçonaria não é inimiga dos padres e nem da Igreja! Que escarneio!! (p. 2)

E assim se referia aos maçons o padre Martins Dias:

[...] porque os chefes e altas dignidades desta perigosa seita têm tido a habilidade de occultar a olhos profanos – como dizem – o lado negro, tetrico, luctuoso, sinistro, terrivel, perverso doloroso e triste da *seita maçônica*, para conquistar a sympathia e o apoio das pessoas boas, e, assim, mais facilmente chegar aos seus desejados fins, hoje bem conhecidos” (p. 2).

A tensão religiosa e a ajuda dos críticos da igreja católica acabaram por ajudar a abrir as portas para o Colégio Metodista Isabela Hendrix, que foi fundado em 5 de outubro de 1904 por Miss Martha Watts, a primeira, em pé, da direita para a esquerda, na foto abaixo:



FIGURA 11 – Primeiro corpo docente do Colégio Isabela Hendrix
Fonte – APM. MM 034

Compõem a foto do primeiro corpo docente do Colégio Isabela Hendrix ao lado de Miss Martha Watts, Miss Blanche Howell e sentadas, da direita para a esquerda, D. Emilia Tarcho, D. Branca de Carvalho, D. Dhália Melo Franco de Andrade, D. Josefina Rosa Andrade. Ajoelhado está o filho de D. Dhália, Rodrigo. Esse foi o grupo de professoras que primeiramente assumiu a responsabilidade de desenvolver o ensino metodista do Colégio Isabela Hendrix com a mocidade feminina da cidade.

O nome do colégio homenageava a mãe do Bispo Eugene Hendrix, idealizadora de um colégio feminino no Brasil e que se empenhou nesse propósito, segundo consta no Livro comemorativo dos 100 anos do Colégio Izabela Hendrix. Em um prospecto encontrado no APM, a raiz cristã do colégio é destacada e sua metodologia também.

Acceita-se um limitado numero de internas, que, com a as respectivas professoras, formam uma família christã. Taes alumnas recebem, não só ma educação moral, intellectual e physica no mais alto grau, mas ainda instrucção especial em matérias que se não leccionam em aulas communs. (APM. Prospecto...)

O prospecto já anunciava um programa educacional para o Colégio Isabela Hendrix que se diferenciava das “aulas communs”

De um prédio alugado na Praça da Estação, o colégio transferiu-se para a Avenida João Pinheiro, com o aumento do número de alunos e a necessidade de ampliação o colégio passou ao endereço da Rua Espírito Santo, 605, em um terreno doado pela prefeitura. O endereço atual, no quarteirão formado pelas Ruas Alvarenga Peixoto, Bahia, Espírito Santo e Thomaz Gonzaga, só foi ocupado em 1939.



FIGURA 12 – Primeiro endereço do Colégio Izabela Hendrix, na Avenida do Comercio, no século XX, hoje Avenida Santos Dumont

Fonte: Acervo do Colégio Isabela Hendrix

Com o lema “conhece o dever e cumpre-o”, o Colégio Isabela desenvolvia o curso secundário para as moças das ‘boas famílias mineiras’, com disciplina e de acordo com os preceitos do ensino prático.

O livro comemorativo dos 100 anos do atual Instituto Izabela Hendrix (p. 6) traz a informação de que

havia, naquela época, apenas dois educandários femininos, o Colégio Cassão, mantidos pelas irmãs Cassão, conceituadas professoras, e o Colégio Santa Maria, da ordem das Dominicanas. Funcionando em regime de externato e internato, o corpo discente do Santa Maria era constituído pela elite feminina de Belo Horizonte e do interior do Estado.

Como visto, outros estabelecimentos atendiam ao público feminino. Talvez as escolas apontadas fossem, naquele momento, as de maior visibilidade. No comentário acima, observa-se, também, como os colégios das grandes congregações se tornavam polos para onde convergiam jovens de todo o Estado.

O significado que tinha Belo Horizonte no projeto republicano e a ideia da construção de uma República laica, explicam, mesmo que parcialmente, a recepção de um colégio protestante em uma sociedade muito marcada pelo catolicismo. Os ares de liberdade e

igualdade deveriam permitir novas formas “de manifestações culturais e religiosas, nas quais as escolas tinham papel preponderante”. (HADDAD; SANTOS, 1993)

No prospecto de 1920/1921 do colégio pode-se ler: “O curso de instrução tem por objecto o desenvolvimento da intelligencia, para saber, em logar de sobrecarregal-a com formulas theoreticas”. O Colégio Isabela Hendrix enfatizava, com frequência, sua metodologia de ensino como um diferencial da escola.

No que se refere ao regime das internas, exigia-se que as alunas aceitassem perfeitamente todas as regras do estabelecimento. Eram proibidos empréstimos de dinheiro, livros e outros objetos, bem como o recebimento de qualquer objeto de fora do estabelecimento, sem licença especial da diretora. O dinheiro deveria ser deixado sob a guarda da diretora e as alunas eram proibidas de contrair conta na cidade. As internas só poderiam passar a noite fora na companhia dos pais e não poderiam ter qualquer relação com pessoas de fora, a menos que fosse por intermédio da diretora.

Disciplinar as condutas e comportamentos era uma constante preocupação dos colégios de instrução secundária que visavam ao polimento das ações e reações das jovens estudantes. Era imperativo promover a civilidade entre a mocidade: as atitudes deveriam atingir não apenas a vida interna dos educandários, mas ser levadas para a vida cidadina; comportamentos eram forjados no intramuros dos colégios, que almejavam alcançar a sociedade por meio das jovens educandas. Posturas, valores e princípios deveriam irradiar dos estabelecimentos secundários para a sociedade de Belo Horizonte pelo processo de escolarização da mocidade.

O enxoval das alunas do Colégio Isabela Hendrix era considerado simples, mas suficiente:

1 paletot de lã 1 chapéo
 1 guarda-sol 1 par de chinellos
 2 saccoes para roupa servida 1 escova para dentes
 1 pente grosso outro fino 1 tesourinha
 1 dedal, agulha e linha 4 lençoes (2”20 por 1”20)
 3 fronhas 2 colchas brancas (2”20 por 1”20)
 4 cobertores 1 travesseiro
 4 toalhas de rosto 4 toalhas de banho
 3 camisas de dormir, um peignoir. (APM. Prospecto...)

Com esse enxoval as moças de Belo Horizonte poderiam entrar para o colégio a fim de receber uma educação diferenciada, pela qual deveriam pagar 80\$000 por mês, mais

uma joia de 40\$000, que dava direito ao uso da cama, colchão e lavatório. Já as alunas externas do secundário pagariam 20\$000 mensais, mais a joia de 10\$000.

Ao se referirem ao Imperial Colégio de Pedro II, Gondra e Schueler (2008, p. 132), comentam que “considerar os valores pagos para se manter no Imperial Colégio, associado aos custos de um enxoval como o descrito, fornece alguma ideia do público que podia ingressar e lá permanecer”. No caso do Colégio Isabela Hendrix, somente as filhas das famílias de melhores condições econômicas poderiam arcar com as despesas de mensalidades, taxas, enxoval e serviços extras. O Estado, ao incentivar a fixação dos colégios particulares na cidade, seguramente não estava preocupado com a instrução das moças pobres da população de Belo Horizonte nem os colégios que aqui chegaram tinham em mira esse público. Queriam mesmo alcançar as filhas e filhos das famílias mais favorecidas da sociedade.

Os serviços de lavagem de roupa para as internas custavam mais 10\$000 por mês e ainda havia os serviços especiais:

Taxas especiais
 Piano 20\$000
 Uso do piano 4\$000
 Pintura 20\$000
 Theoria musical 10\$000
 Lições especiaes de canto 40\$000. (APM. Prospecto...)

As artes, tanto a música quanto a pintura, ocupavam lugar de destaque na formação das moças do Isabela Hendrix, mas eram atividades de formação com custo extra. As alunas internas que desejassem fazer uso dos serviços completos do colégio, instrução secundária, serviço de lavagem de roupa mais serviços especiais, pagariam algo em torno de 184\$000 por mês, mais a joia de 40\$000. Logo se percebe que somente as famílias mais abastadas poderiam usufruir a formação das metodistas no educandário de origem americana. Os pagamentos deveriam ser adiantados tanto para o internato quanto para o externato. Os juros cobrados por atraso de mais de dois meses era de 6% ao ano sobre a importância devida. Para irmãs matriculadas, a primeira pagava pensão regular e as demais tinham abatimento de 10%.

Assim Martha Watts, fundadora do Colégio Isabela Hendrix, referia-se ao local de instalação da escola, em carta contida no Livro comemorativo dos 100 anos do Instituto Izabela Hendrix, destinada à Sociedade Missionária de Mulheres Metodistas dos USA, em 1904:

Nossa casa é um pouco fora de mão para muita gente, mas é perto da casa paroquial, onde os cultos são celebrados e três linhas de bonde chegam até aqui. Em frente a nós fica a bela Estação de Minas, com um grande espaço em toda a volta para uma espécie de parque; e na direção sudeste estão as montanhas que se erguem como um baluarte para nos protegerem dos ventos pestilentos que vêm daquela direção.

Em 1907, o Colégio se transferiu da Avenida do Comércio, atual Avenida Santos Dumont, para um prédio próprio na Rua Espírito Santo, 605, quarteirão do atual edifício Acaiaca, em terreno também doado pela prefeitura. O benefício de receber terrenos doados foi prerrogativa de outros colégios que também se instalariam na cidade. Não somente os colégios particulares, mas também estabelecimentos de ensino superior gozaram do privilégio das doações, como se observa no art. 1º da Lei n. 494, de 11 de setembro de 1909, quando ficou o governo do Estado autorizado a fazer doação a Escola Livre de Odontologia, “do prédio em que a mesma funcionou, à Rua Guaycurús, 266, nesta capital, no valor de 30:000\$000”.

Fica, assim, explicitado como a doação de espaços públicos para a fixação de estabelecimentos de ensino particulares em solo mineiro se configurou como uma ação estratégica do Estado.

3.3 Ninho das águias: o Colégio Arnaldo

23-01-1912. Nesse dia, os Padres Alfredo Piquet e Matias Willems receberam do Pe. Frederico Hellenbrock, Superior Regional, instruções para se dirigirem a Belo Horizonte a fim de fundarem lá um novo Colégio, que em homenagem ao Fundador de nossa Congregação receberia o nome de Arnaldo. Há mais tempo, diversas vezes, pessoas da sociedade de Belo Horizonte se dirigiram aos superiores da Congregação do Verbo Divino e aos diretores da Academia de Comércio, em Juiz de Fora, com o pedido de que se fundasse na Capital do Estado de Minas Gerais uma boa escola, nos mesmos moldes da de Juiz de Fora. Até a presente data este pedido não pode ser atendido.

Assim inicia-se o “Tombo”, de capa dura vermelha, escrito de próprio punho e em alemão, intitulado *Crônica do Colégio Arnaldo*.

O Padre Leopoldo Krieger, ex-diretor do Colégio Arnaldo e tradutor do material pesquisado, inicia sua tradução com o seguinte comentário: “Uma instituição sem história esta fadada ao esquecimento”.

O documento é uma espécie de “Livro de Tombo” que os diretores do colégio eram obrigados a escrever e que era submetido ao visto dos superiores da Congregação do Verbo Divino.⁴⁷

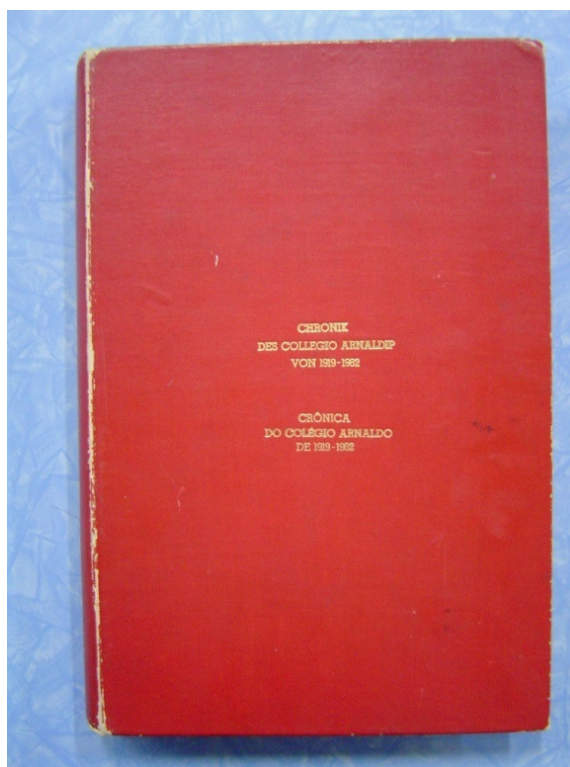


FIGURA 13 – *O Tombo*: Crônica do Colégio Arnaldo. Principal documento histórico da instituição

Fonte: Acervo do Colégio Arnaldo

O próprio Padre Leopoldo reconhece a *Crônica do Arnaldo* como o “principal documento histórico da instituição”. De conteúdo pouco conhecido por sua característica reservada, por ser escrito em alemão e em caligrafia gótica, Padre Leopoldo assumiu o desafio de traduzir o que ele chamou de “tesouro de informações”.

⁴⁷ “Associação de padres fundada por um padre alemão católico, Arnaldo Janssen, na Holanda, em 1875. Na Alemanha a Igreja Católica tinha sido “tomada pelo *Kulturkampf* (revolução cultural) do novo império alemão de Bismark. Novas leis de exclusão limitaram constantemente e drasticamente as atividades dos padres, das ordens religiosas e associações católicas, especialmente nas escolas. Ao mesmo tempo, foi uma era de crescente entusiasmo missionário em toda Europa. Um bom número de Congregações e projetos missionários data desta época.” (UEBLACKNER, [s/d.], p. 6)

Como explica o padre Leopoldo, o nome “Arnold”, em alemão antigo, significa “ninho da águia”. O Colégio Arnaldo é uma das mais tradicionais instituições educacionais da cidade. Instituição de descendência alemã, pertencente à Congregação do Verbo Divino, fundada por Arnaldo Janssen.

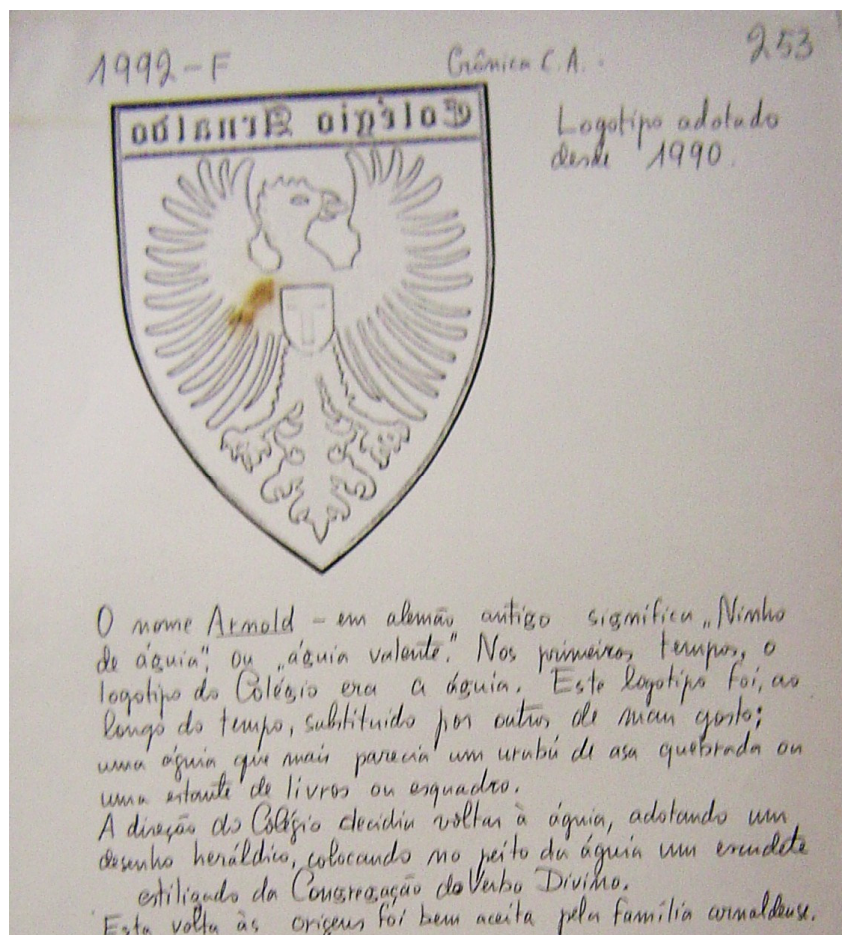


FIGURA 14 – Logotipo do Colégio Arnaldo adotado desde 1990
Fonte: Acervo do Colégio Arnaldo

Na busca de instituições de ensino secundário do início do século XX, que me permitissem entrecruzar as categorias estatal/privado, leigo/confessional, católico/protestante, masculino/feminino, com fontes acessíveis e suficientemente profícuas para ilustrar as ações do Estado e permitir a escrita de uma história sobre a implantação do ensino secundário, consegui autorização para ter acesso ao arquivo particular do Colégio Arnaldo.

Para atender as Irmãs Servas do Espírito Santo, que vieram trabalhar na Santa Casa, em fins de 1907 e início de 1908 e iniciaram, em Belo Horizonte, a construção do

Colégio Sagrado Coração de Jesus, veio um capelão da Congregação do Verbo Divino para acompanhar os trabalhos de fundação do colégio das irmãs. Foi assim que chegou a Belo Horizonte o primeiro representante da congregação do Verbo Divino. Congregação que fundaria um colégio católico, de origem alemã, marcando a presença do Verbo Divino na capital do Estado e que se instalou a princípio em uma casa alugada por 300\$000 (trezentos réis) mensais na Rua Timbiras, 1.505, ao Dr. Zoroastro Pires.



FIGURA 15 – Primeiro endereço do Colégio Arnaldo, na Rua Timbiras, 1505
Fonte: Coleção de fotos do acervo do Colégio Arnaldo.

Em Belo Horizonte, vivia-se a expectativa da abertura de um colégio nos moldes do Grambery, protestante, de Juiz de Fora, que se concretizaria com a inauguração do Colégio Anglo-Mineiro em 1914, e pressionava por um colégio católico de reconhecida qualidade de ensino que atendesse à continuidade de estudos dos rapazes da cidade e do Estado como opção ao Ginásio Mineiro de caráter público e laico.

No primeiro dia de março de 1912, às vésperas da promulgação da Reforma Rivadávia Corrêa, iniciaram-se as aulas no Colégio Arnaldo com 30 alunos recebidos pelos professores Paulo Tavares, que assumiu o curso preliminar e Carlos Goês, com fama de melhor professor de português da cidade e também professor do Ginásio Mineiro. O restante das aulas seria ministrado pelos padres Matias e Piquet. Em abril, o colégio já contava com um crescimento de 50% no número de alunos – eram 45 no total. O Sr. Amedêe Peret, também professor do Ginásio Mineiro e colaborador do Colégio D. Viçoso, assumiu as aulas de francês. Em março de 1913, eram 150 matriculados com excedente que não pôde ser admitido. A desoficialização levada a cabo pela reforma do ensino secundário um ano antes da fundação do Colégio Arnaldo parece ter sido fator significativo para o rápido crescimento experimentado pela instituição. Os colégios e ginásios passaram a gozar de autonomia administrativa e pedagógica o que acabou com os privilégios dos estabelecimentos equiparados. Tudo indica que essa situação deu fôlego às instituições que se estabeleciam, uma vez que não havia nenhuma condição legal que diferenciasse uma instituição de outra.

As dificuldades iniciais levaram os padres do colégio a recorrer aos representantes municipais e estaduais para que superassem as necessidades mais prementes.

Segundo consta na Crônica do Arnaldo, os padres, diante da dificuldade de arranjar carteiras, ficaram sabendo que o governo de Minas possuía tal material e que “costumava emprestar” (p. 1). No dia 22 de abril de 1912, ano da abertura da escola, procuraram pelo secretário da Educação, Dr. Delfim Moreira, para solicitar o material emprestado, mas o pedido lhes foi negado. Logo depois, o Padre Regional da Congregação lhes entregou uma carta de recomendação dirigida ao Ministro do Interior recém-nomeado, Dr. Antonio Carlos de Andrada. Ao fazer a solicitação diretamente ao ministro, esse tentou negociar a venda do material em “módicas prestações” (p. 2), mas os padres insistiram no empréstimo.

O relator da crônica e um dos negociadores das carteiras, Padre Matias Willens, explica o diálogo travado entre as partes:

Ministro: – Se eu lhes emprestar as carteiras, elas continuam sendo minhas?

Padres: – Certo, Excelência.

Ministro: – E se eu um dia precisar das carteiras, o que é que os senhores vão fazer?

Padres: – Aí voltaríamos e pediríamos para renovar o empréstimo por mais uns tempos.

Após uma gargalhada, teria o ministro mandado entregar 100 carteiras aos padres para equiparem o colégio. O valor do empréstimo, como o próprio relator esclarece, era um conto de réis. O esforço favoreceu o início das aulas no colégio dos padres alemães.

O aumento no valor do aluguel para 800\$000 precipitou a mudança de sede ao final do ano letivo de 1914, esclarece o Padre Matias Willems, o primeiro autor da crônica. Depois de muito custo foi alugada uma casa de tamanho médio perto de onde seria construído o colégio, na Rua Timbiras, 638, por 180\$000 por mês.



FIGURA 16 – Segundo endereço do Colégio Arnaldo, na Rua Timbiras, 638
Fonte: Coleção de fotos do acervo do Colégio Arnaldo.

O local escolhido para o colégio foi o quarteirão 47, da seção 6, da planta de Belo Horizonte, ainda desocupado, entre a Santa Casa e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. O 4º quarteirão contando a partir da Santa Casa tinha “apenas” os alicerces do Palácio de Exposição Permanente de Minas Gerais. Era servido por três linhas de bonde, e em uma

parte da cidade [onde] não se estabelecera nenhuma ordem religiosa. Vivíamos em boa harmonia com as duas Congregações que já estavam na cidade: os Redentoristas (holandeses), que sediavam na igreja de S. José e os padres do Imaculado Coração de Maria (espanhóis), que administravam o Curato de Lourdes no centro da cidade (p. 4).

Nesse comentário, o autor da crônica não considerou as congregações femininas que já haviam se instalado ali, as Irmãs Servas do Espírito Santo, do Colégio Sagrado Coração de Jesus e a Congregação das Dominicanas do Colégio Santa Maria. Como pertencente a uma congregação religiosa o Colégio Arnaldo, concretizava a primeira incursão de uma congregação europeia a se instalar na capital de Minas especificamente para levar instrução, disciplina e formação moral à mocidade masculina da cidade.

Ao escolherem o quarteirão 47, os padres da Congregação do Verbo Divino se informaram de que se tratava de um espaço reservado para a construção de um Palácio de Exposição Permanente para o Estado.

O Palácio de Exposição foi um projeto idealizado pelo Senador Bernardo Monteiro, muito divulgado como mostra o jornal *Minas Geraes* de outubro de 1900:

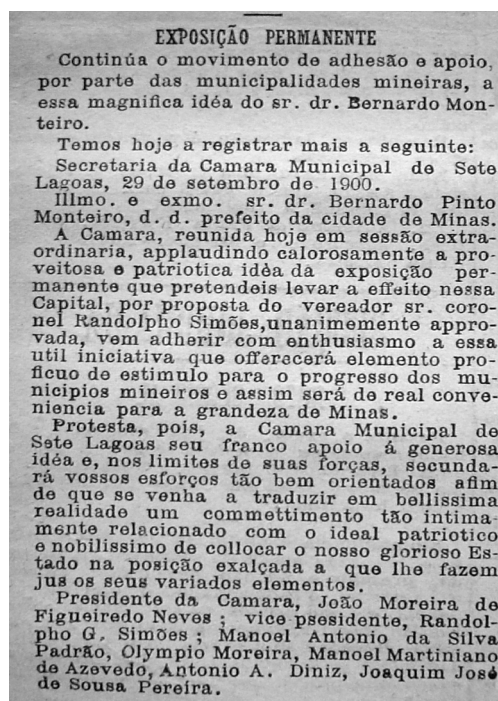


FIGURA 17 – Adesão da Câmara de Sete Lagoas à iniciativa de criação da Exposição Permanente

Fonte: MINAS GERAES – Hemeroteca

O movimento de adesão ao qual o artigo se refere devia-se ao fato de as câmaras terem de aprovar uma verba municipal que seria destinada à construção e à manutenção do projeto, no qual se previa um centro permanente de exposição dos produtos de Minas alcançando todas as regiões do Estado. Uma ideia que projetaria a grandeza de Minas, “[...] útil iniciativa que oferecerá elemento proficuo de estímulo para o progresso dos municípios mineiros e assim será para a real conveniencia para a grandeza de Minas”.

A ideia do Palácio de Exposições na capital-modelo era condizente com o espírito republicano de progresso, e assim a câmara de Sete Lagoas se pronunciou a respeito:

protesta pois, a Câmara Municipal de Sete Lagoas seu franco apoio á generosa idea e, nos limites de suas forças, secundará vossos esforços tão bem orientados afim de que se venha a traduzir em bellissima realidade em commettimento tão intimamente relicionado com o ideal patriótico e nobilíssimo de collocar o nosso glorioso Estado na posição exalçada a que lhe fazem jus os seus variados elementos (MINAS GERAES, out. 1900).

Dos demais municípios chegavam, via periódico *Minas Geraes*, congratulações ao senador Bernardo Monteiro pela ideia de construir o Palácio de Exposições de Minas Gerais. Iniciativa que deveria favorecer a todo o Estado mineiro e contar com a colaboração das câmaras dos municípios aprovando recursos que seriam destinados à consecução da empreitada. Ao referir-se ao fato de que, “nos limites de suas forças, a Câmara Municipal secundará vossos esforços”, os representantes de Sete Lagoas estão, de fato, aderindo à proposta de enviar recursos para a capital, para que a obra fosse construída.

Com os alicerces construídos com recursos públicos, a construção estava parada havia mais de dez anos.

O terreno já tinha sido pleiteado para a construção de uma escola normal e para uma faculdade de medicina sem sucesso. Orientados pelo Dr. Hugo Werneck, diretor da Santa Casa, os padres alemães se informaram de que a prefeitura nada faria sem a autorização do senador. Cientes da insistência de Bernardo Monteiro em manter o objetivo principal do projeto, os padres, convencidos de que aquele era o melhor lugar para o colégio, decidiram tentar persuadir o senador.

Após procurarem o prefeito da cidade, Sr. Olynto Meirelles, e o presidente do Estado, coronel Júlio Bueno Brandão, e confirmarem que quem decidiria o destino do terreno seria mesmo o senador, os padres se dirigiram ao Dr. Bernardo Monteiro que os recebeu.

Foram acompanhados do Dr. Hugo Werneck, senhor conceituado e amigo leal da congregação.

Os padres Matias Willems e Alfredo Piquet teriam preparado uma proposta que angariou a simpatia do senador. Solicitando o terreno a Congregação do Verbo Divino se prontificava a manter um grande estabelecimento de ensino de nível médio, levantando com seus próprios recursos um prédio adequado sobre as fundações do Palácio de Exposições. Nele seria mantida uma exposição permanente dos produtos da fauna, flora, mineração, agricultura e pecuária. Apresentada com fotos cuidadosamente selecionadas e ampliadas dos departamentos da Academia do Comércio de Juiz de Fora, estabelecimento de ensino mais antigo e da mesma congregação, a proposta agradou ao senador. “Eu sempre acalentei a idéia de entregar a Exposição Permanente a uma instituição privada, capaz de levar a idéia adiante. Os alicerces não me pertencem. São da prefeitura. A ela pertence decidir”. (p. 7)

Em 10 de dezembro de 1912, os padres receberam a confirmação de que o pedido tinha sido atendido. As plantas deveriam ser reelaboradas e submetidas à aprovação da prefeitura. Os alicerces foram vistoriados. Era possível levantar três pavimentos e não apenas dois, como previsto na planta original do palácio de exposições.

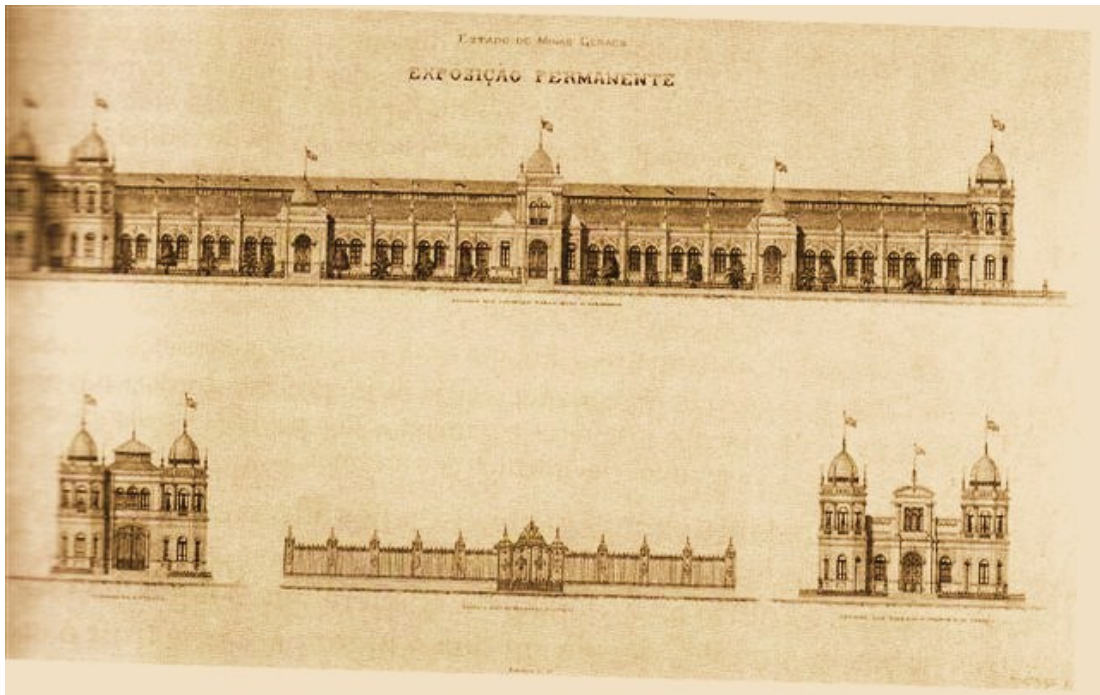


FIGURA 18 – Projeto do Palácio de Exposições de Minas Gerais, de autoria de Edgar Nascente Coelho e Maurício Bernasconi, elaborado em 1900
Fonte: Acervo do Colégio Arnaldo

Em meio às negociações desenvolvidas o documento de doação do terreno, foi assinado, em 15 de maio de 1913, pelo prefeito e pelo Padre Piquet, autorizado pela Sociedade de Ciências e Artes.⁴⁸

No contrato do Colégio Arnaldo, registrado no Cartório de Registro de Imóveis, no dia 15 de maio, de 1913, está lavrado o termo de doação do terreno em que hoje se encontra o colégio e as condições da doação. A Certidão do Registro da Escritura Pública de Cessão Gratuita, de 29 de setembro de 1951, traz as seguintes condições:

[...] a Sociedade Propagadora de Ciências e Artes, com sede em Juiz de Fora, neste Estado, adquiriu, por cessão gratuita, da Prefeitura de Belo-Horizonte, no valor de Cr.\$69.743,50 [...]. Terrenos esses cedidos gratuitamente, para a construção de um edifício destinado a um grande colégio para instrução secundária de meninos, nos moldes da Academia de Comércio de Juiz de Fora [...] (f. 1)

No caso do Colégio Arnaldo, a Certidão de Registro deixa claro quais eram os benefícios esperados pela prefeitura como retorno da doação concedida:

[...].

7^a) No edifício a ser construído a cessionária observará uma área de setecentos metros quadrados, e mais tarde, quando as circunstâncias assim o exigirem, até mil metros quadrados, em quatro ou mais salões, nos quais instalará diversas secções de um museu, em exposição (*sic*) permanente, de produtos de sub-solo, de flora, de fauna, de agricultura e indústria do Estado, ou sejam; uma coleção de pedras minerais, minérios, areias monasíticas, etc., tudo classificado e com indicação da origem; 2^o uma coleção de madeiras, com indicação de nome, da origem, em tocos apropriados, dos quais a metade de uma face será polida, para mostrar o efeito das madeiras, quando empregados em obras de marcenaria. 3^o uma coleção de todos os produtos da lavoura e agricultura, tais como as diversas espécies e tipos de café, batata, açúcar, fumo, etc., em frascos apropriados, com indicação da espécie, tipo e nome do produtor; 4^o uma coleção de aves, tanto domésticas quanto selvagens, devidamente preparadas e classificadas, com indicação do nome e espécies, família, origem, de modo a servir para o estudo de ornitologia; 5^a uma coleção de vertebrados, anfíbios e reptis, em exemplares devidamente preparados, ou em peles e esqueletos, com todas as indicações de modo a servirem ao mesmo tempo ao estudo de anatomia; 6^a uma coleção de insetos, como escaravelhos e borboletas, devidamente classificados e acondicionados em quadro próprios, com indicação de nome, espécies, etc. 7^a uma pequena secção histórica etnográfica, compreendendo armas (arcos, flechas, etc.) e mais objetos oriundos dos indígenas, em território mineiro; 8^a uma secção comercial anunciando os produtos de exportação mineira, com indicações de

⁴⁸ Nome que designava a mantenedora do Colégio Arnaldo.

ponto de origem, compreendendo tudo que possa ser exposto nos mostruários adotados para os demais objetos.

8ª) Ficou a cessionária obrigada a seguir, tanto quanto possível, o programa da Exposição Permanente de 3 de julho de 1901.

9ª) Logo após a conclusão do edifício a cessionária dará começo à organização das coleções de objetos destinados ao museu, o qual será franqueado ao público em dias e horas previamente destinados, de comum acordo com a prefeitura;

10ª) Não poderá a cessionária suprimir, em tempo algum, o museu, cuja organização e manutenção ficou obrigada pela escritura aqui transcrita, salvo se tal supressão foi julgada conveniente pela Prefeitura, que então a necessária permissão. (f. 1-2)

As condições de concessão do terreno explicitam as intenções do Estado de manter sob custódia de particulares a iniciativa política de criação, organização e manutenção de um palácio de exposições público. Mais uma ação do Estado adiante da iniciativa privada com caráter de atendimento público. A iniciativa deveria contar com a participação dos municípios, como esclarece o diretor do colégio na *Crônica do Arnaldo*, descrevendo a proposta apresentada ao senador Bernardo Monteiro,

esse museu conservará as coleções e amostras supramencionadas em exposição permanente, aberta diariamente aos interessados em horários a combinar com os órgãos públicos. A Congregação do Verbo Divino iniciará o trabalho da organização das coleções logo que termine a construção do prédio escolar. Contará com a ajuda de todos os Municípios mineiros na organização das coleções do museu (p. 6).

Como o Colégio Arnaldo reunia condições favoráveis ao cumprimento daquela finalidade, a prefeitura investiu no conhecimento, em equipamentos, acervos e materiais que a congregação possuía, aprovando a doação do terreno, que na proposta apresentada teria 700 m² reservados na planta para o museu.

A mantenedora do Colégio Arnaldo, Sociedade Propagadora de Ciências e Artes, reformulou seu estatuto e aprovou a alteração do seu nome para Sociedade Propagadora Esdeva, mantendo a mesma finalidade tendo “por objetivo principal servir ao bem comum, por meio da educação da mocidade e do desenvolvimento das ciências, bem como de beneficência e de obras de caridade em geral”.

Dessa forma, o Estado, mediante ato da prefeitura,⁴⁹ esperava fomentar a instrução secundária, trazendo para Minas Gerais mais um colégio de prestígio, para colaborar na tarefa de formação dos jovens. Não sem resistência de parte da população que não via com bons olhos a minuta do documento de transferência do terreno que chegou à Congregação do Verbo Divino. Relata o Padre Matias: “Alguns jornais da cidade se ocupavam [d]a doação do terreno. Atacavam o prefeito”. Comentário que denota a resistência de parte da população com a forma como estava, naquele caso, sendo administrada a coisa pública.

Interessante notar que fazendo uso da mesma ação, mas em sentido contrário, encontramos também doações de entidades particulares ao Estado para a criação e a manutenção de cursos secundários públicos, como é o caso do Internato do Ginásio Mineiro de Barbacena. Segundo o Relatório do Interior de 1905, seu reitor, fazendo a defesa da manutenção do estabelecimento, afirmava:

Accresce ainda que, em virtude de uma das clausulas do contracto de doação feita ao Estado pela philanthropica Sociedade ‘Barbacenense’, a esta teria de reverter não só o excellente prédio doado, como ainda os terrenos que lhe pertenciam e todos os utensílios, mobiliario e material escolar e novas bemfeitorias feitas pelo Estado no valor de algumas centenas de contos [...] (p. 500).

Como se observa, contra o fechamento do internato, o reitor alega que deveria ser computado o prejuízo da devolução do prédio e dos terrenos doados ao Estado pela iniciativa particular.⁵⁰

⁴⁹ Ao que tudo indica, o papel da prefeitura no período estudado circunscrevia-se ao executivo, cabendo ao Estado o planejamento das ações políticas. A escolha dos prefeitos variava bastante de Estado para Estado e geralmente acontecia por indicação. A Constituição de 1891 dava essa abertura (Federalismo). O trecho a seguir ilustra melhor a situação: "Um aspecto interessante do sistema político da Primeira República é o status dado à política municipal. Como a Constituição de 1891 concedeu autonomia aos estados para deliberar sobre a matéria, houve uma enorme variação quanto ao processo eleitoral dos municípios. Em alguns estados havia eleição para o chefe do Executivo (o nome variava de acordo com o estado: prefeito, intendente, superintendente, agente do executivo) de todos os municípios. Em Minas Gerais (entre 1903-30) e no Rio de Janeiro (até 1920), o presidente da Câmara era responsável pela função executiva. Em alguns estados (Ceará e Paraíba) todos os prefeitos eram indicados pelo governador. Em outros, havia indicação para os prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e cidades com obras e serviços de responsabilidade do estado" (NICOLAU, 2002). Os indícios encontrados permitem indicar que as definições municipais eram diretamente influenciadas pelas determinações do governo do Estado, especialmente em uma capital como Belo Horizonte, construída como vitrine da República.

⁵⁰ Em relação às doações de particulares para promover a escola pública, nesse caso a escola primária, Irlem Gonçalves (2006, p. 190) cita que, “quanto ao envolvimento da comunidade na produção da escola, muito me chamou a atenção, nos documentos visitados no Arquivo Público Mineiro, o volume de menções a doações feitas por várias pessoas da comunidade aos grupos escolares. Doações que iam desde tapete, piano, quadro-negro, livros cadernos, globo geográfico, remédios, cadeiras, mesas, até terrenos e prédios”, como no caso do Internato de Barbacena.

Em uma demonstração de total interesse na fixação dos colégios das congregações religiosas na cidade, o Estado também concedeu isenção de taxas e impostos ao Arnaldo e a outras congregações. Consta no expediente publicado no *Diário de Minas*, órgão oficial do governo, de 16 de setembro de 1915, na sessão designada ao Conselho Deliberativo, a solicitação de isenção de impostos das Irmãs Servas do Espírito Santo, que mantinham na cidade o Colégio Sagrado Coração Jesus. Constam também, da Congregação do Verbo Divino, a solicitação de isenção e o requerimento para que o Colégio Arnaldo fosse incluído no rol dos estabelecimentos de utilidade pública e que ficasse sujeito à taxa mínima de energia elétrica.

No mesmo mês, o Conselho Deliberativo do Estado fez publicar a resolução que dispensava o Colégio Arnaldo e o Colégio Sagrado Coração de Jesus do pagamento, indefinidamente, do Imposto Predial e Territorial Único (IPTU) e ainda isentava o colégio das taxas de água por cinco anos; a partir de então, os colégios arcariam apenas com a metade do valor devido, condição que indica uma ação do Estado usada para “auxiliar” a fixação de colégios do interesse do governo na cidade.

O padre Matias Willems, na *Crônica do Arnaldo*, explica que “descobrimos” (CRÔNICA..., p. 17) no Laboratório de Análises do Estado de Minas alguns aparelhos “supérfluos” (CRÔNICA..., p. 17) Segundo ele, o colégio se dispôs a comprar os equipamentos, mas, depois da repetida troca de ofícios, o material acabou por ser doado gratuitamente à congregação. Em seguida, apresenta a lista das doações: uma balança de precisão, um polarímetro, uma balança de Moos e vidraria diversa, oportunas para utilização nas aulas de química.

Essa foi outra ação do Estado para fomentar a instrução secundária mediante o incentivo à iniciativa particular – conceder empréstimos de materiais e equipamentos públicos para incremento das atividades do ensino particular.

Como relatado na *Crônica*, o padre visitador, padre Bodems, ao examinar as plantas propostas para o prédio do Colégio Arnaldo mandou simplificar muitos detalhes o que foi difícil para o arquiteto, padre Vienken, aceitar. Consultado, o padre Regional escreveu à mão em latim: “Execuatur!” (Execute-se!) (p. 10). Os planos foram reajustados e as obras, iniciadas.

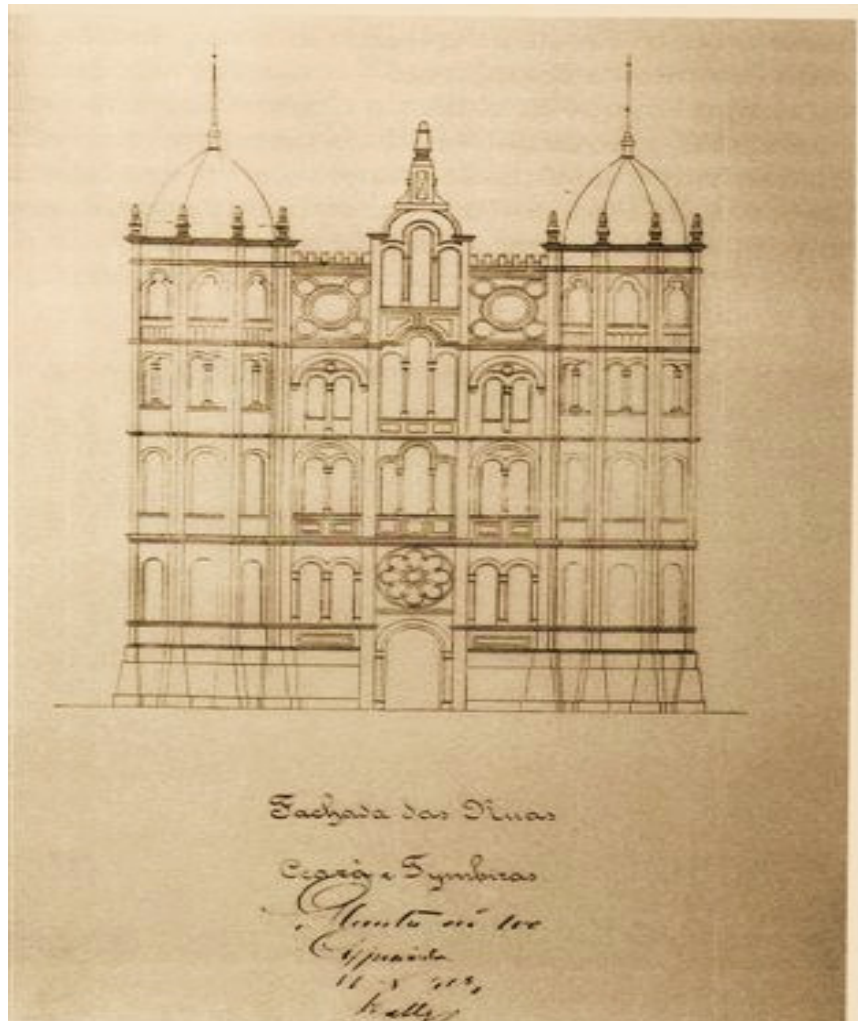


FIGURA 19 – Projeto do padre Frederico Vienken da fachada do Colégio Arnaldo
 Fonte: Acervo do Colégio Arnaldo

Em novembro de 1916, o diretor do educandário, padre Matias Willens, referindo-se à conclusão do ano letivo, afirmava: “Registramos a maior matrícula até o presente: 211 alunos dos quais 75 internos. Isso apesar da abertura do colégio Anglo-Mineiro, com grande pompa e muita propaganda...”, e coloca em destaque, “[...] (Colégio Protestante)” (p. 19) Anunciando não somente a preocupação com a convivência com outro colégio secundário voltado para o público masculino, mas também com um estabelecimento de outra corrente religiosa que vinha disputar as mentes e os corações da juventude mineira. A tensão entre os educandários de correntes religiosas distintas ficou registrada no comentário de Pedro Nava (2000, p. 127-128), ex-aluno do colégio protestante, a respeito da abertura do Colégio Anglo-Mineiro, “os padres do Arnaldo e do Claret, no princípio, tinham ficado em pânico com a propaganda do Anglo, com o apoio escandaloso recebido pelos metodistas do Doutor

Pimentel e do Governo”. O Dr. Pimentel se tratava de Mendes Pimentel, educador que viria a fundar em 1927 a Universidade Federal de Minas Gerais.

Em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano, que reoficializou o ensino secundário, reacendeu a polêmica entre Estado e Igreja. Mediante a autonomia administrativa, o poder central garantia aos colégios e ginásios o direito de definir seus programas de ensino, mas proibia os institutos particulares de conseguir a equiparação ao Ginásio Nacional, que voltava a ser chamado de Colégio Pedro II. Os alunos desses colégios deveriam prestar exames nos ginásios oficiais sem que houvesse privilégios para qualquer das partes. Em seu art. 24, prescrevia a reforma que “nenhum estabelecimento de instrução secundaria, mantido por particulares com intento de lucro ou de propaganda philosophica ou religiosa, poderá ser equiparado ao Collegio Pedro II.”

A questão afetava diretamente os particulares, e falar em particulares era falar especialmente em congregações religiosas, o que não deixou de ser pontuado pelo Sr. Camilo Brito no Congresso de Minas:

Não querem que os catholicos se apresentem á frente de seus collegios, com a sua feição religiosa! Pois então admitte-se que os protestantes e methodistas estabeleçam os seus collegios e aos catholicos se prohibe isso, não querendo que os padres lecionem?! Onde a liberdade de consciência? [...]. (MINAS GERAES, p. 2-3, 26 ago. 1915)

A contra-argumentação veio em seguida, no mesmo debate com a defesa do Sr. Henrique Diniz, esclarecendo que a lei não proibia o funcionamento de colégios de religiosos, apenas não permitia a equiparação de estabelecimentos “mantidos com o fito de propaganda religiosa.” Negar a equiparação aos colégios religiosos era um passo rumo à laicização do ensino secundário e a igreja não poderia deixar de se pronunciar. O telegrama do arcebispo do Rio Grande do Sul encaminhado ao presidente de seu Estado, lido no Congresso de Minas, exemplifica a mobilização em nível nacional da Igreja católica. Assumindo um posicionamento em nome do episcopado brasileiro o arcebispo argumentou:

[...] Pelo direito natural que fórma a pedra basilar da Constituição da República do E. U. do Brasil, assiste aos cidadãos brasileiros ampla liberdade no tocante ás crenças religiosas: os catholicos, portanto, pelo facto unico de serem catholicos, não devem ser privados do direito de terem e conservarem abertos os seus collegios [...]. (MINAS GERAES, p. 2-3, 26 ago. 1915)

A normatização de 1915 atingia, direta e explicitamente, pontos controversos e bastante polêmicos que acompanharam a produção do ensino secundário em todo seu percurso, relacionados à tensão vivida entre ensino público/privado, gratuito/pago e confessional/laico.

Quanto à referência à lucratividade dos colégios, assim se posicionou o arcebispo:

Nem vale dizer que o artigo 24 não prejudicará os institutos catholicos; o que nos fere, o que nos humilha não é o prejuizo material das nossas casas de educação, mas o que nos atravessa o coração e offende os nossos justos melindres de catholicos, é o menosprezo pelas nossas crenças em um decreto do governo federal, aquém sempre respeitamos e servimos com lealdade e patriotismo. (MINAS GERAES, p. 2-3, 26 ago. 1915)

O documento havia sido encaminhado pelo presidente do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, ao Congresso Federal, solicitando a interferência do governo do Estado na federação no sentido de rever a decisão a respeito da equiparação dos colégios religiosos.

Na cidade já havia a presença do colégio metodista Isabela Hendrix, de raiz protestante, que contou com o apoio da maçonaria para sua instalação, e assistiria, em 1918, à chegada do Colégio Americano Batista, também protestante e de caráter confessional. Como se vê, Belo Horizonte comportava o ensino laico e o religioso, tanto católico quanto protestante.

Pelos bancos do Colégio Arnaldo passaram muitos daqueles que se transformariam em dirigentes e intelectuais de Minas Gerais. Nomes como Abgar Renault, Milton Campos, Petrônio Magalhães, Lucas Machado, Josias Vaz de Oliveira, Eurico Rodrigues, Bernardo Café de Oliveira, Rafael Nunes Coelho, Gabriel Passos, Lauro Horta Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond Andrade, Guimarães Rosa faziam parte da clientela atendida por esse colégio católico, reconhecido por seu rigor acadêmico e disciplinar de origem alemã, o qual por vezes beirava o exagero, como explica o padre Matias Willens na *Crônica do Arnaldo*: “O novo Padre, [...] é exageradamente rigoroso com os alunos, às vezes ríspido e até grosseiro. Uma pena! É um homem competente, mas precisa saber se dominar”.

No Estatuto do Colégio Arnaldo⁵¹ de 1923, capítulo V, no art. 22 faz-se menção específica ao caráter civilizador do colégio ao impor a seguinte norma: “A falta habitual de aplicação ou docilidade, desobediência grave, insubordinação e, principalmente, actos contrários á moral, são casos de expulsão do estabelecimento.” Definições de padrões de conduta que eram irradiadas dos colégios para a juventude da cidade.

O rigor da disciplina imposta pelos padres alemães ficaria marcado na memória de um dos seus ilustres ex-alunos internos, Carlos Drummond Andrade, registrado na poesia intitulada “A norma e o domingo”. Esse rigor disciplinar se tornou uma das marcas do colégio na capital mineira:

Comportei-me mal,
perdi o domingo.
Posso saber tudo
das ciências todas,
dar quinau em aula,
espantar a sábios
professores mil:
comportei-me mau,
não saio domingo.
Fico vendo mosca
zanzar e zombar
da minha prisão.
Um azul bocejo
derrama-se leve
em pó de fubá
no pátio deserto.
Não há futebol
não quero leitura
conversa não quero,
vai-se meu domingo.

Lá fora a cidade
é mais provocante
e seu pátio aberto
recobre ignorantes
dóceis ao preceito.
Que aventura doida
no domingo livre
estarão desfiando
enquanto eu sozinho
contemplo escorrer
a lesma infindável
do meu não-domingo?

⁵¹ Documento encontrado no Arquivo Público Mineiro.

Digo nomes feios
 (calado, está visto).
 Não vá ser-me imposta
 a perda total
 de quantos domingos
 Deus for programando
 em Minas Gerais.
 Abomino a ordem
 que confisca tempo,
 que confisca vida
 e ensaia tão cedo
 a prisão perpétua
 do comportamento. (ANDRADE, 1987, p. 783)

Cumprindo seu papel de formador da civilidade, o colégio que, na visão do ex-aluno, “confiscava tempo e vida”, seria um arauto, em Belo Horizonte, da ordem e da disciplina na contenção dos jovens, mediante a “prisão perpétua do comportamento”, ao mesmo tempo em que procurava criar outros comportamentos e hábitos. Ao submeter os jovens aos imperativos escolares, o colégio punha em marcha o processo de escolarização da juventude, agindo diretamente sobre o corpo e o comportamento do jovem.

Mas não sem resistências passaram os dias no Colégio Arnaldo sem que a força e o ímpeto da juventude se traduzissem em suas astúcias⁵² para contornar a norma civilizadora.

“Aquilo na noite do nosso teatrinho foi de Oh.”, assim começa “Pirlimpsiquice”, um conto de outro ex-aluno que se tornaria ilustre intelectual. Nele o autor deixa transparecer as infrações às quais os alunos se deixavam entregar no intramuros da escola. João Guimarães Rosa, descrevendo as peripécias vividas por ele e pelos colegas do grupo de teatro do colégio conta: “Inquietávamo-nos, não fossem destituir-nos daquele sonho (realizar a peça de teatro). Íamos proceder muito bem, até o dia da festa, não fumar escondido, não conversar nas filas, esquivar o mínimo pito, dar atenção nas aulas.” (ROSA, 2001, p. 89)

Apesar da rigidez dos padres alemães, nem tudo era circunspeção na escola, comportamento que precisava ser cultivado à custa do esforço de padres e professores para a formação dos bons cidadãos das Minas Gerais. Aquele grupo de alunos, por interesse em realizar uma peça teatral no colégio, abriria mão de suas insubordinações e iriam proceder muito bem até o dia da festa.

Vicente Guimarães, tio de Rosa, escreveu sobre a passagem do sobrinho pelo Colégio: “Retornando a Belo Horizonte, matriculou-se no Colégio Arnaldo, de padres

⁵² Termo utilizado por Certeau (1994, p. 101) para designar “a ação do fraco”, as ações táticas.

alemães. Mais um idioma, o dos padres, afoito, aprendeu rápido, oportunidade aproveitando, sem deixá-la escapar. E alemão, depois, sempre falou muito bem” (ROSA, 2001). “Muito tio”, como era chamado pelo sobrinho, não deixou de registrar em seu livro o rigor daqueles padres: “O menino caladão, estudioso, isolado por vontade sua, teve, no colégio, o seu dia do diabo. Brigou, forçado, com um colega. Por isso, ralhado, desfeitoado diante de todos foi, e castigado severamente”.

A cidade de Belo Horizonte, envolta em uma aura de modernidade, recebia congregações distintas para a educação de moças e rapazes, incentivava particulares, mantinha cursos secundários estatais e apresentava-se como espaço urbano adequado para o desenvolvimento de uma cultura educacional alinhada à representação de uma educação moderna, civilizadora, voltada para as luzes, de acordo com o espírito republicano. Formação que significava para as famílias interessadas na formação oferecida pelo educandário de origem europeia um investimento financeiro importante, como estabelece o Estatuto do Colégio Arnaldo de 1923 (p. 5):

Art. 5º As pensões dos alumnos são pagas adeantadamente de accordo com a tabella abaixo:

INTERNATO	
Pelo anno lectivo	1:000\$000
Pelo trimestre.....	350\$000
Por mez.....	120\$000
SEMI-INTERNATO	
Pelo anno lectivo	900\$000
Pelo trimestre.....	320\$000
Por mez.....	110\$000
EXTERNATO	
Pelo anno lectivo	300\$000
Pelo trimestre.....	100\$000
Por mez.....	35\$000

As famílias ainda deveriam arcar com o pagamento de uma taxa de matrícula de 10\$000. Os alunos internos e semi-internos deveriam arcar ainda, além da matrícula, com o pagamento de uma joia de 50\$000. No valor das pensões não estavam incluídas despesas consideradas “extraordinárias”, como as de médico e farmácia. O serviço de lavagem de roupa também era cobrado à parte, 7\$000 por mês, assim como as aulas de música que também dependiam de um pagamento separado. O colégio reservava para si o direito de

suspender as matrículas daqueles que, em um prazo de trinta dias, não satisfizessem as contribuições. Para os alunos que optavam pelo estudo independente de seriação de determinadas matérias para prestar exames finais nas bancas oficiais, o estabelecimento cobrava uma taxa de 10\$000 por matéria. Os colégios das congregações religiosas instalados em Belo Horizonte não vinham em busca de formar a juventude pobre da cidade, mas buscavam atender a uma classe social privilegiada em termos financeiros para constituir uma “elite” intelectual. Combinação de interesses entre a representação de ensino secundário preconizada pelo Estado e irradiada pelas instituições particulares.

Mas as congregações também enfrentavam suas tensões, o que levou o representante do Verbo Divino a pensar em vender o colégio alemão de Belo Horizonte. O Superior-Geral da Congregação, acreditando que o colégio “nunca seria capaz de se manter”, foi a Belo Horizonte em março de 1924, acompanhado do padre provincial, L. Köster, discutindo muito a razão de ser do Colégio Arnaldo. “Chegou firmemente resolvido a vender o Colégio, mesmo que não se consiga mais que 300:000\$000 (trezentos contos) pela venda. Aos poucos, porém, formou seu próprio juízo sobre as possibilidades de desenvolvimento da cidade e conseqüentemente do Colégio”. (CRÔNICA...) Rejubila-se o relator da crônica aliviado: “Com a ajuda de Deus, e com a intercessão de nosso Fundador, AVANTE!” (CRÔNICA...). O projeto de uma escola verbita em Belo Horizonte prosseguiria.

Em um terreno doado pelo Estado, o colégio erguido valia, naquele momento, algo em torno dos trezentos contos. Com o “auxílio” do Estado, as congregações instalavam-se na cidade e desenvolviam-se, sinal de que a estratégia do governo mineiro caminhava rumo ao seu objetivo.

Chegando ao final da Primeira República, as propostas da Reforma de 1925 não passaram despercebidas pelos colégios de Belo Horizonte a ponto de o periódico do Colégio Arnaldo, *O Collegio*, de 7 de outubro de 1925 (p. 1), trazer uma reportagem do Dr. Lucio dos Santos, na qual ele afirma que “assim se vae executando a ultima reforma do ensino, a de 1924; que entrou a vigorar no corrente anno.” E faz um breve comentário sobre a situação do ensino particular no Estado: “Estabeleceu também o actual governo, o registro das escolas particulares, havendo já perto de duas mil registradas, [...]”.

Em 16 de junho de 1927, relata o diretor da escola na *Crônica do Colégio Arnaldo* (p. 100), padre José Jenderek, que

o Dr. Mario de Lima, Secretário do Presidente do Estado revela que o Presidente pretende se empenhar na equiparação dos Colégios do Verbo Divino. Esse reconhecimento devia passar pela municipalização [...]. Os padres não perderam tempo: procuraram o Prefeito da cidade, entregando-lhe o requerimento da municipalização – Houve dificuldades – Não seriam realizadas reuniões... Só se fossem por solicitação do Presidente do Estado [...]. O Presidente do Estado, para acelerar o processo, incumbiu o Pe. Reitor de entregar duas cartas suas a pessoas-chave: Dr. Aloysio de Castro, Diretor de Ensino, e ao Ministro da Justiça, Viana Castelo.

Em 8 de julho de 1927, foi apresentado ao conselho Deliberativo de Câmara de Minas Gerais, em reunião extraordinária, o projeto de equiparação do Colégio Arnaldo, que passaria a se chamar “Gymnasio Municipal Arnaldo”, sob a condição de adotar o programa do Colégio Pedro II.

A equiparação era uma condição que dependia de constantes fiscalizações, procedimento que ainda no período em que antecedeu o processo de reconhecimento foi experimentado pelo colégio e registrado na *Crônica do Colégio Arnaldo* (p. 100):

08-04-1927 – Visita de Raja Gabaglia, Delegado Geral do Departamento de Ensino.

Tanto os estabelecimentos públicos como os particulares passavam por uma fiscalização dos delegados de ensino para usufruir os privilégios da equiparação, e a fiscalização deveria manter-se depois de concedida a equiparação. Essa era uma forma de intervenção do governo para orientar a organização da instrução secundária. O Estado, pela via das prescrições normativas, fazia valer seu papel fiscalizador.

De acordo com o relato da crônica, o padre reitor conseguiu entregar a carta do Dr. Aloysio de Castro, que “evidentemente agradou” ao diretor de ensino, que “prometeu interessar-se pela causa”, mas não foi recebido pelo ministro da Justiça. Por intermédio do Dr. Catramby, conseguiu chegar ao ministro e, segundo o relator da crônica, a carta do Dr. Antônio Carlos “fez novamente milagre. O Ministro deu esperança de despacho favorável” (p. 101).

Santa Maria, Isabela Hendrix e Arnaldo são exemplos de colégios que se instalaram em Belo Horizonte, fixaram raízes e se constituíram em referências educacionais para a sociedade, chegando até os dias de hoje como exemplo de permanência do processo de produção do ensino secundário em Minas.

Por meio de políticas educacionais que mantiveram como modelo o Ginásio Mineiro – que criaram leis, subsidiaram colégios, concederam empréstimos, doaram terrenos, isentaram estabelecimentos do pagamento de taxas e impostos e incentivaram congregações a se estabelecerem na cidade –, o Estado favoreceu a configuração de uma realidade educacional elitista que disseminou a representação de estudos secundários voltada para a formação dos quadros de liderança do Estado e para as profissões liberais, não sem enfrentar as tensões dos que defendiam um ensino profissionalizante direcionado para as camadas populares e o conhecimento técnico e científico.

Certamente, a forte presença das congregações no panorama educacional mineiro tem menos haver com as raízes religiosas do Estado e mais com a intenção política de trazer, para aquela que deveria ser modelo de cidade no país, a experiência europeia de educação muito fortemente representada pelas instituições religiosas que aqui foram se estabelecendo e que incorporavam a representação de *civitas* almejada.

Assim como o Liceu foi transformado em Ginásio Mineiro e trasladado para a nova capital como forma estratégica de demarcar o advento do novo regime e o papel que a instrução assumiria no modelo político republicano, os colégios e ginásio particulares também desempenharam papel importante na consolidação de um modo de vida moderno e civilizado, um modo de vida urbano.

Impulsionando dispositivos que divulgaram novas regras de sociabilidade urbana, os colégios e ginásios disseminaram ritmos, valores e comportamentos adequados ao cidadão republicano que se pretendia formar. Os estabelecimentos de ensino secundário se impuseram em sua monumentalidade à vida social como verdadeiros templos do conhecimento, recortando a mocidade belo-horizontina segundo critérios de gênero, classe e idade, instaurando uma nova sensibilidade urbana. Novos conhecimentos, novas identidades, outras hierarquias profissionais, nova distribuição de status na sociedade se configuraram no espaço colegial/ginasial. Os colégios e ginásios não foram apenas instituições modelares que sintetizaram expectativas pedagógicas e políticas, foram também signo e dispositivo de conformação de uma cultura urbana, signo e estratégia de configuração de uma nova ordem republicana no Estado de Minas Gerais.

O Estado se fez presente na organização desse nível educacional ora de forma mais direta, ora de forma indireta, mas constantemente fomentando sua produção e organização. Esse esforço traduziu-se na criação, manutenção e fiscalização de

estabelecimentos públicos, no incentivo para a fixação e crescimento das instituições particulares e no esforço de fiscalização dessas instituições. A crítica de que o Estado não investiu em uma rede de ensino secundário, de que não fez da instrução secundária uma coisa pública no sentido de alcançar todas as camadas sociais precisa ser demarcada, mas isso não significa que não tenha havido investimentos nem políticas voltadas para esse segmento da educação. O que procuro analisar e criticar não é a ausência do Estado na orientação do ensino secundário, mas a estratégia usada para organizá-lo.

CAPÍTULO 4 – A “DUPLA FEIÇÃO” DA INSTRUÇÃO DA MOCIDADE NA CAPITAL DE MINAS GERAIS

4.1 A estatística do ensino secundário

Apresento, na sequência, um quadro que sintetiza o panorama escolar secundário que compunha o cenário educacional de Belo Horizonte. A estatística mostra que na capital mineira produzia-se, naquele momento, uma proliferação da malha de escolas secundárias particulares e não uma rede pública de instrução da mocidade.

Sob a relevância dos estudos a respeito da estatística escolar, Faria Filho (1999) relata que desde o Império o investimento sobre a organização de uma estatística escolar ganhava espaço no discurso político e educacional da época. Chamando a atenção para o fato de dois grandes estudiosos da modernidade – Revel (1989) e Foucault (1986), ao tratar do tema da importância da estatística – posicionarem-se a respeito da relevância adquirida pela estatística nesse período. No campo da estatística escolar, o mesmo autor, citando Jean-Noël Luc (1985), destaca as funções de “gerir, reformar, delimitar e comparar”.

Para Faria Filho (1999, p. 122-123),

a importância da estatística, e nisso concordam quase todos os seus estudiosos praticantes, está em que ela não apenas é apresentada como um discurso neutro universal dos números, mas, sobretudo, porque ela acaba por afiançar e/ou justificar decisões políticas fundamentais sobre importantes setores da vida social.

Destacando a importância alcançada pela produção e utilização da estatística no mundo moderno como signo da capacidade de intervenção dos Estados nas realidades nacionais, Gereña (1994, p. 53 *apud* FARIA FILHO, 1999, p. 123):

El conocimiento estadístico, como instrumento de una política eficaz, está directamente asociado con el poder de Estado, a la vez la capacidad técnica de sus diversos organismos para elaborar e interpretar, y la voluntad política de vencer las diversas resistencias. La evolución de las estadísticas y su grado de fiabilidad dependen así estrechamente de la organización administrativa estatal, en particular educativa. La naturaleza de las rúbricas propuestas, el campo mismo de la encuesta, los procedimientos de

recolección de datos locales, se modificam progresivamente. Resulta pues necesario indagar las condiciones de producción y publicación de las estadísticas, su proceso(a menudo largo e incluso) de formación y fabricación, en todos sus escalones, para poder apreciar su realización y eventual fiabilidad, determinando entonces las posibilidades de utilización del producto elaborado.

Esse é um material privilegiado de investigação, uma vez que fornece posição oficial do Estado com relação à instrução em Minas Gerais. São dados coletados e organizados para oferecer o panorama educacional de então aos órgãos oficiais, que serviriam de referência para as decisões a respeito das políticas educacionais. Mesmo considerando as dificuldades de coleta de dados, sua produção e os limites de sua organização, como se verá adiante, a *Secção Vida Escolar* foi, durante o período de sua publicação, uma referência para os órgãos públicos, sobretudo para aqueles ligados ao serviço de instrução, que, segundo seu organizador era “o mais completo que até hoje se há publicado em Minas sobre estatística escolar”. (REVISTA VIDA ESCOLAR)

Existem cinco números da *Revista Vida Escolar* no acervo do APM – 1916, 1917, 1918, 1921 e 1926 –, todos organizados pelo chefe da 4ª seção da Secretaria de Negócios do Interior, Emilio Mineiro, que ressalta os limites e as dificuldades na organização do documento apresentado, tais como o tamanho do Estado, dificuldades em obter informações de alguns municípios e dificuldades de comunicação. Com relação à precisão das informações o chefe da 4ª secção, referindo-se ao ensino primário registra:

Esse algoritmo não é rigorosamente verdadeiro, porque de 16 municípios não conseguimos obter dados das escolas municipais e particulares porventura nelles existentes, como nos foi também impossível colher informações exactas da matricula de grande numero de escolas particulares esparsas pelas fazendas e em povoados do interior do Estado. (REVISTA VIDA ESCOLAR, 1916)

Já no primeiro número disponível para análise, ficam registradas as dificuldades com relação à obtenção de dados seguros sobre o ensino particular e em alguns municípios do Estado, o que dá uma ideia da dificuldade encontrada pelo governo em fiscalizar de forma eficiente os estabelecimentos particulares.

Nos demais números da revista aparecem comentários a respeito das dificuldades e imprecisões das informações, o que indica que outras tantas instituições de ensino não foram consideradas no documento, seja por falta de dados sobre elas, seja por estarem os dados

incompletos ou mesmo errados. O documento oferece mais precisão no que diz respeito ao ensino primário, uma vez que os dados eram mais seguros por estarem disponíveis na própria seção, denotando maior controle e fiscalização que o Estado exercia sobre o ensino primário. Essa posição era coerente com a representação de ensino secundário que se transmitia por meio do discurso político de provocar, auxiliar e fiscalizar o ensino secundário. O documento dá a entender que a fiscalização do ensino secundário precisava ser mais bem cuidada, uma vez que os órgãos públicos encontravam tamanha dificuldade para organizar os dados de forma mais precisa, considerando que o volume de informações que dependiam dos dirigentes dos estabelecimentos particulares crescia nesse nível da educação.

O segundo número é o de 1917, referente ao ano de 1916. No sumário, o chefe da 4ª seção esclarece que os dados do ensino secundário foram fornecidos pelos diretores dos estabelecimentos de ensino. Cabe ressaltar que os dados da “instrução primaria official” foram obtidos com as informações “existentes na seção” (REVISTA VIDA ESCOLAR, 1917, sumário); sobre as escolas municipais e particulares os dados foram fornecidos pelos presidentes das Câmaras e inspetores escolares, o que provocou menor precisão dos dados, alerta o organizador do trabalho.

Mais uma vez fica destacada a dificuldade em relação aos estabelecimentos particulares e registrada, também, a dificuldade em relação ao ensino municipal, que dependiam da organização, capacidade, interesse e condições de trabalho dos presidentes das câmaras municipais e dos inspetores escolares. Considerando-se que em termos administrativos era difícil fiscalizar as instituições particulares, pode-se fazer uma ideia do que significava fiscalizá-las pedagogicamente. Os estabelecimentos equiparados sofriam uma fiscalização mais próxima; já os demais estabelecimentos espalhados pelo Estado experimentavam uma parca ou nenhuma fiscalização.

No 3º volume da revista, de 1918, o então secretário do Interior, Dr. José Vieira Marques, esclarece as dificuldades de se realizar um trabalho estatístico sobre a instrução no Estado, mas afirma-se a precisão dos dados referentes ao primário oficial. Alerta o secretário que o ensino municipal e o particular se encontram “assás incompletos” (Sumário). Destaca, ainda, a necessidade da continuidade da publicação, “como base indispensavel para qualquer reforma do ensino que o Governo haja de fazer” (Sumário) e chama a atenção para o fato de que “sem estatística escolar é impossível qualquer medida governamental sobre o maior dos nossos problemas político-sociais – a educação popular” (Sumário). As “dificuldades”,

diversas vezes destacadas no documento, me permitem inferir que o governo de Minas encontrava mais facilidade em provocar e auxiliar os estabelecimentos particulares do que em fiscalizá-los.

As publicações foram divididas em quatro partes:

- 1ª Ensino primário: Público (estadoal), municipal e particular
- 2ª Ensino secundário: Normal, Gymnasial e Collegial
- 3ª Ensino Superior
- 4ª Ensino Profissional. (REVISTA VIDA ESCOLAR)

Considerando os colégios e ginásios, apresento um resumo do número de matrículas e instituições que funcionaram em Belo Horizonte no período de 1916 a 1926.

TABELA 2
Número de matrículas e de instituições de ensino secundário em Minas Gerais conforme a *Revista Vida Escolar*

Tipo de estabelecimentos	1916		1917		1918		1921		1926	
	Matr.	Inst.	Matr.	Inst.	Matr.	Inst.	Matr.	Inst.	Matr.	Inst.
Gymnasios Públicos - Gymnasio(Externato)* de Barbacena	75	1	78	1	92	1	67	1	84	1
- Gymnasio(Externato) da Capital	85	1	207	1	151	1	195	1	439	1
Gymnasios particulares no estado de MG	1410	15	1428	20	1932	25	2883	36	3517	36
Collegios no estado de MG	2424	45	5562	72	5304	83	5621	106	8337	117
Totais	3994	62	7275	94	7479	110	8766	144	12377	155

*Nesse período, o internato de Barbacena já havia sido transformado em Colégio Militar e foi aberto um externato na cidade.

Fonte: REVISTA VIDA ESCOLAR, 1916, 1917, 1918, 1921 e 1926 – APM.

No documento, informa-se que deveria haver mais colégios no Estado que a estatística não alcançou, dada a dificuldade em conseguir as informações.

Há que se considerar quanto ao número de matrículas dos estabelecimentos que alguns dos colégios mantinham, também, outros cursos além do secundário (primário, intermediário, normal, preparatório) e que, em alguns casos, o número de matrículas registrado na estatística incluía todos os cursos da instituição, e não apenas o curso regular secundário. Sempre que o detalhamento da estatística permitiu, considerei apenas o dado referente ao curso secundário e de preparatórios.

Pela leitura do quadro, percebe-se que o número total de matrículas no ensino secundário do Estado mais que triplicou no período de publicação da revista, passando, em dez anos, de 3.994 matrículas para 12.377, enquanto o número de estabelecimentos de ensino aumentou de 62 para 155 instituições. As matrículas do ensino secundário público cresceram de 160 para 523 e o número de estabelecimentos manteve-se o mesmo; dois ginásios mantidos pelo Poder Público do Estado, sendo que o externato do Ginásio Mineiro, em Belo Horizonte, cresceu significativamente passando de 85 para 439 matrículas no período da publicação. É importante lembrar dois movimentos significantes para o ensino público nesse período: a reoficialização do ensino secundário com a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a reorientação do programa do Ginásio Mineiro para uma proposta mais técnico-profissionalizante, aproximando-o da proposta do Curso Fundamental de Instrução Secundária.

Já o ensino particular apresentou um crescimento de 3.834 para 11.854 matrículas, sendo que o número de estabelecimentos particulares dedicados à instrução dos jovens cresceu de 60 para 153. Como se vê, o número de escolas particulares, reconhecido na estatística oficial, mais que dobrou nos dez anos transcorridos entre a primeira e a última publicação da revista.

No Estado de Minas Gerais, ao final do período de publicação da revista, havia 95% dos jovens secundaristas matriculados em estabelecimentos particulares, estando menos de 5% matriculados sob o cuidado direto do Estado. Evidência da eficiência estratégica desenvolvida pelo governo mineiro para a constituição e organização de um ensino secundário baseado predominantemente na iniciativa particular.

No volume publicado em 1926, último disponível para consulta, com os dados referentes ao ano de 1925, o Diretor da Instrução, Lucio José dos Santos, apresenta uma explicação a respeito da publicação *Revista Vida Escolar*: “Interrompida, desde alguns annos, a publicação da ‘Vida Escolar’, trabalho que com tanta competência e zelo vinha fazendo o digno Chefe da IV Secção, sr. Emilio Mineiro, reata-se agora. Reata-se e deve continuar” (Sumário). Na sequência, apresenta os motivos pelos quais era necessário manter a publicação. Isso leva a pensar na possibilidade de que a revista não tenha sido publicada nos anos que faltam no acervo do APM (1922, 1923, 1924, 1925). Indica, também, a dificuldade na manutenção da publicação, cujos defensores alegavam que para implantação de políticas públicas sérias era necessário manter o trabalho estatístico sobre a instrução no Estado.

4.2 O privado com cara de público: história das subvenções

Durante a Primeira República, produziu-se em Belo Horizonte um ensino secundário híbrido, composto por um conjunto de colégios particulares e um público, destinado a ser a referência para os demais, com forte predomínio dos primeiros. Dentre as condições que favoreceram tal configuração, as subvenções merecem tratamento à parte por se tratar de uma ação política que deu ao ensino privado uma conotação de atendimento público.

A subvenção a instituições de ensino foi outra ação do Estado disseminada em Minas Gerais, o que possibilitava a condição de existência de alguns colégios e institutos e favorecia a continuidade de outros tantos, além de servir como incentivo para particulares interessados em se envolver com a educação dos jovens no Estado.

Inácio e Faria Filho (2008) mostram que a subvenção era uma prática não rara já no período imperial e que tanto a iniciativa privada auxiliava escolas públicas como recursos públicos eram usados para socorrer algumas iniciativas particulares.

Em relação ao ensino secundário, a subvenção era um recurso adotado pelo Estado para auxiliar a iniciativa particular, mas que também cumpria a função de possibilitar ao governo fomentar o ensino gratuito na tentativa de atender aos menos favorecidos. Por meio da subvenção, o Estado conseguia disponibilizar determinado número de vagas para alunos que não poderiam pagar pelos estudos. Uma forma de amenizar a conotação dada ao ensino secundário por um Estado que não desenvolveu um ensino secundário gratuito por meio de uma rede pública de instrução secundária.

As condições de ingresso e permanência dos alunos que ocupariam as vagas subvencionadas eram definidas por lei, o que também gerava tentativas de burla e provocava os interesses pessoais e políticos em relação à ocupação dessas vagas.

Na correspondência a seguir, de 16 de janeiro de 1912, temos uma carta do Sr. Luiz Campos do Amaral, deputado mineiro, dirigida ao Secretário do Interior, Dr. Delfim Moreira, pedindo a matrícula de cinco alunos na escola de São Sebastião do Paraíso que gozava da subvenção de 2:000\$000 em troca de oferecer dez vagas para alunos indicados pelos representantes do governo. Como se lê no documento, o Sr. Campos do Amaral já havia

enviado solicitação para ocupação de cinco vagas e indicava mais cinco alunos pedindo deferimento de sua solicitação.

EDUARDO AMARAL
1º TABELLÃO

(Luzida na desta cidade)

Ver si foi assignado o contributo ou se ha de guardar a relação dos alumnos q' se em admittidos. 22. 1 912. D. M.

6 de Janeiro
22-1-1912

S. Sebastião do Paraíso, 16 Janeiro 1912

Resado au: Dr. Delfim

Saudações e a Exma. familia.

Ha poucos dias mandei-lhe uma relação dos cinco alumnos, para os quaes pedia a matricula gratuita na Escola Normal desta cidade, visto o seu Director ter pedido a isenção da contribuição de 2.000/1000, obrigando-se a receber 10 alumnos externos. Haje junto outra relação de mais 5 pedindo a favor de ordenar a matricula dos mesmos pelo que grato lheerei.

Agradeço-lhe a nomeação de meu sobrinho para Promotor de aqui.

Sempre ao seu inteiro dispor, fica quem se expensa por

Seu affe admo
Campos do Amaral.

FIGURA 20 – Correspondência de Campos do Amaral ao secretário dos Negócios do Interior, Dr. Delfim Moreira

Fonte: APM.

ARDO AMARAL
 ABELLIÃO

Relação dos Alunos que Campos do Amaral, pede para serem matriculados na Escola Normal desta cidade de gratuitamente.

1.
Antonia Cardoso, filha de José Cardoso de Andrade nascida a 15 de Agosto de 1893.
2.
Francisca de Paula Neves filha de João Braz Neves, nascida a 6 de Março de 1896.
3.
Celia Zaltina da Cruz, filha de Joaquim Maria dos Santos nascida a 14 de Setembro de 1894.
4.
Rita de Vasconcellos filha de Euzébio de Vasconcellos, nascida a 14 de Outubro de 1897.
5.
Pedro José Ribeiro, de 14 annos de idade filho de Manoel José Ribeiro natural da Tralheira, deste município.

FIGURA 21 – Correspondência ao secretário do Interior, Dr. Delfim Moreira, com lista de alunos para serem matriculados gratuitamente

Fonte: APM

No comentário registrado no alto e à direita da primeira página do documento, o secretário indica que se deve “ver se já foi assinado o contrato ou acordo” com a escola “e guardar a relação dos alunos para serem atendidos oportunamente”.

Nas correspondências à Secretaria dos Negócios do Interior, observa-se a ocupação das vagas sendo feitas por favores políticos e pessoais, ou por alunos que, em alguns casos, não preenchiam os requisitos de pobreza exigidos por lei ou não possuíam diploma de ensino primário nem estavam em condições de prestar exames de admissão.

Normal do Gymnasio Paraisense
*
S.º SEBASTIÃO DO PARAISO
SUL DE MINAS

10/11/22 e Semo Int.

Em resposta ao seu prezado officio de 11 de Abril cumpre-me informar a Vossa Excelencia que já mandei procuração aos Srs. Rosymundo de Paula Dias e Alberto Costa para, qualquer d'elles, assignar o termo de compromisso entre o Gymnasio e a Secretaria do Interior a fim de que a nossa escola normal possa gozar da isenção da contribuição annual de 2:000%100 com a obrigação de aceitar 10 alumnos externos indicados pelo Governo.

Comsta-me que o nosso amigo deputado Cel. Luiz Campos do Amaral J^o já apresentou uma lista de candidatos á

FIGURA 22 – Correspondência do diretor do Ginásio Paraisense ao secretário dos Negócios do Interior, Dr. Delfim Moreira

Fonte: APM

matricula gratuita.

Como, porém, alguns d'estes candidatos, não podem gozar do privilegio porque não possuem o diploma da curso elementar e não se acham sufficientemente preparados para os exames de admissão, assim, me como a liberdade de apresentar a Vossa Excellencia o nome dos candidatos, realmente pobres, em condições de serem matriculados.

São elles:

- | | | | |
|---|-------------------|-----|-----------------|
| 1 | Amelia Paiva. | + | 18 - maio - 912 |
| 2 | Arthur Paiva | + | |
| 3 | Antonia Cardoso | 2 | " |
| 4 | Antonio José Moça | + 3 | " |
| 5 | Clotilde Nicacio | 4 | " |

FIGURA 23 – Correspondência do diretor do Gymnasio Paraisense ao secretário dos Negócios do Interior, Dr. Delfim Moreira

Fonte: APM

6. Aquacy Senellas 5 18-maio-1912
 7. José Alves Faria *

8. Wafildes de Paiva Queros 6 "
 9. Maria Rosa do Nascimento 7 "
 10. Jria Moura 8 "
 11. Antônio Bastião *

12. Róita Vasconcellos 9 "
 13. Jria Barenzi. 10 "

Desejando merecer sempre seus honrosos
 favores, como estima e gratidão subscre-
 vo-me de V. E.

seu e amigo
 A. Benatti
 Director da Escola Normal

São Sebastião do Paraíso 23-4-1912.

FIGURA 24 – Correspondência do diretor do Ginásio Paraisense ao secretário dos Negócios do Interior, Dr. Delfim Moreira

Fonte: APM

O diretor da escola de São Sebastião do Paraíso, contestando as indicações do deputado Campos do Amaral, alerta para a necessidade de se cumprirem os requisitos previstos por lei para a ocupação das vagas, recusa as matrículas de alguns alunos indicados pelo Estado e sugere outros, considerando-os “realmente pobres”. Repare-se que da lista dos cinco nomes indicados pelo deputado no segundo pedido só foi endossado pelo diretor do Ginásio Paraisense, padre Benatti, o nome da aluna Antonia Cardoso, demonstrando as divergências existentes na apuração dos alunos para a ocupação das vagas gratuitas nos estabelecimentos subvencionados.

Logo nos anos iniciais da República, o secretário, no Relatório do Interior de 1897, acusava a relação e valor das subvenções concedidas pelo Estado a particulares. Sob o título “Estabelecimentos Subvencionados” (p. 31), o documento informa quais eram os estabelecimentos que recebiam subvenção do governo estadual de Minas Gerais e seus respectivos valores.

Eleva-se a 193:000\$000 a somma das subvenções pagas pelos cofres públicos a diferentes estabelecimentos particulares de instrucção, existentes no Estado, assim discriminadas:

Faculdade de Direito.....	74:000\$000
Officinas das Escolas Dom Bosco, em Cachoeira do Campo.....	20:000\$000
Curso anexo a Escola de Minas de Ouro Preto.....	20:000\$000
Lyceu Theophilo Ottoni.....	10:000\$000
Externato municipal de Fructal.....	5:000\$000
” de Pitanguy.....	5:000\$000
Gymnasio Baependyano.....	5:000\$000
Lyceu de Artes e officios da Capital.....	5:000\$000
Seminario da Diamantina.....	5:000\$000
Collegio da Cachoeira do Campo.....	5:000\$000
” de Macahubas em Santa Luzia do Rio das Velhas.....	5:000\$000
Collegio de Instrucção primaria e secundaria em Mar de Hespanha.....	5:000\$000
Asylo de Caeté.....	5:000\$000
Collegio de Diamantina.....	4:000\$000
Collegio de Mariana.....	4:000\$000
Asylo de Diamantina.....	2:000\$000
” Mariana.....	2:000\$000
” Barbacena.....	2:000\$000
”São Francisco, em São João de d’El-Rey.....	2:000\$000
Recolhimento de orphans, anexo á Casa de Misericordia de São João d’El-Rey.....	2:000\$000
Externato de S. Luiz Gonzaga em Bom Despacho.....	2:000\$000

Externato Progresso Brasileiro, na cidade da	
Bagagem.....	2:000\$000
Somma	<u>193:000\$000</u>

Vários eram os estabelecimentos que recebiam subsídios do Estado em 1897, os quais seriam alvo de várias prescrições legais ao longo da Primeira República que definiam as condições e a contrapartida do Estado para o recebimento do benefício. Assim o Estado buscava oferecer vagas públicas à população por meio da iniciativa particular.

Em 1913, dezesseis anos mais tarde, no Relatório do Interior é apontado o valor de 112:660\$000 para a manutenção do externato do Ginásio Mineiro e 71:360\$000 com a Escola Normal Modelo, ambos na capital (p. LVIII). Apesar da distância no tempo, os dados dão a ideia do valor dos investimentos públicos em subvenções a particulares: um investimento de 193:000\$000 em subvenções, no ano de 1897, suficiente para a manutenção do externato do Ginásio Mineiro e da Escola Normal Modelo da capital no ano de 1913, que não parece pequeno, considerando o que se fazia em prol da instrução secundária pública naquele momento. Por que manter subvenções de tal vulto econômico e não construir e manter mais estabelecimentos públicos de instrução secundária? Uma escolha do Estado que optou por dar à iniciativa particular um tom de atendimento público.

Em 28 de dezembro de 1900, com o Decreto n. 1.435, os créditos passariam a ser distribuídos para a Secretaria do Interior para o exercício de 1901. Previa-se, também, o orçamento para o auxílio de aluguel e ajuda de expediente de laboratórios, sobretudo para algumas “Escolas Normaes”, utilizando valores destinados para esse fim. Lembro que várias dessas escolas mantinham o curso primário e o secundário anexos e eram instituições particulares.

Vale ressaltar que também não eram muitas as vagas gratuitas no próprio estabelecimento de ensino do Estado. Em agosto de 1906, por meio de Lei n. 428, art. 2º, o governo foi autorizado a admitir oito alunos gratuitamente no Ginásio Mineiro, e em setembro de 1915, por meio o art. 12 da Lei n. 657, esse número foi aumentado para 10 alunos. Nesse caso, a gratuidade referia-se às taxas cobradas no estabelecimento estatal como apresentado anteriormente.

O Relatório do Interior de 1911 (p. 694-695) traz a lista de alunos admitidos gratuitamente no estabelecimento estadual em cumprimento à lei:

Funcionou regularmente esse estabelecimento de instrução secundária no anno eletivo de 1910 a 1911.

Sua matricula foi de 180 alumnos, dos quaes 82 internos e 98 externos.

Dessa matricula 21 alumnos são gratuitos, sendo 2 internos e 8 externos admitidos por ordem do Governo Federal, em virtude do art. 382, § VII, do Codigo de Ensino, e 11 por conta do Governo do Estado, dos quaes 1 de acordo com o art. 4º, da lei n. 428, de 30 de agosto de 1906 e 10 de conformidade com o Dec. n. 2.126, de 25 de novembro de 1907.

Segue o documento:

Com a habitual normalidade prestou este instituto de ensino os serviços que lhes são inherentes.

De acordo com o Dec. n. 2.126, de 25 de novembro de 1907, foram admitidos como alunos gratuitos do Externato e nesse caráter continuam a frequentar-o os seguintes senhores:

Augusto José da Silva.

Alfredo Lobo.

Alfredo Coutinho.

Affonso Coutinho.

Aristides Alves Pereira.

Benjamim Mairelles.

Casildo Quintino dos Santos.

Octavio Negrão Lima.

Edgar Baeta Neves.

Fabio Brant.

Heitor Nogueira.

Sadi-Carnot Brandão.

Sadi-Carnot de Miranda Lima.

Romeiro Routhier Duarte.

José Neves Júnior.

Emygdio Berutto

Menelik de Carvalho

Olavo Pimentel Duarte.

Nourival Felicissimo.

Apesar de o documento anunciar 21 alunos inseridos na gratuidade, a lista traz 19 nomes, uma vez que uma das vagas corria por conta do artigo 4º da Lei n. 428, de 1906, que autorizava o governo a mandar admitir tanto no Internato quanto no externato, gratuitamente, como aluno um menino órfão, filho de qualquer dos lentes desses estabelecimentos, que em vida tivessem exercido com distinção o cargo de reitor. Os outros 20 alunos foram admitidos por indicação da União e do Estado, sendo 10 vagas destinadas a cada instância, referentes ao subsídio previsto no Decreto n. 2.126, de 1907. A falta de um nome se deveu ao falecimento do aluno Benedicto Bernardino Tertuliano, o que permitiu a abertura de concurso para

ocupação de mais uma vaga. Com a regulamentação e disponibilização dessas vagas, tanto em nível dos estabelecimentos estatais quanto dos particulares, o Poder Público acreditava cumprir o papel de atendimento público aos jovens mais pobres.

Como se observa, apenas algo em torno de 11% das vagas – 21 das 180 matrículas daquele ano – destinavam-se à instrução secundária pública e gratuita.

Em julho de 1927, a Comissão de Legislação apresentou um projeto de lei visando à equiparação do Colégio Arnaldo por meio do qual o estabelecimento passaria a denominar-se “Ginásio Municipal Arnaldo” e deveria passar a adotar o programa do Colégio Pedro II. Nos arts. 3º e 4º do projeto que foi aprovado constam:

Art. 3º As obrigações recíprocas entre o Gymansio e a Municipalidade serão objeto de contracto, que será assignado entre as duas partes e figurará a obrigação para o Collegio Arnaldo de receber, gratuitamente, 10 alumnos externos.

Art. 4º Para admissão desses alumnos será exigida prova de pobreza, mediante, attestados idôneos.

Assim, percebe-se que nas negociações das concessões de equiparação, cujo reconhecimento deveria passar pela municipalização do estabelecimento, também eram acordadas condições de incremento do atendimento educacional público permutando gratuidade de estudos para alunos pobres.

As negociações das equiparações passavam pelos interesses de pessoas ligadas ao Poder Público e dos responsáveis pelas instituições. Na *Crônica do Arnaldo* de 1927, o padre José Jenderek registra suas observações a respeito das negociações da municipalização. Como esclarecido, o responsável pelo educandário relata que para adiantar o processo o presidente do Estado enviou, por meio do padre reitor, cartas a pessoas-chave – o Dr. Aloysio de Castro, diretor de Ensino e o Dr. Vianna Castelo, ministro da Justiça. A municipalização foi negociada e a equiparação concedida.

Como se pode perceber, o ensino secundário não foi pensado para ser popular e dirigido às camadas mais pobres da população que não podiam pagar por esse serviço. Considerando que as raras vagas gratuitas disponíveis dependiam da indicação do governo, que por vezes as usava politicamente, não restava muita opção realmente para a população pobre em geral apesar da crescente demanda pela instrução secundária. Essa demanda era crescente tanto no plano das pretensões das famílias de melhores condições econômicas,

como também pelo fato de os grupos escolares estarem entregando à sociedade toda sorte de jovens formados no ensino primário.

Na *Crônica do Colégio Arnaldo* a demanda crescente pela continuidade de estudos ficou registrada nas palavras do diretor do colégio em primeiro de março de 1913: “A matrícula atingiu 150. Os excedentes não puderam ser admitidos, por absoluta falta de espaço” (p. 8) Os colégios de prestígio na capital tornavam-se pequenos para a necessidade daqueles que queriam e tinham condições financeiras de continuar os estudos.

A República, orientada por uma concepção de educação que pretendia reformar os costumes e o espírito da população em meio a um programa civilizatório que produziu a escola como *locus* adequado para essa transformação, estimulou os políticos mineiros a empreender diversas ações para aumentar a oferta da instrução secundária. Investindo na popularização do ensino primário, o Estado buscou um caminho diferente para educação dos jovens, procurando criar uma elite intelectual, política e administrativa por meio do ensino secundário. O aumento da oferta de instrução secundária se deu pelo incentivo e auxílio aos particulares, e não por um significativo investimento na criação e na ampliação de uma rede de estabelecimentos públicos.

A Lei n. 486, de 12 de setembro de 1908, que apresentava o orçamento e fixava as despesas para o exercício de 1909, no capítulo II, determinava o orçamento das despesas com o ensino:

Despesas para o ensino primario;	
a) Pessoal	2:674:760\$000
b) Fornecimento de livros e mobiliario escolar.....	50:000\$000
c) Construção e limpeza de prédios	2000:000\$000
d) Escola Francisca Botelho, em Pitanguy, vencimento anual do professor.....	1:250\$000
Para o Internato do Gymnasio Mineiro:	
a) Pessoal.....	74:900\$000
b) Pessoal contratado.....	9:000\$000
c) Expediente, propaganda, gratificação de 400\$000 ao Secretario.....	2:000\$000
d) Sustento de alumnos e pessoal interno, sendo tres contos para custeio dos gabinetes de sciencias physicas e naturaes.....	33:600\$000
e) Gratificação ao Delegado Fiscal.....	3:600\$000
f) Para o Externato do Gymnasio Mineiro.....	80:000\$000

Como se pode observar, o Estado investiu valores orçamentários muito mais vultosos no ensino primário do que no secundário. Com um orçamento de despesas para a instrução primária para 1909 previsto em 2:926:010\$000 contra 203:100\$000 para a instrução secundária, o Estado expressava a diferença de tratamento dado aos setores da educação. No orçamento de despesas, não constam os valores das doações, das isenções, das subvenções, tampouco das despesas destinadas ao Curso Fundamental de Instrução Secundária, o que, sem dúvida, elevaria o valor dos investimentos registrados para o ensino secundário.

Fica assim esclarecido que o governo desenvolveu estratégias distintas de investimento nos setores educacionais, assumindo o ensino primário como obrigação direta do Estado e usando outras vias de investimento e incentivo para o desenvolvimento do ensino secundário.

Estratégia desenvolvida pelo Estado em dois sentidos: criando e mantendo estabelecimentos de ensino e incentivando e auxiliando, por meio das subvenções, doações, empréstimos e isenções, os estabelecimentos particulares. No caso do ensino secundário mineiro, tal estratégia tinha como alvo as camadas mais favorecidas, e não a população em geral. Como os estabelecimentos particulares, os estatais também eram pagos, ainda que sob a modalidade de taxas, o que fez da gratuidade do ensino uma característica que não atingiu a instrução secundária na Primeira República.

Resumida a poucas vagas oriundas das subvenções e concessões oferecidas pelo Estado aos particulares ou a um pequeno número de vagas resguardado pela legislação nos estabelecimentos públicos, a população pobre da cidade de Belo Horizonte ficou distante da possibilidade de ocupar de maneira significativa os bancos dos ginásios, colégios e institutos de ensino secundário.

Sob um regime republicano que pregava a democracia, a cultura política liberal levou os quadros dirigentes do Estado a uma defesa da participação social na instrução secundária extremamente elitista, identificando-a com uma meritocracia. A defesa do ensino gratuito e obrigatório, financiado pelo Estado, pregado para o ensino primário não foi uma meta a ser alcançada para a instrução da mocidade no período estudado.

Várias concepções de democracia tiveram lugar na República nem sempre compatíveis entre si. As próprias condições sociais e razões ideológicas fizeram com que as expectativas de expansão dos direitos políticos e de redefinição do papel de vários setores da população na sociedade causadas pela mudança de regime político se orientassem em direções

distintas. “O setor vitorioso da elite civil republicana ateve-se estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou aquém dele, criando todos os obstáculos à democratização”. (CARVALHO, 1987, p. 64)

Apesar de alguns estabelecimentos de ensino secundário de Belo Horizonte serem mantidos pelo Estado, eles não chegaram a pertencer genuinamente à coletividade, à população em geral como visto. Como coisa gerida, administrada pelo Estado, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos recebiam uma pequena parcela do total de alunos secundaristas na capital e as subvenções alcançavam outra parcela minoritária dos estudantes mineiros. Um ensino particular com leve matiz de atendimento público, assim se constituía a instrução secundária em Belo Horizonte.

Ao tratarem do ensino secundário no Império, Gondra e Schueler (2008, p. 132), afirmam que “a gratuidade se constituía em exceção” e que o “ensino secundário público e gratuito consiste em mercadoria escassa no século XIX”, condição que, como visto, não seria alterada significativamente durante a Primeira República.

Fica evidenciado que o Estado não investiu na produção de uma “rede” pública para o ensino secundário, como o fez para o primário, apesar de haver indícios de um crescimento da rede pública ao final da década de 1920 e início da década de 1930, quando Peixoto (1981, p. 101) informou sobre a criação de quatro escolas públicas secundárias pelo governo Antônio Carlos, entre 1926 e 1929: Muzambinho, Teófilo Otoni, Uberlândia e Ubá.

A autora apresenta a tabela que reproduzo abaixo ao tratar da expansão da rede escolar no governo Antônio Carlos em Minas Gerais:

TABELA 3
Unidades de ensino público em Minas Gerais (1926-1930)

Natureza	1926	1930	Taxa de crescimento
Ensino Primário	2.117	5.926	179%
Ensino Secundário – Ginásio	2	6	200%
Ensino Normal	2	21	950%
Total	2.121	5.954	170%

Fonte: PEIXOTO, 1991, p. 101

Encontrei ainda na documentação estudada a criação, em 1930, no governo Olegário Maciel, de três outros ginásios secundários, Brazópolis, Santa Rita do Sapucahy e Mirahy, de acordo com a Lei n. 1.142, de 4 de setembro daquele ano. Isso demonstra que a preocupação com o ensino secundário público crescia e que a política educacional voltada para esse segmento anunciava uma alteração de rumo.

Apesar de experimentar um leve crescimento no final da década de 1920, a enorme discrepância entre a “rede” de escolas primárias e secundárias seria um legado da Primeira República ao período que ficou conhecido como a “Era Vargas”.

4.3 O ensino secundário em Belo Horizonte às vésperas da Era Vargas

O panorama político e cultural da década de 1920 foi especialmente agitado. A esse período assim se referiu Peixoto (1981, p. 5): “A década de vinte se caracteriza, no País, por um clima de efervescência intelectual e de agitações sociais, reflexo das transformações por que passava a sociedade brasileira e da conseqüente luta pela recomposição do poder político [...]”. O incremento da indústria, que passou a se fortalecer a partir de 1914, com o conseqüente enfraquecimento do grupo agrário-exportador começou a provocar, no campo político, uma mudança no papel do Estado. O Estado brasileiro, de matiz liberal, passou a intervir mais diretamente na sociedade à medida que assumia as rédeas da economia. Essa alteração nos campos político e econômico repercutiu na educação, uma vez que o Estado passou a mediar as tensões entre as diferentes classes sociais usando a educação como dispositivo estratégico de mediação. (PEIXOTO, 1981, p. 6)

Em 1922, quando Arthur Bernardes assumiu o governo da República sob estado de sítio, ocorreu a Semana de Arte Moderna⁵³ no Rio de Janeiro, no mesmo ano em que foi fundado o Partido Comunista Brasileiro e teve início a marcha da Coluna Prestes.⁵⁴ Em 1924,

⁵³ Importante evento de ruptura cultural acontecida em São Paulo, a Semana de Arte Moderna foi articulada pelo artista plástico Di Cavalcanti e o empresário Paulo Prado. O evento visava divulgar a renovação da arte e a temática nativista. Conciliando uma linguagem importada das vanguardas europeias – Expressionismo, Cubismo, Futurismo – com o resgate das raízes culturais por meio de um conteúdo nativista, o movimentou pretendia chocar para provocar uma mudança, com ousadia apresentar novidades que revelassem a realidade brasileira.

⁵⁴ Desde 1922, ocorreu, no Brasil, uma série de revoltas contra o Poder Central, que culminaram na revolução de 1930. Em todas estas revoltas há uma linha comum: elas baseavam-se nas aspirações de uma classe média em

foi criada a Associação Brasileira de Educação, quando eclodiu a Revolução Paulista e iniciou-se a marcha da Coluna Paulista,⁵⁵ que iria unir-se à Coluna Prestes.

Esse foi um período fértil em reformas estaduais do ensino – Reforma Lourenço Filho, no Ceará (1923); Reforma Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Reforma Francisco Campos, em Minas Gerais (1927); Reforma Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, e Reforma Carneiro Leão em Pernambuco, ambas em 1928.

A ABE realizou a *Primeira Conferência Nacional de Educação* em 1927, ano em que Mendes Pimentel fundou a Universidade de Minas Gerais. Em 1928, surgiu o Partido Fascista Brasileiro.

Inaugurava-se uma segunda etapa do processo de desenvolvimento industrial do Brasil na passagem do sistema agrário-exportador para o urbano-industrial, que correspondia à fase histórica compreendida entre 1930 e 1964.

Em 1930, Júlio Prestes foi eleito presidente, apoiado pelos coronéis agrários. João Pessoa, vice-candidato de Getúlio Vargas foi assassinado, fazendo eclodir o movimento militar que depôs Washington Luiz. Getúlio Vargas assumiu o poder como presidente provisório, dissolveu o Congresso e governou sem seguir a Constituição até 1934.

Nesse período, o Brasil seguiu seu processo de industrialização incrementando, portanto, a urbanização. Quanto mais urbano se torna um país, mais os setores de serviços crescem e maior se torna a demanda dos setores médios da sociedade em torno da educação. A classe média passou a exercer maior demanda sobre o ensino secundário. As decisões sobre os rumos dos programas de ensino da instrução secundária também sofriam maior pressão, uma vez que a necessidade de maior especialização para atender ao processo de industrialização batia às portas do ensino secundário. Se preparar os jovens para o acesso às vagas dos cursos superiores continuava sendo um dos grandes objetivos, receber e ensinar a

ascensão, cujos interesses se encontravam em rota de colisão com o poder e as regras que haviam sido estabelecidas pelas oligarquias brasileiras. Essas aspirações da classe média eram também comuns a alguns estratos que compunham as fileiras militares, nomeadamente os chamados oficiais de baixa patente, na sua maioria tenentes, daí o nome do movimento: “Tenentismo”. A Coluna Prestes foi um movimento ocorrido entre 1925 e 1927, encabeçado por líderes tenentistas, dentre os quais Luiz Carlos Prestes, que empreenderam grandes jornadas para o interior do país, procurando fazer insurgir o povo contra o regime oligárquico vigente durante a presidência de Artur Bernardes, ainda no período da Primeira República. A Coluna Prestes ainda pregava ao povo a necessidade da destituição do presidente e a imediata reformulação econômica e social do país.

⁵⁵ No bojo das revoltas contra o governo central ocorreu em São Paulo a Revolução de 1924. No dia 5 de julho, em São Paulo, o movimento tentou tirar do poder o presidente Artur Bernardes, no entanto, outra vez, o grupo de tenentes não sobressaiu e foi derrotado. Ao sair de São Paulo, o grupo partiu em direção ao interior do Estado, liderado por Siqueira Campos Juarez Távora, formando a Coluna Paulista.

um número crescente de jovens que “o homem digno não deve fugir ao esforço, á lucta, ao trabalho” (CARVALHO, 1987, p. 64) passava a ser uma necessidade cada vez maior.

No campo legislativo educacional, Francisco Campos, que em 1927 promoveu a Reforma Educacional do Estado de Minas Gerais, deu nova organização ao ensino secundário nacional com o Decreto n. 18.890, de 18 de abril de 1931, ano em que a ABE promoveu a *IV Conferência Nacional de Educação*. Após a conferência, um grupo de jovens intelectuais que, em sua maioria, já havia participado das reformas educacionais em seus Estados na década de 1920, assinou um texto que se tornaria um clássico da literatura pedagógica brasileira – o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” –, que, dentre outras coisas, propunha um debate mais aprofundado sobre o papel do Estado na condução do ensino secundário e a importância deste para a formação de uma sociedade mais justa.

Em novembro de 1928, um encontro de destaque ocorreu em Belo Horizonte quando a cidade recebeu a *Segunda Conferência Nacional de Educação*, promovida pela ABE. Tendo como presidente efetivo o então secretário dos Negócios do Interior de Minas, Dr. Francisco Luiz da Silva Campos, a conferência foi organizada em 11 comissões, sendo que a do ensino secundário foi presidida pelo professor Polycarpo Viotti, diretor do Ginásio Mineiro (BOLETIM DA ABE, 1929). Realizado no ano seguinte à Reforma Estadual Francisco Campos, o debate educacional a respeito do ensino secundário trazido para Belo Horizonte pelo congresso parecia antecipar algumas das iniciativas que Francisco Campos normatizaria para a União anos mais tarde. Na antessala do movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e com ele Francisco Campos a ocupar a Secretaria da União responsável pela educação, o *Congresso da ABE* de 1928 conferiu um encaminhamento aos assuntos do ensino secundário que culminou no *Congresso da ABE* de São Paulo e antecipou algumas das questões que seriam prescritas legalmente na Reforma de 1931.

Para essa conferência foi levado um anteprojeto de organização escolar para o ensino secundário. Nos debates em Belo Horizonte ficou definido que o tema do ensino secundário constituiria assunto único da *Terceira Conferência Nacional de Educação* a realizar-se em São Paulo. Para tanto, estabeleceu-se que a Seção de Ensino Secundário da ABE promovesse um inquérito entre estudiosos da área com o seguinte questionário:

1. Qual a verdadeira finalidade de um curso secundario?
2. Como organizar o ensino, de um modo geral, para atender a essa finalidade?

3. Deve ser adoptado o ensino classico, o moderno ou outro typo que melhor consulte a finalidade collimada?
4. Como garantir em todo o territorio nacional o ensino secundario com a necessaria eficiencia?
5. Qual o caracter que deve ter o ensino das diversas dsciplinas e qual a extensão dos respectivos programmas?
6. Como corrigir os defeitos da actual legislação relativos á organização de mesas examinadoras e processos de exame?
7. Qual o modo de articular o ensino secundario com o primario e o profissional no grão elementar e superior?
8. Como formar a opinião publica sobre a vantagem de um curso secundario – base da cultura media do paiz? (BOLETIM DA ABE, p. 13)

Como se vê, temas caros ao ensino secundário ao longo de sua história foram colocados em pauta para debate entre os especialistas: Questões como o objetivo do ensino secundário, a mesma celeuma entre o ensino clássico e técnico/científico, agora em um contexto socioeconômico mudado; a padronização do ensino secundário; a finalidade e a extensão dos programas de ensino; a antiga questão das mesas examinadoras e dos exames; a articulação dos setores da educação e a formação de uma cultura educacional secundária em meio à população; tudo isso ganhou nova visibilidade.

Uma clara preocupação em discutir as possibilidades de viabilização de um ensino secundário articulado e localizado entre o ensino primário e superior aparecia na pauta dos debates, e mais, uma preocupação de “formar a opinião publica” a respeito do ensino secundário. O debate sobre a produção de uma cultura escolar secundarista foi explicitado em um congresso nacional realizado em terras mineiras. O processo de escolarização, iniciado com as crianças, deveria alcançar os jovens, e para isso era necessário um discurso legitimador do ensino secundário que facilitasse a produção de uma cultura ginásial.

Na década de 1920, o país viveu uma série de mudanças educacionais provocadas pelas reformas de ensino promovidas em vários Estados da federação. Movimento reformista que ocorreu no caldo político daquilo que ficou conhecido na história como a “Revolução de 30”.⁵⁶

⁵⁶ Conforme esclarecem Mota e Braick (2002, p. 418), “o final dos anos 20 e o início dos anos 30, no Brasil foram marcados por uma crise generalizada [...] e agravada pelo *crash* de 1929, que desestabilizou as relações econômicas em escala mundial [...]. A escolha do candidato presidencial governista para período de 1930 a 1934 gerou mais insatisfação, alimentando movimento que derrubaria o então presidente Washington Luiz”. O fato do governo decidir apoiar Júlio Prestes, contrariando o esquema “café com leite” de alternância no governo de ora um presidente mineiro, ora um paulista, provocou a dissidência mineira e a formação da Aliança Liberal. Rio Grande do Sul e Paraíba apoiaram o grupo mineiro contra as candidaturas oficiais. Em setembro de 1929 a Aliança Liberal lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidente, acompanhado pelo paraibano João Pessoa à vice-presidência. Com a vitória de Júlio Prestes, a ala mais radical da Aliança Liberal

As respostas ao questionário e o anteprojeto com as bases para uma reforma do ensino secundário foram encaminhados à *Terceira Conferência da ABE*, em São Paulo. No anteprojeto, propunha-se como medidas essenciais a serem introduzidas na Reforma Educacional seguinte:

- a) supressão de institutos equiparados de ensino secundario, passando esse ensino a ser mantido integralmente pelo Governo Federal;
- b) Supressão das bancas examinadoras concedidas aos institutos particulares;
- c) Estabelecimento do ensino secundario em um tronco commum, precedendo os ramos de especialização (sciencias e letras);
- d) divisão de cada serie em dois periodos de quatro mezes seguidos de provas e exames;
- e) supressão do valor das notas mensaes como coeffericiente de julgamento nos exames (BOLETIM DA ABE, p. 14).

Reivindicando uma reforma para o ensino secundário, os temas foram apresentados sob a forma de artigos que substituíssem as disposições em contrário do Decreto n. 16.782 A – Reforma Rocha Vaz (1925). A proposta aumentava as responsabilidades do Estado em relação à instrução dos jovens, dava maior sistematização ao segmento e definia sua posição no sistema educacional.

O anteprojeto da ABE antecipou algumas providências tomadas pela Reforma Educacional de 1931, que teve como protagonista Francisco Campos, presidente efetivo da *Segunda Conferência* em Belo Horizonte.

No governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1929), Francisco Campos promoveu uma Reforma do ensino mineiro que atingiu o primário e o curso normal. Relacionando a democracia ao direito do voto do cidadão e o cidadão ao indivíduo escolarizado, o programa educacional de Francisco Campos visou à ampliação da escolaridade para o povo, investindo na oferta da escola primária e na formação de professores para esse segmento escolar. Alguns fatores condicionaram a escolha do governo mineiro, dentre eles a legislação em vigor, orientada pelo princípio de descentralização que

começou a conspirar contra o recém-eleito governo da União. O assassinato de João Pessoa no Recife por seus adversários políticos deflagrou a rebelião, que ficou conhecida na história como a Revolução de 30. O movimento estourou em Minas e no Rio Grande do Sul em 3 de outubro de 1930. À exceção de São Paulo, todo o país experimentou choques em as tropas federais e os revoltosos. As próprias forças governistas aconselhar Washington Luiz a renunciar, reconhecendo a derrota, mas o presidente se recusou. Em 24 de outubro, o Palácio da Guanabara foi cercado pelos rebeldes, que decretaram a prisão do chefe de Estado. Era o fim da República Oligárquica.

“conferia aos Estados ampla autonomia em relação ao ensino primário e ao técnico, que incluía o Curso Normal, encarados como a instrução destinada ao povo, reservando-se à União o ensino secundário e superior, de formação das elites”. (PEIXOTO, 1981, p. 101)

Francisco Campos, em seu discurso de posse na Secretaria dos Negócios do Interior, esclarece sua posição política em relação ao ensino secundário:

Talvez mais que o primário ele (o secundário) interessa fundamentalmente à economia de nossa cultura. Uma nação vale o que valem suas elites. No ensino secundário, particularmente é que se forma, modela e plana a mentalidade a quem incumbe orientar as grandes e definidas direções coletivas de que resulta e emerge o perfil da civilização nacional. (CAMPOS, *apud* PEIXOTO, 1981, p. 98-99)

Essa mentalidade política Francisco Campos exporia em âmbito nacional quatro anos mais tarde com a Reforma de 1931. Com a experiência política no campo educacional angariada nas terras mineiras, Francisco Campos foi o responsável pela primeira reforma do ensino secundário da “Era Vargas”, reforma que provocou controvérsias e expectativas no campo político-educacional.

Na *Crônica do Colégio Arnaldo*, o diretor do colégio, padre Manoel Könnner, registrou no dia 6 de abril de 1931, portanto 12 dias antes da promulgação da reforma, as seguintes palavras: “Dizem que vai haver uma reforma de ensino que já chamam de Reforma Francisco Campos. Há muita oposição à reforma. Tive o prazer de fazer 3 vezes o horário. Um para a velha ordem, outro para o ensino reformado e mais um terceiro misto” (p. 108).

Mesmo antes de a reforma ser publicada, o colégio de padres alemães de Belo Horizonte já se preparava para incorporar as possíveis mudanças. Prevendo as possíveis alterações na condição do ensino secundário, o diretor esperava receber seus 800 alunos matriculados para aquele ano com um horário de aulas adequado ao momento educacional.

Referindo-se à tensão entre a “velha ordem” e o “ensino reformado” o administrador do colégio mineiro ofereceu um claro exemplo do que ocorre no processo de normatização-apropriação ao indicar três opções de horário. Uma para atender às condições antigas, outra, às possíveis mudanças na ordem das coisas e uma terceira, que ajustaria a situação: uma opção de horário “misto”, entre a condição anterior e a nova prescrição que, quem sabe, poderia ser necessário colocar em prática.

Interessante perceber como a ação normativa por parte do Estado provocava resistências, “muita oposição”, mas também rápidos ajustes e adequações em razão das orientações que determinavam.

Marca do início do processo de centralização da educação, essa reforma principiou a subordinação dos sistemas estaduais ao governo central (ZOTTI, 2006). Para Francisco Campos, a reforma social passava pela reforma da educação que deveria produzir e modernizar a elite nacional. Era necessário dar prioridade à formação das elites para que pudessem conduzir os rumos da nação.

Em seu art. 1º, o Decreto n. 19.890 determinava que “o ensino secundário oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob o regime de inspeção oficial”.

A concessão da equiparação passa a ser mais rigorosa como estabelece os arts. 44 e 45:

Art. 44. Serão oficialmente equiparados para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos nele regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por governo estadual, municipalidade, associação ou particular, observadas as condições abaixo prescritas.

Art. 45. A concessão, de que trata o artigo anterior, será requerida ao Ministro da Educação e Saúde Pública, que fará verificar pelo Departamento Nacional do Ensino se o estabelecimento satisfaz as condições essenciais de: I, dispor de instalações, de edifícios e material didático, que preencham os requisitos mínimos prescritos pelo Departamento Nacional do Ensino; II, ter corpo docente inscrito no Registo de Professores; III, ter regulamento que haja sido aprovado, previamente, pelo Departamento Nacional do Ensino; IV, oferecer garantias bastantes de funcionamento normal pelo período mínimo de dois anos.

A concessão da equiparação passava a depender de um período mínimo de dois anos de inspeção preliminar para somente depois ser concedida a inspeção definitiva. No processo, consideravam-se as instalações dos estabelecimentos, o corpo docente, seu regulamento, além de serem exigidas garantias de funcionamento por tempo mínimo determinado por lei. Assim, o governo central estendia seu braço fiscalizador na expectativa de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos no ensino secundário.

A fiscalização deveria ser realizada por inspetores, pelo serviço seria cobrada uma cota anual de inspeção de 12.000\$0 para os estabelecimentos com até 200 matrículas e o

pagamento deveria ser em duas prestações semestrais. Para as matrículas que excedessem a quantidade definida por lei, seria paga uma taxa de 60\$0 por semestre. Chamo a atenção para o fato de que não era pouco frequente o Estado abrir mão da taxa de fiscalização em troca de vagas gratuitas nos estabelecimentos particulares.

O art. 2º definia a estrutura do curso: “O ensino secundário compreenderá dois cursos seriados: fundamental e complementar”. O curso fundamental seria ministrado em cinco anos e o complementar, em dois. O curso fundamental tinha o caráter de formação geral com matérias comuns. Mais equilibrado entre matérias humanísticas e científicas, visava dar formação ampla, independentemente da continuidade de estudos dos jovens. O curso complementar seria destinado àqueles interessados em seguir estudos superiores, de caráter propedêutico. A reforma mantinha currículos diferenciados para alcançar públicos distintos.

Dessa maneira, formatou-se um ensino secundário adequado às camadas mais favorecidas da sociedade que podiam passar cinco anos em busca de uma “formação ampla” e mais dois para ingressar nas universidades.

Observou-se, também, a volta do ensino religioso, em caráter facultativo, o que facilitaria a adesão das forças religiosas ao plano político contra o avanço do liberalismo e do comunismo, contrariamente à Reforma de 1915, que excluía a propaganda religiosa em seu artigo 24, aproximando o Estado do ensino laico. Distanciamentos e aproximações entre Estado e Igreja que a legislação produzia, considerando o momento político do período. Ao mesmo tempo, o decreto retirava a educação moral e cívica do programa, pois reafirmava uma organização política que se desejava modificar.

Movimento importante principiado pela Reforma Francisco Campos, que merece destaque, foi o da especialização de professores para atuarem no ensino secundário. A carreira de professor secundário que, diferentemente da de professor primário, até então não contava com uma estrutura para formação profissional como ocorria com os professores primários preparados nos cursos normais, encontrou, na reforma de 1931, acolhida e tratamento específicos. Exigindo inicialmente o registro de professor para aqueles que atuavam na área a legislação previa, em seu art. 70:

Art. 70. Instalada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras e logo que o julgar oportuno, fixará o Conselho Nacional de Educação a data a partir da qual, para se tornar definitiva a inscrição provisória nos termos do artigo anterior, será exigida habilitação perante comissão daquela faculdade, não só em Pedagogia como nas disciplinas relativas à inscrição.

O diploma da Faculdade de Educação, Ciências e Letras passaria a ser condição necessária para o Registro de Professor dois anos depois de diplomados os primeiros licenciados.

Exigindo registro para os professores ministrarem suas aulas, criando condições para maior capacitação dos professores e determinando prazos para que gradativamente o corpo docente atuante no ensino secundário se tornasse mais especializado, a Reforma Francisco Campos deu nova formatação à carreira de professor secundário.

Aponto essa reforma como o marco final da pesquisa. O ensino secundário passou a ter seus currículos oficializados, com frequência obrigatória e caráter sequencial, um esquema definido de avaliação dos processos de equiparação, que constava de inspeção preliminar, por prazo não inferior a dois anos, e inspeção permanente e com seus programas e métodos de ensino submetidos ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Essa reforma foi a que considerou, na forma da lei, a função formativa do ensino secundário e também sua função propedêutica, insistindo em um estudo secundário disciplinado, metódico, seriado e obrigatório para ingresso nos cursos superiores.

Para Dalabrida (2007, p. 281), “especialmente a partir da Reforma Francisco Campos (1931) verifica-se intensa homogeneização da cultura escolar no ensino secundário, como parte integrante da normalização nacionalizada durante a ‘Era Vargas’”.

4.4 Lugar do Estado na organização do ensino secundário em Belo Horizonte

Por meio de ações políticas e da construção de um discurso que valorizava a educação como forma de se chegar aos ideais republicano/positivistas de ordem, progresso, civilidade e luzes, o Estado provocou, no imaginário social, a construção da noção de um ensino secundário que não seria voltado para a população em geral, e, sim, para certo grupo de pessoas que se responsabilizaria por dirigir os rumos das Minas Gerais. Para alcançar tal intento o Estado lançou mão de diferentes ações para organizar o ensino primário e o secundário, as quais configuram estratégias diferenciadas para esses dois segmentos da instrução.

Construindo um discurso que sustentava posturas distintas para o Estado em relação ao primário e secundário, o governo erigiu uma argumentação que colocou a instrução da mocidade em uma situação diferenciada da educação das crianças, assumindo-a como responsabilidade direta, enquanto aquela deveria gozar de auxílio e incentivo até certo ponto e limite. Tal representação se repete no discurso do governo mineiro, especialmente ao longo da primeira metade da Primeira República.

O regulamento primário, definido com o decreto n. 1.348, de 8 de janeiro de 1900, estabeleceu no seu art. 7º, que o ensino primário no Estado deveria ser obrigatório para os meninos de ambos os sexos, de 7 a 13 anos de idade, residentes dentro do perímetro escolar determinado por lei”, diferentemente em relação ao ensino secundário, para o qual o Estado nada definiu. Ao afirmar o que deve ser, a lei também determina aquilo que não deve ser. Se, por um lado, o Estado investiu no ensino primário, tornando-o obrigatório e assumindo sua condução e oferta, por outro, utilizou diferente estratégia para o ensino secundário – investiu na iniciativa particular para sua implantação e desenvolvimento sem torná-lo obrigatório. Aquilo que em princípio despontou como um avanço da instrução secundária em relação ao ensino primário, com a definição de um prédio específico para abrigar o Ginásio Mineiro e seu prestigiado corpo docente, já nos anos iniciais do século XX sofria uma inversão, com o Estado assumindo gradativamente a responsabilidade pelo ensino primário público e se esquivando de investir na instrução secundária pública.

O Secretário de Estado dos Negócios do Interior assim se posicionava em relação aos departamentos da instrução no Relatório do Interior de 1904:

Há dous grande departamentos do ensino: o elemental primario, que deve formar o homem para a sociedade, fornecendo-lhe os elementos indispensaveis para a grande lucta; e o ensino secundario, scientifico ou superior, tendo como objectivo a desenvolvida cultura do espirito.

Está bem discutida e determinada na sociedade moderna qual deve ser a interferência ou cooperação do Estado nestas divisões do ensino: ao primeiro, toda cooperação e encorajamento official, impondo-se ao Estado o dever e a tarefa de desenvolvê-lo convenientemente, decretando para isso os fundos necessários; ao segundo, uma cooperação até certo ponto.

O ideal em matéria de ensino secundário, científico ou superior, seria que o Estado não se envolvesse neles, confiando-os à iniciativa particular, provocando-a, auxiliando-a e fiscalizando-a [...] (p. 26-27).

Duas representações de ensino estavam em jogo: uma para o primário e outra para o secundário. Também duas posturas políticas distintas seriam levadas a cabo. Para a primeira, “toda a cooperação e encorajamento”, para a segunda, o ideal “seria que o Estado não se envolvesse neles”. Faz-se necessário que se compreenda bem o que veio a significar esse “não envolvimento” do Estado nas coisas do secundário.

Contra uma visão de omissão desinteressada e falta de investimentos financeiros é que me posiciono após verificar as fontes pesquisadas. Defendo a ideia de que houve, sim, investimentos públicos nesse segmento educacional e que o Estado participou vivamente da produção e organização do ensino secundário. O não envolvimento do Estado com a manutenção direta de outros estabelecimentos de ensino além do Ginásio Mineiro não deve ser considerado como omissão, mas como uma das ações que compunham uma estratégia de implantação do ensino secundário em Minas.

Como a República se produzia enquanto produzia a educação republicana, o Estado reconhecia as limitações ainda encontradas naquele momento para a implantação de sua política na íntegra. Consta no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1904: “Estamos, porém, numa epocha de transição: é nullo ainda o espírito de iniciativa, nem podemos contar com o efficaz concurso das associações particulares. Tão cedo atingiremos este desideratum”.

Como indicado, em 1904 já havia movimento de particulares na cidade de Belo Horizonte em torno do secundário, com alguns estabelecimentos em pleno funcionamento. Não era nula a participação da iniciativa privada, mas o governo esperava muito mais.

Cabe esclarecer que a questão levantada na apresentação deste trabalho referente a um possível não envolvimento do Estado com o ensino secundário não se confirmou. Seria uma interpretação equivocada de omissão, ou de desconsideração do investimento efetivamente realizado nesse segmento educacional, uma vez que o Estado marcou sua presença na configuração da instrução da mocidade de diversas maneiras. Esse investimento traduziu-se em uma política que promoveu ações de auxílio e incentivo à iniciativa particular, traduzidas em concessões, isenções, subvenções, doações e empréstimos como procurei apontar.

Diferentemente do ensino para as crianças, que gozava da prerrogativa de ter o Estado como seu tutor principal, com investimentos diretos em estrutura e pessoal, manutenção e oferta de um programa específico, um trabalho de formação de professores e

uma fiscalização mais rigorosa, a mocidade encontrou-se diante de possibilidades restritas de continuidade de estudos por parte do Poder Público, que procurou investir na iniciativa particular para atender à demanda dessa parcela da sociedade. Analisando o discurso político ao longo dos anos percebe-se que essa representação de ensino secundário manteve-se no período estudado legitimando as políticas voltadas para o setor.

No Relatório do Interior de 1912, o argumento se repete, inclusive com os mesmos termos. Importante ressaltar que mesmo oito anos depois, no Governo de Julio Bueno Brandão, o secretário do Interior era o mesmo Delfim Moreira, defendendo as mesmas ideias:

Há três grandes departamentos de ensino: o elementar primario, fornecendo-lhe os elementos indispensáveis para a grande lucta pela vida; o ensino secundário, tendente a uma maior cultura do espirito e ao preparo para os cursos do ensino superior; e o ensino scientifico ou superior[...]Esta bem definida qual deva ser a interferência do Estado nestas divisões do ensino; para o primario,— com carcter pratico e profissional — toda a cooperação e auxilio do Estado, impondo-se-lhe o dever e a tarefa de desenvolvê-lo convenientemente, decretando para isso os fundos necessários; para o segundo e terceiro, uma cooperação até certo ponto e limite (p. LXII-LXIII).

Desta feita, dividindo o ensino em três grandes departamentos e não em dois, como anteriormente, e separando, em seu discurso, o ensino secundário e o superior em departamentos diferentes, mas mantendo-os sob a mesma política, o secretário do Interior acrescenta um objetivo a mais ao ensino secundário: o preparo para os cursos superiores, que efetivamente sempre acompanhou esse segmento da instrução de maneira decisiva. Quanto à política de fomento aos departamentos de ensino manteve-se o discurso de uma política de “cooperação até certo ponto e limite”. Na sequência do documento, o Secretário apresenta suas expectativas em relação ao papel da iniciativa privada e como deveria se comportar o Estado em relação a ela:

Quando a iniciativa privada se levanta, se movimenta em torno dos ensinos secundário e superior, o papel do Estado deve consistir em auxiliá-la, regulamentá-la e fiscalizá-la, para que se anime, não pereça e possa fornecer o ensino substancial e solido; quando não existe essa iniciativa ou existe fracamente, cumpre ao Estado mantê-la e custeá-la provisoriamente (p. LXIII).

Importante destacar que esse relatório é de um ano após a Reforma Rivadavia que, como vimos, desoficializou o ensino secundário.

A perspectiva de que ao Estado cabia criar e manter estabelecimentos de ensino secundário apenas na ausência da iniciativa particular oferece uma clara noção do tipo de responsabilidade que o governo mineiro pretendeu assumir em relação à instrução da mocidade.

Distante oito anos no tempo em relação ao de 1904, nesse relatório o Secretário já registra o crescimento da iniciativa particular a partir do momento em que ela “se levanta e se movimenta”. Fica registrada explicitamente a estratégia do Estado de deixar espaço para a iniciativa particular, “auxiliando, regulamentando e fiscalizando” suas ações. Fiscalização que, mesmo com as regulamentações prescritas, encontrava dificuldades para ser eficaz como discutido.

Em 1893, o governo já acusava, no Relatório do Interior (p. 81) daquele ano, essa dificuldade, que permaneceria sendo relatada anos mais tarde, quando da publicação da estatística oficial do ensino (*Revista Vida Escolar*), órgão de divulgação sobre a estatística da educação no Estado:

Por falta de dados na secção não me é possível dar-vos o numero de collegios e escolas particulares existentes no Estado, e nem tão pouco informar-vos sobre o movimento de matricula e frequencia de cada uma dellas, aproveitamento dos alumnos, methodo de ensino, etc.

Apezar de que todos os regulamentos de instrucção publica impõe aos directores e professores desses estabelecimentos a obrigação de communicarem á repartição central a fundação, programma de estudos, pessoal e methodo de ensino, e a de remetterem semetralmente mappas dos alumnos matriculados; comtudo, não tem sido satisfeitas essas exigencias, a despeito de reiteradas intimações por intermédio das auctoridades litterarias.

Essas exigencias nem mesmo têm sido satisfeitas pelos estabelecimentos que mais obrigação tinham de o fazer, os que recebem subsidio do governo.

A prescrição normativa, entendida como ação do Estado e forma direta de atuação e intervenção em determinada realidade, possibilita a criação de condições de fiscalização e controle. Condição que, longe de ser ideal, encontrava seus reveses nas práticas dos sujeitos.

O cuidado que a análise dessa política governamental merece é o de não deixarmos transparecer que o Estado omitiu-se sem fazer investimentos na instrução secundária. Como política deliberada, o Estado investiu e desenvolveu uma estratégia que

beneficiou a implantação de colégios e institutos particulares em Minas Gerais, a ponto de serem destacados, no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1912 (p. LXIII), os resultados dessa política com o crescimento da iniciativa privada:

Em Minas é notável já o crescimento da iniciativa particular na fundação de collegios e institutos secundários, parecendo ser chegado o momento da desoficialização do secundario.

Mesmo no regimem da desoficialização, é possível a intervenção do Estado – por meio de auxílio e subvenções, principalmente nos logares onde a iniciativa privada ainda é nulla.

Há que se reparar que o documento trata da abertura de “collegios e institutos” uma vez que o termo “Gymnasio” era utilizado para estabelecimentos criados e mantidos pelo poder público ou para aqueles que conseguiam a equiparação.

Destacando a possibilidade de intervenção do Estado mesmo em um regime de desoficialização o secretário indicava a possibilidade de “*auxílio e subvenções*” à iniciativa privada para fomentar o ensino secundário.

O secretário reconhece o crescimento da participação da iniciativa particular, sinal de que a política adotada pelo Estado caminhava rumo aos objetivos propostos para o setor. Destaco, como relatado, que o movimento político-educacional fez chegar a Belo Horizonte as congregações de religiosos, bem como a Igreja Metodista, com a intenção de instalar seus educandários já no início do século XX. Em 1903, o Colégio Santa Maria estabeleceu-se na cidade, em 1904 o Colégio Isabela Hendrix e em 1912 o Colégio Arnaldo começou a funcionar.

No Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior o governo mineiro anuncia sua filiação ao que determinaria a Reforma Rivadávia, de 1911, com relação à desoficialização do ensino secundário, diminuindo ainda mais a responsabilidade do Estado sobre ele.

A política de incentivo à iniciativa privada não se estabeleceu sem enfrentar seus opositores, como o reitor do Internato do Ginásio Mineiro, Antonio José da Cunha, que declarava em sua argumentação no Relatório do Interior de 1905 (p. 499):

Ultimamente tal é a convicção que a todos os paizes cultos tem empolgado a supremacia do ensino official, que tem sido elle creado onde não existia, em virtude da comprehensão cada vez mais nítida e profunda de que as nações

não podem confiar os interesses magnos da educação nacional, as grandes fontes do progresso e da civilização de um povo, ás vicissitudes, ás especulações, aos lucros e á mercancia da industria e do commercio da instrução; [...].

Defendendo o “ensino official” o reitor posicionava-se contrário àqueles que queriam “confiar os interesses magnos da educação nacional” aos desmandos dos especuladores e daqueles que, segundo ele, só se preocupavam com os lucros da “mercancia da industria e do commercio da instrução”.

Enquanto o secretário Delfim Moreira defendia que na sociedade moderna a interferência do Estado no ensino secundário deveria ser de cooperação até certo ponto, o reitor do Internato de Barbacena argumentava que “a todos os paizes cultos tem empolgado a supremacia do ensino official”. Essa celeuma entre ensino público e privado esteve no cerne da configuração da instrução secundária em Minas e especialmente na capital do Estado.

O reitor ainda fazia alusão à relação entre democracia e educação para a estabilidade da República: “a democracia é a instrução do povo e nesta é que se firma a estabilidade da República” (p. 497). Autoridade educacional no Estado por dirigir um internato oficial de ensino ocupando, assim, um lugar próprio no discurso educacional mineiro, o reitor deixa claro sua perspectiva da relação educação-República, destacando a íntima ligação entre ambas para a estabilidade político-social e reconhecendo o ensino oficial como “a fonte pura da democracia”, como registrado na continuação do documento:

Dos falsos patriotas, que tem por lemma – quanto peor (*sic*) melhor – bem se comprehende a guerra ao ensino official que é considerado – a fonte pura da democracia – e no qual tem a República, em cada classe, um altar erecto, em cada mestre um sacerdote [...] (p. 499).

Observa-se que vários eram os matizes do debate a respeito das convicções e interesses que conduziam as iniciativas em torno do ensino secundário.

Cury (2009, p. 100), tratando do tema educação como *res publica*, destaca que, “é feito também a liberdade da oferta de ensino por entidades particulares como concessão do poder de Estado.” Para o autor,

a ânsia em liberar as oligarquias economicamente hegemônicas do poder central conduziu a efetivação de uma República liberal clássica sob o sistema federativo e sob o sistema contratual de mercado. Esses foram os móveis da construção de uma nação em que houve a secundarização de aspectos mais amplos dos projetos nacionais como o da educação.

Insisto em que o termo “secundarização” não seja entendido como um não investimento ou uma omissão despreziosa de responsabilidades sobre o ensino secundário, mas, como muito bem alerta o autor, como concessão, uma vez que os gastos com as subvenções ou com o que deixou de ser arrecadado pelos cofres públicos por meio das isenções e dos auxílios, ou, ainda, os valores referentes às doações concedidas não foram pequenos e representaram um significativo esforço por parte dos cofres públicos. Insisto na ideia de que fazer concessões é uma forma de intervenção e uma opção de uso do poder conferido ao Estado.

O ato de permitir, conceder, em si, é uma ação, que possibilitou, dentre outras coisas, a expansão dos estabelecimentos particulares em Belo Horizonte. Como visto desde a fundação da cidade, alguns particulares tiveram o funcionamento de seus estabelecimentos autorizados. O fato de terem permissão de funcionamento podia não configurar ainda uma política de auxílio, mas não deixava de ser um incentivo à iniciativa particular.

Identifiquei as ações do poder público em um discurso que legitimava uma participação limitada do Estado no sentido de ampliar a rede pública secundária e pregava sua expansão mediante uma política de incentivo e auxílio a iniciativa particular. Modelo educacional que, por ser pago, portanto sem característica de gratuidade, estava voltado para a camada da população que podia custear sua instrução, afastando do ensino secundário a população pobre em geral. Essa é uma representação social de um ensino secundário elitista, produzida ao longo do tempo e forjada nas redes dos interesses em jogo.

Acompanhando Faria Filho (1998) em sua discussão sobre a consideração da legislação como prática, enfatizo que um rol de ordenamentos visou organizar esse segmento escolar no período denominado de Primeira República, o que demonstra a preocupação do Estado em intervir e orientar a educação da mocidade. Contrariamente à hipótese de que o Estado simplesmente delegou a responsabilidade sobre o ensino secundário à iniciativa particular, defendo a posição de que a própria intenção de normatizar o segmento representa uma ação direta que visa, dentre outras coisas, à possibilidade de fiscalização daquilo que acontece em determinada área do social.

Mas o Estado não se limitou à produção de leis orientadoras e reguladoras, também criou e manteve instituições de ensino voltadas especialmente para esse segmento educacional, arcando com os custos dessa operação, participando diretamente dos debates e concretizando propostas pedagógicas, como nos exemplos do Ginásio Mineiro e do Curso

Fundamental de Instrução Secundária, que serviram tanto para orientar a prática, como também para demonstrar a viabilidade e garantir determinadas iniciativas pedagógicas.

Dentre as ações do Estado para promover o curso ginásial, contamos, também, com a doação de terrenos para que escolas pudessem se fixar em Belo Horizonte. Essa ação marcou significativamente o desenho da cidade, uma vez que se tratava, em boa parte dos casos, de grandes áreas localizadas em regiões que viriam a se transformar em espaços urbanos privilegiados. Esclareço que encontrei na documentação estudada referências a essas práticas em sua maioria favorecendo escolas ligadas a congregações religiosas.

Outra prática do Estado que pôde ser confirmada refere-se à concessão de isenções a instituições particulares para que se instalassem e permanecessem na cidade. Água, esgoto, luz e fiscalização são exemplos de serviços públicos dos quais algumas escolas foram isentas de pagamento, bem como da responsabilidade de arcar com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A concessão de empréstimos, seja financeiro, seja de outra natureza, como de mobiliário para equipar as instalações das escolas, também fez parte das ações para incentivar a educação secundária no Estado de Minas Gerais.

Como se observa, o investimento do Estado não foi pequeno no esforço de organizar o secundário. Importante ressaltar que para a promoção desse setor educacional houve um esforço não somente no plano das preocupações políticas e educacionais, mas também no plano econômico, ainda que menores, se comparado aos investimentos feitos no ensino primário. O investimento do Estado na manutenção de duas instituições públicas em Belo Horizonte, somado àquilo que deixou de ser arrecadado em taxas, o valor econômico dos terrenos doados, as importâncias concedidas como empréstimo e o montante das subvenções configuram iniciativas diretas de investimento econômico nesse segmento escolar que merece um lugar distinto nas análises historiográficas.

Defendo a ideia de que o maior interesse e concentração de esforços demonstrados pelo Estado no ensino primário não significa uma omissão em relação ao secundário, mas uma estratégia distinta, construída em meio às condições do momento histórico. É coerente com as fontes analisadas construir uma história que demonstre o interesse do Estado pelo ensino secundário traduzido por uma estratégia diferenciada, mesmo porque é necessário o exercício de compreender as prioridades instauradas em uma época de profundas mudanças políticas – passagem do Império para a República – e a situação

concreta em que foi encontrado o serviço educacional e que provocou um novo olhar sobre a educação.

Para que a educação pudesse atingir os objetivos pretendidos pela República, nova representação deveria ser construída no imaginário social. A opção de concentrar esforços na formação das crianças, com um orçamento limitado, parece bastante razoável, uma vez que, para se chegar a níveis de estudos mais avançados seria mesmo necessário o conhecimento das primeiras letras. Considero ainda que, em uma cidade recém-construída, a demanda pelo ensino secundário era inferior à do ensino primário. Mas o que fazer com o ensino secundário? Como conjugar recursos, demandas, interesses políticos e perspectivas em médio e longo prazos? Colocá-lo como prioridade e desviar para esse fim verbas que tiveram outros destinos, ou buscar provocar a iniciativa particular a se envolver nesse segmento da instrução?

Em consonância com Gonçalves (2009, p. 107), entendo que não existiu um projeto único de educação na República e que da mesma forma que a República produziu a educação a educação produziu a República. Mas a falta de um plano claro de educação não impediu o Estado de construir estratégias de intervenção, ainda que diferenciadas, para os diversos segmentos escolares, promovendo em Belo Horizonte a configuração de um ensino secundário muito marcado pela iniciativa particular.

CONCLUSÃO E NOVAS TRILHAS...

Iniciei esta pesquisa com o propósito de investigar as ações do Estado que possibilitaram o estabelecimento do ensino secundário em Belo Horizonte, analisando seu enraizamento na confluência entre a cultura e a política escolares e a política dos períodos de 1898 a 1931. A intenção foi contribuir para a escrita da história da educação tendo o ensino secundário como objeto, partindo da produção normativa e dos discursos oficiais, entrecruzando-os com informações dos acervos de instituições educacionais estatais e particulares, com informações extraídas de periódicos da época e com documentos e vestígios encontrados no Arquivo Público Mineiro, em diálogo com a produção acadêmica da área.

Convidei o leitor a problematizar a intervenção do Estado no movimento de produção do ensino secundário em Belo Horizonte durante a chamada Primeira República mediante uma estratégia que se traduziu em um conjunto de ações: criação de leis, criação e manutenção de estabelecimentos de ensino, doações, isenções de taxas e impostos, concessões de empréstimos e subvenções a instituições particulares, dentre outras.

Procurei dar visibilidade às ações do governo mineiro na organização do ensino secundário em Belo Horizonte. A seriação, as aulas avulsas, os sistemas de avaliação, a graduação do ensino, a inspeção técnica e o sistema de equiparação foram procedimentos utilizados para propagar a institucionalização do ensino secundário. Essas formas de intervenção no cenário educativo foram utilizadas pelo governo e por grupos sociais para a escolarização da mocidade.

Em dois movimentos simultâneos – criando e mantendo estabelecimentos educacionais e fomentando a iniciativa particular –, o Estado contribuiu para a organização e a ampliação do número de estabelecimentos de ensino secundário em Belo Horizonte.

Contrapondo-se à questão aventada na apresentação deste trabalho sobre a hipótese de omissão ou desinteresse do Estado pelas questões relativas à instrução secundária, procurei indicar como o governo interveio e investiu fortemente na produção e organização desse nível de escolarização, assumindo o papel de protagonista também nesse segmento educacional.

Como indicado, no período da mudança da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte, a cidade já possuía uma ambiência de ensino secundário, ainda que

tímida. Foi possível confirmar a presença, na cidade, de estabelecimentos de instrução de jovens, exercida por particulares, em alguns casos que gozavam, inclusive, de certa tradição educacional.

Algumas permanências puderam ser percebidas, como as experiências pedagógicas das aulas avulsas, por vezes oferecidas como aulas particulares, e os preparatórios para o ingresso nos cursos superiores. Iniciativas de divulgação dos estabelecimentos de ensino, considerando critérios ainda usados nos dias atuais, como preço, descontos, tradição, corpo docente, proposta pedagógica, também faziam parte do conjunto de elementos usados como propaganda dos estabelecimentos de ensino, sobretudo em periódicos da época.

Com base nos dados estatísticos divulgados na *Revista Vida Escolar*, pude inferir que algumas práticas já faziam parte do repertório de iniciativas de então – por exemplo, mudar o nome da escola e manter o mesmo dirigente ou pessoa diretamente ligada a ele, como é o caso do Colégio São José, dirigido pela D. Hermogina Vieira em 1917, pela D. Eponina Vieira em 1920 e que passou a se chamar Externato Vieira em 1926, mas permaneceu sob a mesma direção (ou seria uma migração da D. Eponina para outra instituição cujo nome coincidia com seu sobrenome?). Fato é que o Colégio São José deixou de figurar na estatística e surgiu o Externato Vieira. Encontrei, no *Minas Geraes* de 3 de abril de 1913, a divulgação do Colégio S. José, abaixo apresentada, anunciando sua localização ao lado da Matriz São José.

(60-27).

ador

orizonte

VALHO.
na encar-
igrejas e
exequias,
ardentes,
quaesquer

res de to-
a cidade,
abaixo e
mesmos
do exmo.

120000
875000
400000

Collegio S. José
Ao lado da Matriz do mesmo
Santo (50-14)

Aluga-se um terreno com ma-
gnífico barracão, na rua do Espiri-
to Santo, entre rua Goytacazes e
Avenida Paraopeba.
Trata-se na rua do Espirito Santo
n. 1041, (Typographia). (40-6)

Pensão Rocha
—DE—
José Gomes Rocha
Rua dos Caetés, 233— Telephone 342
BELLO HORIZONTE (80-55)

FIGURA 25 – Anúncio do Collegio S. José
Fonte: MINAS GERAES, 3 abr. 1913 –
Hemeroteca

Apesar de ter encontrado um anúncio do Colégio S. José no jornal *Minas Gerais* de 1913, o colégio não aparece na estatística oficial do Estado de 1916 e 1917, mas apenas nas de 1918 e 1921, o que reforça a informação sobre a dificuldade de obtenção de dados sobre o ensino secundário relatada na *Revista Vida Escolar*. Sinal de que as informações que chegavam à seção de dados da Secretaria dos Negócios do Interior eram incompletas.

Outro exemplo é a existência, em 1915, do Colégio Azeredo, dirigido pelo professor Caetano Azeredo, com 47 matrículas de moços no curso secundário, que desapareceu nos anos seguintes e voltou a surgir em 1925, como Externato Azeredo, dirigido pelo mesmo Sr. Caetano de Azeredo Coutinho, com 63 alunos matriculados nos cursos de preparatórios, sem matrículas para o curso secundário. O Colégio Cassão, que, como citado, era um dos mais antigos da cidade, aparece dirigido pelas “irmãs Cassão” em 1916, 1917, 1918, e em 1921 as irmãs Leopoldina e Romualda Cassão, aparecem como diretoras do Externato Peret, sendo que o Colégio Cassão desaparece da estatística.

Focado nos cursos preparatórios, houve também o Externato Paraíso, com 135, alunos sem matrícula para o curso secundário em 1925, o que sugere, já naquele período, a criação de escolas centradas na preparação dos alunos para a admissão nos cursos superiores. A manutenção de cursos voltados especificamente para auxiliar os estudantes a conseguir vagas nas faculdades disponíveis é uma prática que se percebia com frequência nesse período e pode ser apontada como uma permanência do nosso sistema educacional até os dias de hoje.

O Curso Fundamental,⁵⁷ que aparece em quatro números da revista, exemplifica bem essa prática de especialização das instituições na preparação de alunos para as vagas dos cursos superiores. Com um quadro de professores reconhecidos no meio educacional, apresentados como os “mais competentes e habalizados professores de Bello Horizonte”, era dirigido pelo Dr. Joaquim Coelho Júnior, que também lecionava História Natural, e apresentava-se à sociedade como um “estabelecimento de instrução secundaria, moldado sobre os programmas de exames de admissão ás escolas superiores do Paiz”:

⁵⁷ Não confundir o Instituto Fundamental com o Curso Fundamental de Instrução Secundária, de caráter público, tratado especificamente no primeiro capítulo desta dissertação.

A PEDIDO

INSTITUTO FUNDAMENTAL

**Estabelecimento de instrução
secundaria, moldado sobre
os programmas de exames de
admissão ás escolas superio-
res do Paiz.**

Estão funcionando com a máxi-
ma regularidade as aulas do Insti-
tuto Fundamental. Os professores
das diversas cadeiras, tendo já in-
iciado ha poucos dias os respectivos
cursos, pretendem dar todo o pro-
gramma dos exames de admissãõ
até a proxima época a se realizar
em julho deste anno.

Excellentemente installado em
um espaçoso predio, á rua da Bahia,
n. 1062, nas melhores condições
hygienicas, as diferentes discipli-
nas leccionadas nesse estabeleci-
mento estão a cargo dos mais com-
petentes e habalizados professores
de Bello Horizonte, a saber :

Portuguez — Dr. Carlos Goes ;
Francez—Professor Gustavo Prado;
Ingliez — Dr. Boaventura Costa ;
Latim — Dr. Antonio Affonso de
Moraes ; Arithmetica — Dr. Lucio
dos Santos ; Algebra—Dr. Alber-
to Alvares ; Geometria e Trigono-
metria — Dr. Benedicto dos Santos;
Physica-Chimica — Historia Natural
—Dr. J. Coelho Junior ; Historia
Geral e do Brasil — Dr. Gudesteu
Pires; Geographia—Professor Gus-
tavo Prado.

FIGURA 26 – Anúncio do Instituto
Fundamental

Fonte: DIARIO DE MINAS, 23 abr. 1913
– Hemeroteca

Na continuação, o anúncio, expõe, de forma bem explícita, seu principal e único objetivo – “O único fim desse estabelecimento, é preparar os seus alumnos para os exames de admissão aos cursos superiores [...]”

Os exames de admissão ás escolas superiores realizados em agosto do anno passado e março do corrente anno constituem a mais brilhante prova da operosidade do Instituto Fundamental, cujos alumnos, na sua quasi totalidade, foram approvedos e com excellentes notas.

O unico fim d'sse estabelecimento, é preparar os seus alumnos para os exames de admissão aos cursos superiores, pelo que segue á risca e com o maior escrupulo os respectivos programmas, havendo aulas diarias de quasi todas as materias, das 8 horas da manhã ás 5 da tarde.

Pagamento adiantado por trimestre 75\$000.

Os candidatos á matricula devem dirigir se á secretaria do Instituto, das 9 ás 10 da manhã e do meio dia ás 2 horas da tarde.

(30 - 5)

Dr. Baeta Neves, tendo de mudar se, vende varios trastes, como sejam: mobilia, guarda roupa, camas, louça, bateria de cosinha etc. etc.

Rua Januaría, n. 268;

(3 - 3)

FIGURA 27 - Anúncio do Instituto Fundamental -
Continuação
Fonte: DIARIO DE MINAS, 23 abr. 1913 -
Hemeroteca

Como já apontado, os cursos de preparatórios eram considerados estudos secundários, como se pode verificar no anúncio do Instituto Fundamental e constavam na

Revista Escolar, na parte destinada ao ensino secundário, entrando oficialmente na estatística desse segmento educacional.

Era comum, também, a prática de as escolas estenderem seu atendimento a outros segmentos educacionais e manterem cursos, como o primário, o preliminar, o elementar, o preparatório e o profissional, paralelamente ao secundário. Alguns desses colégios, inclusive, não tinham no secundário seu principal público de atendimento, como o Colégio N. Senhora da Glória, que em 1920 mantinha 45 alunos no curso primário e 123 no profissional, sem ter, naquele ano, matrículas para o secundário, mas que consta na estatística oficial como estabelecimento de ensino secundário.

Para legitimar a representação republicana de ensino secundário, significativa foi a presença das congregações religiosas que encontraram condições propícias de auxílio e incentivo para o seu estabelecimento na cidade oferecidas pelo Estado.

A análise da legislação indica como questões caras ao debate da instrução da mocidade refletiam-se na normatização, ao mesmo tempo em que eram influenciadas pela própria organização legislativa do ensino secundário. Tal movimento se operacionaliza pela apropriação dos modelos e discursos pedagógicos em circulação, implicando o posicionamento dos prescritores também como apropriadores. No modelo de Michel de Certeau, estariam localizados concomitantemente no campo das estratégias e no lugar das táticas⁵⁸.

O processo de escolarização alcançou o grau secundário de ensino de forma importante por meio de prescrições, estabelecendo processos e políticas que o informavam e tratavam de orientar as instituições educacionais.

As polêmicas político-pedagógicas experimentaram um movimento de avanços e retrocessos, de forma não linear, passando pela discussão a respeito da centralização/federalização, do ensino propedêutico/científico, religioso/laico, público/particular. No entrecruzamento das prescrições normativas e das fontes que tratavam da implantação e do funcionamento dos estabelecimentos de ensino, pôde-se perceber como os campos de tensão acabaram por produzir o ensino secundário em Belo Horizonte durante a Primeira República.

Neste trabalho acadêmico, propus-me estudar 33 anos da vida social de um espaço geográfico determinado, percebendo como as ações das personagens de então foram

⁵⁸ Cf. FARIA FILHO, 2006, 200 p. 15.

fundamentais para a compreensão da arquitetura do objeto de pesquisa enfocado. Políticos, educadores, professores, alunos, pessoas ligadas às instituições de ensino ou ao governo mineiro participaram do movimento de produção do secundário, agindo orientados por interesses e convicções. A participação dessas pessoas também orientou a conformação deste segmento de ensino de acordo com o grau de influência que exerciam e do acesso de cada um aos níveis de decisão daquele momento.

A organização da instrução secundária na Primeira República foi influenciada pela polêmica a respeito de a quem caberia cuidar do ensino secundário – os estados ou a União? De quem era a responsabilidade sobre a instrução da juventude? O Decreto n. 7, de 1889, atribuía a instrução como responsabilidade dos governadores, “mas a Constituição de 1891 não trazia especificidades para o ensino secundário” (DALLABRIDA, 2007, p. 242), o que acabou por levar a União a incentivar a criação de institutos secundários nos estados brasileiros e a manter a instrução secundária no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Como cada um dos estados deveria cuidar de todos os seus graus de ensino, uma vez que ao governo central cabia zelar pelo Ginásio Nacional e pelo ensino superior, o ensino secundário viveu intensamente o dilema da federalização e da centralização à medida que as reformas educacionais se sucederam. Ficou definido que os caminhos da educação primária e do curso normal deveriam ser ditados pelos governos estaduais e que os rumos do ensino superior caberiam ao governo nacional, mas a instrução secundária, com seu destino atrelado ao ingresso nos cursos superiores, teve sua tutela pendendo ora para os estados, ora para o poder central.

Os ginásios republicanos ofereciam o título de bacharel em Ciências e Letras, enquanto, no Império, o estudante recebia o título de bacharel em Letras. Uma diferenciação no título oferecido que indica o percurso rumo a um ensino mais técnico-científico, menos clássico, traçado durante o período estudado e incrementado após a Reforma Francisco Campos de 1931. De toda forma, os saberes ensinados durante a Primeira República “eram sofisticados e acessíveis a uma parcela muito restrita da população brasileira” (DALLABRIDA, 2007, p. 265). Criou-se, assim, um distanciamento entre a instrução secundária tradicional, que dava acesso aos cursos superiores, e os cursos profissionalizantes – normal, agrícola, comercial e industrial –, que visavam diretamente ao mercado de trabalho, considerados “ensino de segunda classe” e que não gozavam do mesmo prestígio do curso

secundário propedêutico. Durante a Primeira República, esse nível de escolarização, foi frequentado pelos filhos de uma classe economicamente favorecida.

As congregações religiosas ocuparam um espaço fundamental no panorama educacional secundário de Belo Horizonte, que lhes foi facilitado pelo Estado, e desempenharam um trabalho de formação com clara preferência pela educação da elite local.

A disciplina Religião, depois de excluída dos programas oficiais no início da Primeira República pelo Aviso 12 de 17 de abril de 1890, retornou como facultativa ao final do período, pela Reforma Francisco Campos (1931), exemplificando os afastamentos e as aproximações da Igreja com um Estado que laborou para produzir uma educação laica. Reaproximação que facilitou o pretendido combate ao perigo que vinha de fora – o comunismo –, tensão que permeou a produção da instrução secundária em Belo Horizonte, uma vez que existia o interesse comum entre Igreja e Estado de formar sujeitos republicanos para a ordem, o trabalho e o patriotismo. Para alcançar tal objetivo, o Estado incentivou e provocou as congregações religiosas a se estabelecerem no cenário educacional mineiro.

Belo Horizonte viu seu ambiente educacional se ampliar com a chegada do Ginásio Mineiro. Esse panorama foi incrementado com a iniciativa do Estado de criar e manter o Curso Fundamental de Instrução Secundária e com a fixação de escolas que se tornariam tradicionais na cidade como o Colégio Santa Maria, Colégio Isabela Hendrix e Colégio Arnaldo, congregações religiosas que chegaram a Belo Horizonte para estender o alcance de seus braços e se propondo a educar os jovens como bons cidadãos republicanos. Importante ressaltar que a política de implantação das escolas secundárias particulares em Belo Horizonte privilegiou inicialmente o público feminino, com o incentivo à fixação dos Colégios Santa Maria (1903) e Isabela Hendrix (1904), especializados na educação das moças.

Acrescentando o Colégio Arnaldo a esse rol de instituições e sem desconsiderar os outros estabelecimentos que ofereciam o curso secundário na cidade, essas foram as primeiras congregações e igreja que se envolveram com a formação da mocidade da capital de maneira mais marcante. Trabalhos acadêmicos relevantes foram realizados sobre o Ginásio Mineiro. Já sobre o Curso Fundamental de Instrução Secundária não encontrei nenhuma produção acadêmica. Sobre as instituições educacionais secundárias particulares que desempenharam papel importante na configuração da cultura ginásial em Belo Horizonte, encontrei apenas um relatório de pesquisa.

Um rico acervo de fontes dessas instituições está ainda por ser explorado para que a história delas possa ser escrita. Seguramente, a história das instituições tem nos ensinos secundário público e particular de Minas um vasto caminho a percorrer. Essa história não passa apenas pelos estabelecimentos, mas também por personagens que, envolvidas com o ensino secundário, influenciaram os rumos da instrução da mocidade mineira: professores, alunos, educadores, reitores, diretores e políticos que frequentam as fontes oficiais e particulares referentes ao ensino secundário. Histórias de trajetórias que poderiam contribuir para a ampliação do entendimento desse segmento educacional, bem como esclarecer a forma como circulavam as pessoas e os saberes entre os colégios e ginásios de então.

Como um dos protagonistas do processo de produção de uma representação de ensino secundário que favorecesse a formação da elite do Estado e de um aparato educacional que desse conta de preparar bons patriotas que levassem adiante o movimento de afirmação da democracia nas primeiras décadas da República, o governo mineiro não se preocupou em fazer chegar às camadas populares a instrução de nível secundário como o fez com o ensino primário. Investindo em uma “rede” de escolas particulares, protagonizou ações que elevaram o número de estabelecimentos de ensino secundário na cidade e, conseqüentemente, o de vagas ofertadas, as quais as subvenções, de forma muito limitada, faziam chegar timidamente à população pobre.

Essa estratégia levou o Estado mineiro a auxiliar a iniciativa particular a se estabelecer na cidade enquanto se “desresponsabilizava” de criar uma rede pública de ensino secundário. Um quadro híbrido de ensino público e particular, alicerçado, sobretudo, nos colégios confessionais, formou-se em Belo Horizonte. Condição reconhecida pelo legislador ao fazer referência ao “systema de instrução popular, mantido ou fiscalizado pela administração, o qual com os melhoramentos e progressos modernos, vigora ainda, sob a dupla feição de – ensino público e particular”, como consta no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1916 (p. 113). Interessante perceber que, ao se referir ao sistema de ensino “popular”, o legislador aponta duas ações prioritárias para o governo – manter e fiscalizar um ensino que se configurava como público e particular.

O trabalho estatístico analisado nesta pesquisa permite considerar como bem-sucedida a estratégia do Estado. Com relação ao ensino secundário, o chefe da 4ª secção da Secretaria dos Negócios do Interior apresentou na *Revista Vida Escolar* (Sumário) os seguintes dados:

Ensino secundário

Escolas Normaes

Duas Escolas Normaes Officiais de Minas – Escola Modelo da Capital e a Regional de Ouro Fino.

Alem desses dois institutos, existem mais 36 estabelecimentos de ensino normal, equiparados à Escola Modelo da Capital e 5 ainda não equiparados.

Gymnasios

São dois os Gymnasios mantidos pelo Estado, o de Barbacena e o da Capital, ambos equiparados ao Collegio D. Pedro II.

Funcionam mais em Minas, em 1920, 36 gymnasios particulares – (alguns dos quais com fiscalização federal e portanto com direito a exames), com a seguinte matricula:

1º anno	1.154 alumnos
2º anno.....	895 ‘
3º anno.....	551 ‘
4o anno.....	345 ‘
5o anno.....	113 ‘
6o anno.....	4 ‘

Total.....	3.062

Collegios

O numero de collegios existente no Estado deve ser superior ao que apresentamos; entretanto conseguimos alcançar dados referentes a 106 desses estabelecimentos de ensino, com uma matrícula de 5621 alumnos.

Ensino profissional

São bem numerosos já os estabelecimentos de ensino profissional existentes em Minas, tendo estado nelles matriculados, no anno passado 1.922 alumnos.

Matricula geral

Matricula no curso primário	230.106 alumnos
‘ ‘ ‘ secundário (normal, gymnasial e collegial).....	11581 ‘
Matricula no curso superior	1.344 ‘
‘ ‘ ‘ profissional.....	1.922 ‘

Total	244.953

Os dados evidenciam a diferença do alcance das políticas adotadas para o ensino primário em relação ao secundário. Assumido pelo Estado como obrigatório e gratuito, com 230.106 alunos matriculados oficialmente, o ensino primário superava em muito o ensino secundário, com seus apenas 11.581 alunos matriculados, incluindo-se nesse valor as matrículas dos cursos normais, que, apesar de não serem estudos secundários, foram considerados na estatística como tal. Desse total, 8.683 matrículas referiam-se aos 36 ginásios

e 106 colégios particulares espalhados pelo Estado de Minas. Ao ensino público, por meio das matrículas do Ginásio Mineiro, cabiam 262 matrículas.

De se notar, também, é a considerável diminuição do número de matrículas produzida do primário para o ensino superior: de 230.106 alunos no primário para uma matrícula de reduzidos 1.344 alunos nos cursos superiores do Estado. A considerável diminuição produzida no ensino secundário podia ser observada, já em 1920, como demonstrado acima.

Ainda que os dados sobre o ensino secundário fossem reconhecidamente imprecisos e que a expectativa era da existência de um maior número de escolas nesse segmento, o que representaria um maior número de matrículas para o segmento, ainda assim a diferença pode ser considerada grande – algo em torno de 218.525 matrículas a mais no primário. O ensino secundário teve um atraso na formação de sua rede de escolas públicas para alcançar a população jovem em relação ao que aconteceu com o ensino primário para as crianças.

Há de se considerar que a estratégia do Estado não era a de fazer o conhecimento oferecido no ensino secundário chegar a todos os jovens. A política que se desejava implementar era a de um nível de educação voltado para uma minoria que se pretendia formar, diferentemente do que foi previsto para o primário – uma popularização do ensino primário.

Importante destacar que, durante a publicação da *Revista Vida Escolar*, os únicos estabelecimentos públicos que apareceram como iniciativas do governo, voltados especificamente para o ensino secundário em Minas Gerais, são o Externato e o Internato do Ginásio Mineiro. As demais instituições eram de caráter privado. O que condiz com a ação do Estado de provocar e auxiliar a iniciativa particular para atender à mocidade desejosa de dar continuidade a seus estudos. Uma intenção calculada, ainda que não única, do governo de Minas Gerais.

Com ações que impactaram diretamente a instrução secundária – produzindo ordenamentos, criando e mantendo institutos de ensino, doando terrenos, isentando de impostos, favorecendo empréstimos e subvencionando estabelecimentos particulares – o Estado interveio fortemente na configuração do ensino destinado à mocidade na cidade de Belo Horizonte.

Alimentando no imaginário social o entendimento de que o ensino secundário deveria ser um domínio da educação voltado para a formação de quadros dirigentes para o país e que para os trabalhadores havia outras modalidades de instrução consideradas mais condizentes com a condição da classe social e com as necessidades da nação, o governo do Estado acabou por facilitar o enraizamento da escola secundária particular.

Pensar que o Estado foi omissivo em relação ao secundário poderia levar a uma interpretação que não examina sua intencionalidade, desconsiderando o entendimento que a legislação, os Relatórios do Interior e o discurso político da época permitem formular; ou seja, o entendimento de que as ações de implantação do ensino secundário praticadas pelo governo mineiro foram deliberadas e explicitadas nos discursos políticos. Constituindo o que se pode entender como uma estratégia.

Na prática política, onde se produzem os acontecimentos políticos, os problemas, os conceitos, na concorrência entre as personagens nele envolvidas, mesmo que em uma relação de poder desequilibrada (CARVALHO, 1987), produziram-se ações que encaminharam, prioritariamente, a instrução secundária em Belo Horizonte para as instituições particulares.

Da compreensão das formas de representação a respeito das relações sociais depende o entendimento do movimento de estabelecimento das relações de força na sociedade. Parece evidente afirmar que na produção de representações sobre a educação teria sido pretendido para o ensino secundário o papel de preparar a mocidade com melhores condições econômicas para a condução político-administrativa do Estado. Uma cultura política que encontrou na relação entre o cânone positivista, ordem e progresso, e a escola, um caminho para formar as “elites” e construir a própria República. No campo político das disputas e lutas, o Estado trabalhou no sentido de legitimar no social uma representação de instrução secundária voltada para a população mais abastada.

Nas tensões implicadas nas disputas a respeito de qual lugar deveria ser reservado ao ensino dos jovens e para quais jovens ele deveria ser dirigido, desenhou-se uma instrução secundária na qual a iniciativa particular foi alçada a lugar de destaque, ainda que o Estado tenha buscado formas de controle, fiscalização e orientação.

Em Minas, o investimento do governo resultou na produção de um ensino secundário que não previa uma extensão para toda a mocidade, o que se traduziu em uma estratégia distinta daquela experimentada pelo ensino primário. Assim, é importante não

confundir os objetivos, as práticas, as estratégias, os interesses e as propostas destinados a determinado segmento da educação com aqueles dirigidos a outro, e generalizar a compreensão dos diversos níveis de escolarização e as políticas a eles orientadas.

Importantes são as intenções e os objetivos projetados para a conformação de um sistema educacional, mas também o são as ações que os traduzem e concretizam. Passo a refletir sobre as ações, que para além da normatização do campo, possibilitaram a regulamentação e fiscalização, levadas a cabo pelo Poder Público na tentativa de materializar a representação de ensino secundário preconizado e de organizar a instrução da juventude.

Como visto, a produção de leis configura-se como ação do Estado na produção do social. Mas, para além da produção normativa, o Estado interveio de formas variadas na conformação do ensino secundário no Estado.

Uma das ações mais concretas para a fixação das grandes congregações e das igrejas em Belo Horizonte foi a doação de terrenos para a instalação dos colégios. Vários estados da federação ansiavam pelos colégios europeus, o que acabava por provocar a concorrência para ter as congregações religiosas estabelecidas nas fronteiras dos estados. Uma forma de ganhar essa concorrência era facilitar a instalação dos colégios, o que se conseguia com a doação de terrenos para a construção dos estabelecimentos e o “desenvolvimento da missão”. Em contrapartida, o Estado considerava que ganharia um bom colégio, que desenvolveria um rigoroso programa de ensino para a mocidade local nos padrões das melhores escolas europeias. Os casos do Colégio Arnaldo e do Colégio Isabela Hendrix ilustram bem essa iniciativa do Estado.

Outra prática frequente do Estado foi de conceder isenção de impostos com o intuito de provocar e incentivar a iniciativa particular, incrementando a oferta de vagas para o ensino secundário. Procurei indicar como o Colégio Arnaldo usufruiu dessa prerrogativa concedida pelo Estado ao receber a concessão de isenção do pagamento da taxa de água e do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Outra forma encontrada para que as tão desejadas ordens religiosas fossem instaladas em terras mineiras foi facilitar a obtenção de empréstimos para que pudessem se estabelecer. Empréstimos tanto financeiros como de equipamentos e mobiliário, como indicado no discurso proferido na Câmara dos Deputados de Minas Gerais pelo Sr. Herculano Cesar Pereira da Silva ao tratar do Colégio Santa Maria e na narrativa do padre diretor do

Colégio Arnaldo a respeito do episódio das carteiras escolares e dos equipamentos para laboratório na *Crônica do Arnaldo*.

Já a questão das subvenções possibilita uma reflexão sobre o entendimento a respeito do ensino público/privado. Conhecer os alunos e como tais vagas foram realmente ocupadas muito contribuiria para melhor dimensionarmos o alcance da política de vagas gratuitas implantada pelo Estado por meio das subvenções.

Em termos quantitativos, o Estado de Minas Gerais chegava ao final da Primeira República em uma situação, em relação ao ensino secundário público, não muito diferente daquela encontrada ao final do Império. Quando os externatos espalhados pelo Estado foram fechados e o Liceu transformado em Ginásio Mineiro, o Poder Público contava com seis externatos⁵⁹ mais o Ginásio. Ao fim da Primeira República, o Estado voltou a criar novos externatos pelo Estado, iniciativa ainda tímida se comparada com o aporte de estabelecimentos particulares de então. Já a cidade de Belo Horizonte, que teve o Ginásio Mineiro transferido para seus limites, continuava, apenas, com o mesmo estabelecimento público.

Muito pouco ainda se sabe a respeito desses externatos e internatos públicos, seja os do período do final do Império, seja os do fim da Primeira República. Conhecer melhor a realidade desses estabelecimentos ajudaria a melhor compreensão não somente do movimento de constituição da rede pública de ensino secundário, como também da cultura escolar secundária no Estado de Minas Gerais. Quem eram esses alunos e professores que colocavam em marcha os estabelecimentos de ensino? Que livros e materiais usavam? Que práticas colocavam em movimento?

A articulação do ensino primário com o secundário e desse com o superior merece maior cuidado por parte dos pesquisadores em História da Educação interessados na constituição de redes de ensino ou nos sistemas integrados de instrução. Pouco ainda se tem pesquisado a respeito do processo de inter-relação entre os estabelecimentos ou entre os diversos níveis de instrução no Estado de Minas Gerais.

A história das disciplinas escolares tem um campo fértil no segmento secundário para novas pesquisas. Como alerta Faria Filho (2008), a história das disciplinas pode favorecer decisivamente para o dimensionamento da contribuição das disciplinas na configuração da forma escolar e do processo de escolarização em nosso meio. A polêmica

⁵⁹ Neves (2006) aponta os externatos de São João del-Rei, Diamantina, Paracatu, Sabará, Campanha e Minas Novas.

envolvendo o ensino das línguas esteve presente nos principais encontros voltados para o ensino secundário, assim como no debate a respeito de como deveria ser ministrada a filosofia, as condições de introdução e o papel da disciplina Moral e Cívica ou, ainda, a inclusão nos programas de ensino das disciplinas focadas na ciência e na técnica. Referências às práticas corporais são recorrentes nas fontes pesquisadas, o que favorece um estudo sobre a produção da disciplina Educação Física no interior dos colégios e ginásios.

Sob a sombra constante dos exames de entrada nos cursos superiores e sempre atrelado ao programa educacional do ensino superior, o secundário viveu suas tensões entre ser um curso voltado para uma formação mais ampla e humanística ou um curso mais técnico, voltado para a inserção do jovem no mundo do trabalho. Desprestigiado pelos preparatórios dos exames parcelados, o curso secundário chegou ao final da década de 1920 sem caracterizar-se como sequencial. A Primeira República, possivelmente, tenha servido para plantar a semente de um curso obrigatório e localizado entre o primário e o superior, movimento intensificado na década final do período. O curso já existia, precisava ser legitimado, mas, para tanto, seria necessário incluir o ensino secundário sequencial como obrigatório para o ingresso nos cursos superiores, o que exigia o encaminhamento de alguns dilemas que permearam os debates sobre a instrução secundária durante toda sua organização.

O contraponto ao dualismo entre o ensino acadêmico e o profissionalizante, mantido durante a Primeira República, e à política centralizadora do governo federal passou a ser esboçado com a Reforma de 1931.

A legislação analisada deixou transparecer a permanente tensão vivida no campo político-educacional para construção de uma representação de instrução secundária oscilante entre um ensino clássico ou científico, técnico ou propedêutico, federalista ou centralizado, particular ou público. Essas tensões carregaram consigo uma disputa social pelo acesso à continuidade de estudos pós-primários das classes menos favorecidas. A duração projetada para uma educação de qualidade era fator fundamental para os que não poderiam se submeter a um tempo de ensino muito dilatado, sem garantias de ao seu término ter uma qualificação para o trabalho. Além do mais, o oferecimento, seja por parte do Estado, seja pela iniciativa particular, de um curso que demandasse alguma forma de pagamento não favorecia a população pobre.

Por outro lado, instalava-se a polêmica contrária a um ensino profissionalizante de baixa qualidade, que pouca formação ofereceria aos sujeitos e nenhum aporte proporcionaria para a garantia de sua cidadania.

Percebi no cruzamento dos textos dos ordenamentos legais com os Relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior do Estado de Minas Gerais que não havia consenso sobre a expansão do ensino secundário público; pelo contrário, defendia-se uma proposta de instrução secundária para aqueles que conduziram os rumos do país em posições administrativas ou como profissionais liberais, postura identificada com a proposta de uma educação para as elites, que, no entanto, não era unânime.

Instrução secundária para uma elite e democratização do ensino secundário são representações em conflito nas definições do currículo, no tempo de duração dos cursos, na possibilidade ou não do curso sequencial, na obrigatoriedade ou não dos estudos secundários. Disputa que levou ao constante enfrentamento entre os defensores da oficialização e os da liberação da tutela do Estado sobre esse nível de escolaridade, alcançando o auge, no período estudado, quando da aprovação da Reforma Rivadávia Correa, com a desoficialização da instrução secundária, que teve quatro anos de vigência para, em seguida, voltar a ser oficializado pela Reforma Carlos Maximiliano. Uma demonstração de que o movimento provocado pelos dispositivos legais não é de superação, desenvolvimento ou de um caminho uníssono, mas dinâmico e, por vezes, contraditório.

Uma das práticas sociais é a produção de ordenamentos legais que buscam definir o alcance e os limites das ações das autoridades e das políticas e os direitos e deveres dos cidadãos. Apesar de não haver encontrado reformas educacionais promovidas em Minas Gerais especificamente voltadas para a organização do ensino secundário no período estudado, ao trabalhar com a legislação federal, procurei trazer para o debate, nas escalas estatal e municipal, as produções normativas do nível de escolarização em questão.

Nos ordenamentos legais estudados, pode-se perceber uma estratégia de intervenção do Estado no campo educativo, na tentativa de garantir não somente concepções educacionais em disputa, mas também posturas políticas em tensão. Debate travado entre liberais e centralizadores, com concepções diversas a respeito do papel do poder central nas questões do ensino secundário que ora aproximava a instrução da tutela direta do governo federal, ora a afastava, possibilitando maior autonomia aos estados.

A legislação ofereceu, também, a demarcação de instâncias de diferenciação. Ao definir quem poderia se matricular, quais as condições para que isso acontecesse e qual a faixa etária mínima, concomitantemente determinava distinções que se produziam na sociedade a respeito de quem era considerado jovem colegial ou não, capacitado ou não, secundarista ou não, diferenciação social da mesma natureza das produzidas para o analfabeto/letrado, capaz/incapaz, hábil/inábil. Se o dispositivo de escolarização produz distinções, os dispositivos legais orientam, definem, demarcam tais distinções, colaborando para a criação de um discurso legitimador das diferenciações. Um bom exemplo de conferência de grau de distinção encontra-se no art. 92 do Decreto 11.530 de 1915 – Reforma Carlos Maximiliano –, ao tratar do aluno do Colégio Pedro II:

Art. 92. Logo que for matriculado, o estudante receberá um cartão de identidade, assignado pelo director e contendo as indicações e dizeres necessarios para que seja reconhecido como alumno do instituto.

Identidade que era também uma prova perante a sociedade da condição de aluno ginásial, secundarista do Colégio Pedro II, para o portador do documento, o qual recebia a significativa denominação de “identidade”, uma vez que distinguia o portador, identificando-o como possuidor de uma condição diferenciada. Em Minas, a repercussão dessa iniciativa federal pode ser percebida no art. 81 do Regulamento do Ginásio Mineiro, aprovado em 1929, em obediência às alterações propostas pela Reforma Rocha Vaz: “Aos matriculados o instituto fornecerá um cartão de identidade”. Assim, também em Belo Horizonte, o acesso à instrução secundária distinguia os jovens na sociedade.

Ao determinar os modelos dos exames parcelados, como deveriam ser compostas as bancas examinadoras, de que se comporiam os exames, quais procedimentos deveriam ser seguidos e onde deveriam ser realizados, o legislador punha na ilegalidade boa parte das ações e práticas da comunidade educativa. Ao determinar o que é, fica estipulado o que não pode ser. Como visto ao longo da pesquisa, uma das dificuldades para a fiscalização do ensino secundário foi justamente as fraudes nos exames parcelados que davam acesso aos cursos superiores, seja por má intenção, seja simplesmente porque as condições práticas daqueles que exerciam as funções não permitiam o cumprimento da lei. Casos se sucederam de exames que entraram para rol das fraudes ou simplesmente não foram realizados (HAIDAR, 2008). Nos textos das reformas, percebe-se o esforço do poder central em prescrever condições de controle e fiscalização para a prática dos exames.

Procurei abordar as leis como práticas sociais, produzidas em meio às tensões e disputas de poder que conformam um aspecto ou campo social (FARIA FILHO, 1998). Contraditórias e opostas, as forças sociais que disputam o protagonismo do poder em espaço e tempo determinados produzem suas leis ao mesmo tempo em que são produzidas por elas. O governo central praticou intensa intervenção no ensino secundário, e um bom exemplo disso são os vários dispositivos legais produzidos para a área no período estudado. Prescrições que precisam ser entendidas como parte de um conjunto de ações voltadas para a produção do ensino secundário e que incidiram fortemente na ambiência educacional secundária do Estado de Minas Gerais, especialmente na sua capital.

Para Moreno e Segantini (2007), se “as sociedades constroem representações de seu funcionamento, podemos considerar que estas prescrições são textos privilegiados de investigação porque codificam minuciosamente valores desejáveis e regulamentam comportamentos sociais aos sujeitos”. Produzidas em meio a uma série de outras ações as leis são, também, parte de um rol de iniciativas que traduzem a estratégia construída para conformar o ensino secundário.

Como se percebe, esse foi um período fértil em ordenamentos federais, o que demonstra, no mínimo, um interesse ou uma preocupação do poder central em normatizar o setor criando condições de fiscalização e definindo seu espaço de ação em relação ao ensino secundário.

No âmbito estatal, Minas Gerais seguiu, em linhas gerais, o movimento nacional de organização do secundário, fazendo refletir em suas instituições, ora de forma mais incisiva, ora de maneira mais tímida, as prescrições federais. Entretanto, isso não significa que não houve iniciativas de maior autonomia por parte do Estado como ficou demonstrado no caso da criação e manutenção do Curso Fundamental de Instrução Secundária.

O governo mineiro não foi tão pródigo ao legislar sobre o ensino secundário quanto o foi para o ensino primário. Entretanto, por meio das ações governamentais favoreceu a implantação do ensino secundário, criando e mantendo estabelecimentos de ensino ligados diretamente ao poder do Estado, de caráter público, ainda que com a exigência de alguma forma de pagamento, e promoveu a implantação e desenvolvimento dos estabelecimentos particulares na cidade.

Diante do planejamento e da expectativa que a nova capital provocou e de um contexto político que disseminava ideias consideradas muito progressistas para a época, os

jovens de Belo Horizonte tinham pela frente a cidade, com suas praças, largas avenidas, setor administrativo, regiões de comércio e áreas residenciais bem distribuídas, e também a possibilidade de participarem, ainda que em condições diferentes, da consolidação do espaço escolar cidadão.

O espaço e o prédio para a instrução secundária pública da nova capital foram pensados, mas sabe-se, também, que a escola é feita pelos sujeitos. Muito mais que distribuir os espaços escolares na cidade, a população belo-horizontina tinha pela frente o desafio de construir uma cultura escolar secundária para/na nova capital.

Se a Reforma Educacional João Pinheiro, de 1906, orientou a construção do ensino primário de forma mais evidente e definitiva, o ensino secundário levaria mais tempo para se estabelecer como rede educacional e para ter seus limites de alcance definidos. Foi a Reforma Francisco Campos que provocou, no ano seguinte ao da sua publicação, a reação de um grupo de intelectuais materializada no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Um lugar distinto passaria a ser reivindicado para a instrução da mocidade – um curso sequencial, obrigatório, laico e gratuito. Uma rede de ensino secundário pública. Mas essa é outra história.

Até aqui cheguei com minhas reflexões considerando as fontes alcançadas e tendo como referências a produção acadêmica da área e as noções estabelecidas. Dessa forma, procurei dar uma contribuição à historiografia da educação de Minas Gerais, afirmando algumas convicções, sugerindo interpretações, propondo uma linha de entendimento e, sobretudo, colecionando instigantes dúvidas.

Ciente de que ao escrevermos a história produzimos uma história possível mediante o registro de nossas momentâneas conclusões e de que nesse processo encontramos pistas que aguçam nossa curiosidade e provocam novas hipóteses, faço coro com as sábias palavras de Riobaldo nas veredas do sertão de Guimarães, “Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas”. (ROSA, 2006, p. 413)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. A norma e o domingo. In: _____. *Boitempo III*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. v. 2.

ASSIS, Rudineli Renaldo de; FASOLO, Camila Porto. O Ginásio Catarinense e o fracasso do ensino secundário público em Santa Catarina (1892-1906). In: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João (Org.). *O tempo dos ginásios*. Campinas: Mercado das Letras, 2007. 288 p.

AZZI, Riolando. A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos. São Paulo: Edições Paulinas, 1983 *apud* HADDAD, Maria de Lourdes Amaral; SANTOS, Maria A. P. Soares. *A educação da mulher em Belo Horizonte: a contribuição das dominicanas do Colégio Santa Maria (1903-1968)*. Belo Horizonte: 1993. (Relatório de pesquisa disponível na biblioteca da FAE)

BARBOSA, Rui. *Diário de Notícias do Rio de Janeiro*, 3 abr. 1889 *apud* HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 272 p.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. *Obras escolhidas*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, v. 1, p. 222-232.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, 191 p.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

CAMPOS, Francisco. Discurso de posse na Secretaria dos Negócios do Interior. 1926 *apud* PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *A reforma Francisco Campos: Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos*. 1981. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1981. v. 1.

CANÇADO, José Maria. *Colégio Arnaldo, uma escola nos trópicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1999, 113 p.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998, 311 p.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 196 p.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 86 p.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. 132 p.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. Reforma da instrução pública. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-251.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 351 p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, 244 p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 229 p.

CHAVES JÚNIOR, Sergio Roberto. Os programas de educação física no ensino secundário: algumas considerações sobre o ginásio paranaense (1931-1947). In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 135-160.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *Cultura escolar e formação da boa sociedade: a história do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como desafio na ordem jurídica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 567-584.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O ensino médio no Brasil: histórico e perspectivas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, jul. 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Projetos republicanos e a questão da educação nacional. In: HANDAM, Juliana Cesário; INÁCIO, Marcilaine Soares; SANTOS, Hércules Pimenta dos; VAGO, Tarcísio Mauro. *Intelectuais e escola pública no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. p. 79-103.

DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João (Org.). *O tempo dos ginásios*. Campinas: Mercado das Letras, 2007. 288 p.

DULCI, Otávio Soares. As elites tradicionais. In: _____. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 107-124 *apud* PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *A reforma Francisco Campos: Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos*. 1981. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1981. v. 1.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2, 307 p.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história os costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1, 277 p.

FARIA FILHO, L. M. A pesquisa histórica sobre cultura escolar no Brasil: impasses e perspectivas. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAUJO, Mairce da Silva; ALVARENGA, Marcia Soares de; MAURÍCIO, Lucia Velloso (Org.). *Vozes da Educação: memórias, história e formação de professores*. Petrópolis: DP et Alii, 2008. p. 135-166.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 312 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dinâmicas da escolarização no Brasil do século XX: da sala de aula a uma economia política da educação nacional. *Estudos do Século XX*, Lisboa, n. 6, p. 95-110, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000. 213 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de; VIDAL, Diana Gonçalves. *A memória e*

a sombra: a escola brasileira entre o império e a república. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 117-135.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima (Org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 77-97.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909-1934)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1991.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). DUARTE, Regina Horta *et al.* *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. 128 p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Prefaciando. In: GONÇALVES, Irlem Antonio. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006, 200 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, 295 p.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986 *apud* FARIA FILHO FILHO, Luciano Mendes. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a república*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 117-135.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, 288 p.

GASPARETTO, Arlette Medeiros. O paradoxo republicano: um modelo secundário nacional nos limites da descentralização. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED: GT2, História da educação, 26^a. Poços de Caldas. *Anais...*, Poços de Caldas 2003,

GEREÑA, Jean-Louis. La estadística escolar. In: _____ *et al. Historia de la educación en la España contemporánea: diez años de investigación*. Madrid: CIDE. 1994, p. 53 *apud* FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de; VIDAL, Diana Gonçalves. *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a república*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 117-135.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 253 p.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Cultura escolar e legislação e Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, Dalva Carolina e ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. p. 69-102.

GONÇALVES, Irlen Antonio. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006, 200p.

GONÇALVES, Irlen Antonio. Os projetos de educação dos republicanos mineiros. In: HANDAM, Juliana Cesário; INÁCIO, Marcilaine Soares; SANTOS, Hércules Pimenta dos; VAGO, Tarcísio Mauro. *Intelectuais e escola pública no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. p. 105-120.

GONDRA, José Gonçalves. Paul-Michel Foucault: uma caixa de ferramentas para a história de educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005. p. 285-309.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. 320 p.

GUIMARÃES, Vicente. *Joãozinho: a infância de João Guimarães Rosa*. – 2a ed. – São Paulo: Panda Books, 2006. 183 p.

HADDAD, Maria de Lourdes Amaral; SANTOS, Maria A. P. Soares. *A educação da mulher em Belo Horizonte: a contribuição das dominicanas do Colégio Santa Maria (1903-1968)*. Belo Horizonte: 1993. (Relatório de pesquisa disponível na biblioteca da FAE)

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 272 f. *apud* HAMDAN, Juliana Cesário. *Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937)*. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 135 p.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 234 p.

INÁCIO, Marcilaine Soares. O processo de escolarização e o ensino das primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852). In: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; VAGO, Tarcísio Mauro. (Org.). *Histórias da educação: histórias de escolarização*. Belo Horizonte: HG Edições, 2004. p. 23-36.

INÁCIO, Marcilaine Soares; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Em nome do Estado e da Nação: o financiamento da instrução pública em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, 2008. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V. *Anais...*, Aracaju-Sergipe, 2008.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2009. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa: adaptado à Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, v. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Cortez, 2009. 272p.

LUC, Jean-Noël. *La statistique de l'enseignement primaire 19-20 siècles*. Paris: Économique, 1985 *apud* FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: SOUZA, Maria Cecilia Cortez C. de; VIDAL, Diana Gonçalves. *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a república*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 117-135.

MORAIS, Christianni Cardoso. Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João Del'Rei (1824-1831). In: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; VAGO, Tarcísio Mauro (Org.). *Histórias da educação: histórias de escolarização*. Belo Horizonte: HG Edições, 2004. p. 37-52.

MORENO, A.; SEGANTINI, Verona Campos. A educação do corpo na cidade: a legislação como fonte (Belo Horizonte, 1897-1905). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, IV, 2007, Juiz de Fora. *Anais.... Juiz de Fora: UFJF*, 2007. v. 1. p. 1-12.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patricia Ramos. História das cavernas ao terceiro milênio. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no Tempo da República (1889 - 1930). Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. EPU; EDUSP, 1974 *apud* PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *A reforma Francisco Campos: Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos*. 1981. 226. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1981. v. 1.

NAVA, Pedro. *Balão cativo*. São Paulo: Ateliê, 2000, 414p.

NEVES, Leonardo dos Santos. *Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX*. Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006, 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

NOGUEIRA, Vera Lucia. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. 2009. 453 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, D. M. A. . Os princípios da instrução secundária republicana em Sergipe: discussões de propostas 1889/1908. In: Jornada do HISTEDBR, VIII, 2008, São Carlos-SP. Sociedade, Estado e Educação: um balanço do século XX e perspectivas para o século XXI, 2008. v. 1. *Anais...*, São Carlos, 2008.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. *A reforma Francisco Campos: Minas Gerais, governo presidente Antônio Carlos*. 1981. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 1981. v. 1.

PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, 489 p.

PRADO, Adélia. *Poesia reunida*. São Paulo: Siciliano 1991. 428 p.

REVEL, Jacques. A invenção da sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 *apud* FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o império e a república*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 117-135.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____ (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.15-38.

RIBEIRO, Vânia Mondego. *A implantação do ensino secundário público maranhense: o Liceu Maranhense*. Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2006, 142p.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. p. 205-224.

SOUZA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos, à marcha! Meninas à sombra!* História do ensino de educação física em Belo Horizonte. 1994. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1994.

SOUZA, R. F. A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960). *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, p. 72-90, 2009.

SOUZA, Rita de Cássia de. *Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da revista do ensino (1925-1930)*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2001.

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. *A Gymnastica no Gymnasio Mineiro: Internato e Externato (1890 a 1916)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2004.

TOBIAS, José Antônio. *História da educação brasileira*. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1986. p. 250 *apud*, ZOTTI, S. A. *O currículo do ensino secundário e a formação das elites republicanas*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – História: guerra e paz, XXIII, Londrina: Editorial Mídia, 2005.

UEBLACKNER, Stefan (Comp.). *Arnaldo Janssen: uma vida a serviço da Missão*. Roma: Sociedade do Verbo Divino; Gráfica Paulus, [s/d].

VAGO, T. M. Educação física na *Revista do Ensino* de Minas Gerais (1925-1930): escolarizando jogos para produzir eficiência dos corpos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, III, 2004, Curitiba. *Anais...*, Curitiba: PUC-PR, 2004.

VAGO, Tarcísio Mauro. “Uma verdadeira revolução de costumes”: educação de corpos infantis na reforma do ensino de 1906 em Minas Gerais. In: FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2006, 362p.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, 370 p.

VAGO, Tarcísio Mauro. Da ortopedia à eficiência dos corpos: A *gymnastica* e as exigências da “vida moderna” (Minas Gerais, 1906-1930). *Revista Movimento: da Escola de Educação Física da UFRGS*, v. 10, n. 2, p. 77-97, set./dez. 2004.

VAGO, Tarcísio Mauro. Das escrituras à escola pública: a educação física nas séries iniciais do ensino fundamental. In: SOUSA, Eustáquia Salvadora; VAGO, Tarcísio Mauro (Org.). *Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Cultura, 1997. p. 59-93.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira (1850-1951)*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998, 406 p.

VECHIA, A. A imprensa periódica como fonte para a história da educação dos imigrantes no Paraná no século XIX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ORAL: o escrito e o digital na história da educação, IV, 2002, Porto Alegre. *Anais...*, São Leopoldo: Unisinos, 2002. CD-ROM.

VEIGA, Cinthia Greive. Educação estética para o povo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.

VEIGA, Cynthia Greive . A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 21, p. 90-103, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte e fins do século XIX*. 1994. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas (Unicamp), Campinas, Campinas. 1994

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007, 328 p.

VEIGA, Cynthia Greive. O processo escolarizador da infância em Minas Gerais (1835-1906): geração, gênero, classe social e etnia. In: OLIVEIRA, Lindamir C. V.; SARAT, Magda (Org.). *Educação infantil: história e gestão educacional*. Dourados: Editora da UFGD, 2009. v. 1, p. 15-41.

VEIGA, Cynthia. G.; FONSECA, Thais N. de L. (Org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 288 p.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 192 p.

VIANA, Natércia Micheletti. *Juventude, cidade e educação: a experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves; BICCAS, Maurilane de Souza. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970): culturas e práticas escolares. In: VIDAL, Diana Gonçalves. *Educação e reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. p. 19-44.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

ZOTTI, S. A. *O currículo do ensino secundário e a formação das elites republicanas*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – História: guerra e paz, XXIII, Londrina: Editorial Mídia, 2005.

ZOTTI, S. A. O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV. *CBHE Anais...*, A educação e seus sujeitos na história. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. v. 4. CD-ROM.

ACERVOS E FONTES

• Arquivo Público Mineiro

- Anais do II Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária. Belo Horizonte, 1912.
- Correspondência à Secretaria dos Negócios do Interior.
- Decreto n. 981-1890, de 8 de novembro de 1890. (Reforma Benjamim Constant). Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. (Coleção de Leis)
- Decreto n. 3.890, de 1º de janeiro de 1901. (Reforma Epiácio Pessoa). Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. (Coleção de Leis)
- Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911. (Reforma Rivadávia). Aprova a lei Organiza do Ensino Superior e do Fundamental na República. (Coleção de Leis)
- Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915 (Reforma Carlos Maximiliano). Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. (Coleção de Leis)
- Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. (Reforma Rocha Vaz). Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. (Coleção de Leis)
- Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931 (Reforma Francisco Campos). Dispõe sobre a organização do ensino secundário. (Coleção de Leis)
- Discurso pronunciado pelo Sr. Herculano Cesar Pereira da Silva na Câmara dos Deputados de Minas Gerais.
- Documentação relativa ao Curso Fundamental de Instrução Secundária (SI-3289).
- Estatuto do Colégio Arnaldo, 1923. Referência – F 373 B Cx F.bh2
- Prospecto do Colégio Isabela Hendrix, 1920-1921. Referência – F 373 B Cx.F 4fl
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1893. Microfilme-066
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1896. Microfilme-067

- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1897. Microfilme-067
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1899. Microfilme-068
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1900. Microfilme-068
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1903. Microfilme-070.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1904. Microfilme-070.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1905. Microfilme-071.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1908. Microfilme-072.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1909. Microfilme-072.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1910. Microfilme-073.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1911. Microfilme-073.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1912. Microfilme-074
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1913. Microfilme-074.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1914. Microfilme-075.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1915. Microfilme-075
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1916. Microfilme-075.
- Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior de 1917. Microfilme-075.

- *Seção Vida Escolar*: estatística da instrução de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial – Referência: 318.1510037-M663v.

• **Acervo do Colégio Arnaldo**

- *Crônica do Colégio Arnaldo*.
- Coleção de fotos.
- Livro de registro de professores.

– Certidão de Registro de Escritura Pública de Cessão Gratuita.

– Monografia *História do Colégio Arnaldo*.

– Coleção de jornais da instituição.

• **Biblioteca do Instituto Izabela Hendrix**

– Livro comemorativo *Izabela Hendrix Cem Anos*.

• **Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais**

– Coleção Linhares.

• **Hemeroteca Histórica de Minas Gerais**

– Coleção Minas Geraes.

– Coleção Diário de Minas

• **Acervo pessoal de Meily Assbú Linhales**

– *Boletim da Associação Brasileira de Educação* (ABE). Rio de Janeiro, ano V, n. 13, 1929.